

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 14 de Dezembro de 1995 • Preço: 150\$00 (IVA Incluído) • N.º 1150 • Director: Carlos Brito

Reuniu o Comité Central do PCP

TOMAR A INICIATIVA



Reunido no dia 8 de Dezembro, o Comité Central do PCP procedeu ao exame da nova situação política resultante da derrota do PSD e da colocação dos partidos da direita em minoria na AR e da formação do Governo PS; abordou a importante batalha política que está em curso em torno das eleições presidenciais; considerou a importância da intervenção e da luta por objectivos concretos; estabeleceu a posição do PCP no novo quadro e a necessidade de prosseguir a luta por uma nova política, por uma política de esquerda para Portugal; e analisou os problemas relativos ao reforço da intervenção e da organização partidária e ao calendário para 1996, em que sobressaem a comemoração do 75º aniversário do Partido e a realização do seu XV Congresso.

Suplemento

ALQUEVA Novas ameaças

• Artigo de José Soeiro

Pág. 16



Campanha Nacional de Fundos do PCP

Ultrapassada a meta 158 mil contos a campanha continua!

Pág. 28

SINTRA património mundial O desafio da qualidade

• Henrique Custódio

Centrais

VIVA TIMOR!

Pág. 12

A França em luta

Págs. 20 e 21

O PCP face à nova situação



Reunião do Comité Central do PCP

RESUMO

6 Quarta-feira

O Orçamento Suplementar de 1995 é aprovado na Assembleia da República apenas pelo PS, com o voto contra do PCP e a abstenção do PP e do PSD ■ Jerónimo de Sousa é entrevistado no programa "Prova Oral" da RTP ■ A Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles entrega uma carta ao ministro da Economia, com um conjunto de reivindicações e propostas para o sector ■ O Comité da UNESCO, reunido em Berlim, declara a vila e a serra de Sintra património mundial ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros francês, Hervé de Charette, garante que o governo não vai ceder às pressões sociais; enquanto isso, a França continua paralisada com a greve do sector público ■ Um alto representante da ONU está em Díli para interceder a favor dos direitos do povo timorense, quando passam 20 anos sobre a ocupação de Timor-Leste pela Indonésia.

7 Quinta-feira

Abílio Curto, presidente socialista da Câmara Municipal da Guarda, é detido em Lisboa pela Polícia Judiciária, acusado de prática de burlas e de actos ilegais no processo de construção do matadouro local ■ Jovens timorenses e indonésios assinalam o 20º aniversário da ocupação de Timor-Leste pela Indonésia invadindo as embaixadas da Rússia e da Holanda, em Jacarta ■ Eduardo dos Santos, presidente angolano, inicia uma visita aos EUA ■ 40 operários portugueses a trabalhar na construção civil, em Dresden, na Alemanha, entram em greve, em luta contra o não pagamento de salários desde o início de Novembro ■ Na cimeira franco-alemã, em Baden-Baden, Jacques Chirac e Helmut Kohl apresentam "cinco desafios" e quatro soluções para a reforma de Maastricht; nada de novo para além do "empenhamento conjunto" na construção europeia.

8 Sexta-feira

Reúne o Comité Central do PCP ■ Cavaco Silva vai à missa em Valpaços, e o padre Manuel Alves, a meio do ofício religioso, declara-lhe o seu apoio; os presentes aplaudem ■ O cantor Pedro Abrunhosa declara apoio a Jorge Sampaio ■ Inauguração do Aeroporto Internacional de Macau, com pompa e circunstância, numa cerimónia em que participam altos dignitários do território, de Portugal e da China ■ Começa em Madrid o XIV Congresso do Partido Comunista Espanhol ■ José Eduardo dos Santos é recebido oficialmente por Bill Clinton na Casa Branca, onde declara a intenção de libertar todos os prisioneiros da guerra e dar início ao aquartelamento da polícia de Intervenção Rápida ■ Começa em Londres a conferência de 50 países e organizações internacionais para discutir a «reconstrução da Bósnia» ■ Israel anuncia que vai libertar mil prisioneiros palestinianos e aumentar em cerca de dez mil o número de palesti-

nianos de Gaza autorizados a trabalhar no seu território.

9 Sábado

Jerónimo de Sousa desloca-se aos distritos de Viana do Castelo e de Braga para iniciativas de campanha eleitoral ■ O jornal "Público" revela que os Correios retiveram dinheiro de impostos pagos por milhares de contribuintes, sem informar os serviços fiscais, que perseguem agora os contribuintes com execuções fiscais e ameaças de penhora ■ Ao fim de duas semanas de greves em França, os responsáveis das grandes centrais sindicais são recebidos pelo ministro do Trabalho francês ■ Soldados indonésios entram nas embaixadas holandesa e russa, em Jacarta, e prendem 58 manifestantes timorenses e indonésios, que ali se encontravam refugiados.

10 Domingo

Jorge Sampaio visita Abílio Curto, o autarca socialista da Guarda com mandato suspenso por decisão judicial por alegado envolvimento num escândalo financeiro ■ O candidato comunista à Presidência de República, Jerónimo de Sousa, participa em várias iniciativas eleitorais, no distrito de Bragança ■ O primeiro-ministro francês, Alain Juppé, admite "cimeira social" para uma saída da crise que abala a França ■ O presidente Eduardo dos Santos encontra-se na Califórnia para realizar conversações com as maiores companhias petrolíferas americanas ■ O exército israelita entrega a cidade Tulkarem à Autoridade Nacional Palestiniana, depois de 28 anos de ocupação.

11 Segunda-feira

Depois de três dias de «protesto silencioso», junto à embaixada da Holanda, timorenses residentes em Lisboa são recebidos pelo Embaixador holandês ■ Segundo o relatório da UNICEF, dois milhões de crianças morreram e mais de 15 milhões ficaram fisicamente incapacitadas nos últimos dez anos de conflitos armados no mundo ■ O governo francês anuncia estar a negociar com os sérvios da Bósnia a libertação de dois pilotos franceses ao serviço da Nato capturados em Agosto último ■ Explosão de um carro armadilhado em Madrid provoca seis mortos e nove feridos.

12 Terça-feira

Polícia Judiciária investiga contos do Benfica; em causa, entre outros mistérios, está o contrato de transferência dos jogadores russos assinado em ano passado ■ Um estudo realizado em oito países da União Europeia revela que a maioria dos cidadãos é favorável à moeda única ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, envia protesto à Holanda e à Rússia pela forma como conduziram o processo de evacuação dos timorenses e indonésios refugiados nas suas embaixadas em Jacarta.

O plenário do Comité Central do PCP, do passado dia 8 de Dezembro, cuja resolução publicamos na íntegra e em separata na presente edição do «Avante!», trouxe um notável contributo para a clarificação da nova situação criada a partir das eleições de 1 de Outubro e precisou com muita firmeza a posição que face a ela é assumida pelos comunistas.

Assim, a reunião do órgão máximo do PCP entre congressos procedeu a uma rigorosa caracterização crítica da política do Governo PS, apelou à luta por objectivos concretos como forma de lhe fazer frente, reafirmou a atitude dos comunistas que se assumem como a oposição de esquerda e salientou a importância do reforço do PCP como a base segura para a viabilização de uma nova política.

Em plena batalha das presidenciais, o Comité Central voltou a chamar a atenção para a sua importância, regozijou-se com a contribuição que está a ser dada pela candidatura de Jerónimo de Sousa e insistiu na necessidade de todas as organizações e militantes do Partido intervirem e darem o seu contributo para a derrota do candidato da direita.

Uma atenção muito especial foi também conferida, pela reunião do CC, às comemorações do 75º Aniversário do PCP, aprovando um conjunto de iniciativas que devem marcar com grande saliência a agenda política do próximo ano.

Finalmente, o Comité Central convocou o XV Congresso do PCP, para finais de 1996, apontando a sua preparação como a «principal tarefa» do ano que vem, a ser, no entanto, articulada com toda a actividade geral do Partido.

A simples enunciação desta lista dos trabalhos que ocuparam o plenário CC é suficiente para pôr em evidência a importância da reunião de 8 de Dezembro na vida do PCP e as decisões e linhas de acção nela aprovadas como grande demonstração da vitalidade do Partido.

A resolução do Comité Central salienta como um dos traços mais característicos do momento presente «a situação contraditória em que se encontra o governo do PS - detentor à partida de uma expressiva base de apoio eleitoral que traduz uma expressiva vontade de mudança em relação à política anterior, mas anunciando, ao mesmo tempo, opções de fundo que representam a continuação em aspectos essenciais da política levada a cabo pelo PSD».

Não deixa margem para qualquer dúvida em relação a esta política de «continuação» a inventariação feita pelo Comité Central, quer às orientações do Programa do Governo, quer a medidas já tomadas pelo novo executivo, nos planos económico, social, do sistema político e da política externa.

Por isso mesmo, o CC do PCP pode advertir com fundamento: «Ou o Governo do PS introduz alterações nas opções de fundo que vem anunciando ao país e assume uma efectiva mudança de rumo na vida política nacional, ou não vai demorar a entrar em rota de colisão com quantos aspiram a uma profunda mudança, com os trabalhadores e as restantes camadas laboriosas, com a própria base social e eleitoral que permitiu aos socialistas alcançarem a votação que obtiveram em 1 de Outubro.»

Ao mesmo tempo, o Comité Central desmascara a retórica do novo Governo sobre «a necessidade de mais dois anos de "rigor"», o «diálogo» como expedi-

A reunião do órgão máximo do PCP entre congressos procedeu a uma rigorosa caracterização crítica da política do Governo PS, apelou à luta por objectivos concretos como forma de lhe fazer frente, reafirmou a atitude dos comunistas que se assumem como a oposição de esquerda e salientou a importância do reforço do PCP como a base segura para a viabilização de uma nova política.

ente amortecedor e dilatário em relação às exigências dos trabalhadores, as manobras da «concertação» para envolver e co-responsabilizar os sindicatos na política governamental.

Aponta, em réplica a estas tentativas enganadoras do Governo, a luta por objectivos concretos como «a direcção fundamental para a resolução de inúmeros problemas e para a satisfação de urgentes necessidades que afectam os trabalhadores e o povo português. E representa ainda um factor altamente favorável à criação das condições para a concretização de uma viragem democrática na situação nacional».

Um trecho particularmente impor-

tante da resolução do Comité Central do PCP é o que sublinha que «o PS terá assim de assumir plenamente as suas responsabilidades pela política que se propõe desenvolver e que o Governo não pode ter qualquer ilusão de que, em situações de dificuldade no plano parlamentar, o PCP possa constituir uma força de apoio ou de viabilização de uma política de que discorda frontalmente».

O reforço do Partido, da sua organização, influência e capacidade de intervenção mereceram de novo a maior atenção ao Comité Central no entendimento de que aí reside a base essencial de resistência à política de direita e o factor determinante do êxito da luta por uma nova política.

Neste sentido reveste especial importância a chamada de atenção, da resolução de 8 de Dezembro, para «três grandes direcções de trabalho partidário»: o reforço da intervenção do Partido junto dos trabalhadores; a dinamização do trabalho autárquico; a maior atenção aos problemas da juventude e ao reforço da JCP.

A convocação da XV Congresso do PCP, para finais do próximo ano, é, no entanto, nesta perspectiva, a mais importante deliberação tomada pelo Comité Central, que desde já assinala:

«O XV Congresso, tendo em conta as alterações verificadas no país e no mundo desde do XIV Congresso, é chamado a tomar decisões da maior importância para o reforço do Partido, a afirmação do seu papel na vida nacional e o desenvolvimento da luta em defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo, da democracia e da independência nacional.»

Da mesma forma, as comemorações do 75º Aniversário do PCP, que ocorre no dia 6 de Março do próximo ano, dão ensejo, como deliberou o Comité Central, para uma importante dinâmica de actividade partidária que se vai desenrolar até à Festa do «Avante!», em princípios de Setembro, compreendendo as mais diversas iniciativas, das realizações de massas às publicações de natureza histórica, tudo convergindo para uma grande afirmação do papel dos comunistas na vida nacional.

Como salienta a resolução de 8 de Dezembro: «As comemorações do 75º Aniversário popularizando a luta, os princípios e as propostas do PCP, unindo o passado, o presente, o futuro do projecto comunista, serão um importante contributo para a dinamização do combate que os comunistas assumem na nossa época.»

Tais são, em síntese, as fortes linhas de acção com que o PCP se propõe; na nova situação, prosseguir e intensificar a sua luta.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socorro Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socorro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90.
7ª-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A.
— 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rosa — Lisboa — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lz. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heika Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)

50 números: 6 750\$00

25 números: 3 487\$50

ESPAÑA

50 números: 13 300\$00

EUROPA

50 números: 24 750\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU

50 números: 26 650\$00

EXTRA-EUROPA

50 números: 39 950\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Telef. _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Simplesmente PP

Uma breve resenha de algumas das mais importantes posições assumidas pelo PP depois de 1 de Outubro é bem capaz de ajudar alguns iludidos a desvendar qual é a verdadeira natureza deste partido e o seu real projecto político, assim rompendo um pouco a bruma criada pela demagogia própria e pelos favores mediáticos de que beneficia.

A lista bem pode começar pela posição do PP perante as presidenciais consubstanciando um inesquecível exercício de contorcionismo e oportunismo político, em que a proclamada «neutralidade» do PP se revela afinal uma espécie de «neutralidade colaborante» com Cavaco Silva. Com efeito, como se já não bastasse o PP ter evitado o que mais podia prejudicar Cavaco - ou seja, a apresentação de um candidato próprio - ainda tivemos aquela cena da conveniente divulgação do jantar de Cavaco com Manuel Monteiro oportunamente acompanhada da garantia dada por Monteiro de que outros dirigentes do PP certamente viriam apelar ao voto em Cavaco Silva.

Logo a seguir, pode citar-se um pacote que envolve coisas tão díspares como os episódios da

monumental trapalhada em que o PP - alegado campeão da transparência - viu envolvidos vários dos seus deputados precisamente por força da legislação sobre transparência e incompatibilidades; os votos do PP contra a revogação da lei das propinas proposta pelo PCP e contra a sua suspensão proposta pelo Governo do PS; a benevolente abstenção do PP na votação do Orçamento Rectificativo expressamente fundada no seu agrado com o facto de aquele documento já garantir a manutenção em 1996 de injustificadas e imorais benesses fiscais ao grande capital; o voto do PP, ao lado do PSD e do PS, contra a proposta do PCP de anulação do revoltante escândalo no processo de privatização da Petrogal.

Finalmente, é ainda de lembrar o voto do PP contra um projecto de resolução apresentado pelo Partido «Os Verdes» condenando os ensaios nucleares franceses e que a AR viria a aprovar com votos a favor do PCP, do PEV e do PS e com a abstenção do PSD e o indiscutível apoio do PP à decisão do Governo PS de enviar soldados portugueses para a Bósnia.

Pelo meio de tudo isto, vale também a pena registar que Paulo Portas, que por altura das presidenciais francesas encheu páginas do

«Independente» com os seus deslumbramentos pelos acenos discursivos contra Maastricht de Jacques Chirac e pelas suas inflamadas denúncias da «fractura social», ainda não conseguiu arranjar tempo para escrever sobre a explosiva situação social na França e sobre as correspondentes responsabilidades do empedernido fundamentalismo maastrichtiano imposto por Chirac e Alain Juppé.

E, nestes dias em que, a pretexto da Cimeira de Madrid, o PP seguramente voltará a fazer gala da sua «oposição» à convergência nominal, talvez seja oportuno lembrar que há pelo menos um dos gravosos critérios de convergência - o da redução do défice orçamental para 3% do PIB - que o PP não pode criticar.

É que, se em 1994 ou em 1995 tivesse havido revisão da Constituição e uma das propostas do PP tivesse obtido vencimento, seria agora o nº 4 do artº 109º da Constituição a determinar e impor rigidamente que «a proposta de Orçamento não pode apresentar um nível de despesas correntes que exceda em mais do que 3% as receitas correntes para o mesmo ano».

■ Vitor Dias

Baixinho, muito baixinho...

«Altos & Baixos» - rubrica com lugar cativo no Expresso e normalmente subscrita por José António Lima (JAL) - é uma fotocópia reduzida do «Exame», também semanal, do Professor Marcelo. Com efeito «Altos & Baixos» trata resumidamente, numa estreita coluna, o que o «Exame» explana em duas abundantes páginas do Diário de Notícias.

No entanto, note-se, JAL e Marcelo têm muito de comum na sua especificidade. Assim, por exemplo, sendo ambos acérrimos defensores da política de direita - que tratam como a menina dos seus quatro olhos -, enquanto Marcelo a deseja praticada pelo PSD (partido de que é militante embora finja que não), JAL, por seu lado, prefere-a servida pelo PS (partido de que não é militante embora pareça que sim). Curioso é também que, sendo ambos profundamente anticomunistas, exerçam essa função de forma tão diferenciada, sendo-o JAL muito mais enraivecidamente do que o Professor. (Coisa que, estou a crer, há-de estar ligada e decorrer dos diversos percursos políticos percorridos pelos dois examinadores e das diferentes vias de acesso de cada um deles ao dito anticomunismo.)

É claro que nada disto valeria fala se tão exuberantes manifestações de fé político-partidária não aparecessem, como aparecem, travestidas de uma despudorada isenção, marcadas de uma desavergonhada independência partidária... «Isenção» e «independência» que assim impostos à má fila constituem um insulto à inteligência dos leitores, um desrespeito enorme pela sua sensibilidade e pelos seus direitos.

No último «Altos & Baixos» deu a JAL para pontuar a ida de Jerónimo de Sousa à «Prova Oral». A classificação atribuída foi, como não podia deixar de ser, um categórico, concludente e notório «Baixo».

Porquê? - perguntará qualquer pessoa que - militante ou não do PCP, simpaticante ou não do PCP, mas séria, objectiva e sem preconceitos -

tenha assistido à entrevista conduzida por Maria Elisa e José Eduardo Moniz. Porquê? Então não é verdade que a prestação de JS foi, no mínimo, muito boa? É. Então não foi óbvio o à-vontade e a segurança do candidato comunista, a clareza e a seriedade das suas respostas, a calma e serenidade com que dominou os inquiridores, a dignidade da sua postura? Foi, foi óbvio. E tanto assim foi que o inimitável JAL não só não se atreveu a contestar tal evidência como até a confirmou (à sua maneira, evidentemente). Escreveu ele: «Jerónimo de Sousa esteve melhor do que muitos esperaríamos» (infelizmente JAL não explicita «quantos», nem «quem» seriam estes «muitos»...), (...) «Foi simpático e falou das suas origens, hábil a tornar o 25 de Novembro e o papel do PCP, seguro e firme a retorquir as questões mais embaraçosas». Perguntar-se-á: sendo assim, porquê então o «Baixo» desferido pelo implacável JAL contra o candidato comunista? E eu respondo: porque Jerónimo de Sousa é comunista e assumiu com frontalidade, com orgulho, com seriedade, essa sua condição. Apenas por isso. É que os JAL's todos deste mundo não perdoam a coerência a quem a possui e a exhibe. (Se assim não fosse como poderiam depois elogiar e vangloriar os trãnsfugas, os vendidos, os arrependidos?) E quando confrontados com essa realidade irritam-se, desvairam. E vindo-lhes à memória a fala do lobo para o cordeiro na fábula conhecida («se não foste tu, foi o teu pai») disparam todo o incómodo que a dignidade, a coerência, a verticalidade lhes provocam. O raciocínio de JAL é exemplar: Jerónimo de Sousa, esse comunista esteve bem na «Prova Oral»? Pois bem: toma lá um «Baixo» porque não devias ter lá ido, porque não devias ser candidato, porque a tua candidatura me desagrada e incomoda.

Baixinho, este JAL, muito baixinho.

■ José Casanova

Um congresso para o futuro

A realização, nos dias 8, 9 e 10 de Dezembro no Instituto Superior Técnico, em Lisboa, do Congresso do Ensino Superior, com a participação de cerca de meio milhar de docentes e investigadores, de estudantes e de funcionários não-docentes, e das suas organizações representativas, vindos de escolas de todo o país, constituiu um acontecimento nacional para cuja importância e alcance importa vivamente chamar a atenção.

Em primeiro lugar porque o ensino superior atravessa uma crise muito profunda, de que as movimentações eruptivas de estudantes e de docentes e investigadores têm dado expressivo testemunho, e por isso o aprofundado debate dos problemas existentes e das linhas de resposta para a situação constitui uma questão da maior (e decisiva) importância.

Depois e sobretudo, porque o Congresso do Ensino Superior inseriu-se numa dinâmica de debate, de intervenção e de luta «por um ensino

de qualidade» em que convergiram o Movimento Associativo Estudantil, vitalizado nas grandes lutas contra a PGA e contra as propinas, e o Movimento de Docentes e Investigadores, agrupado em torno da Plataforma Reivindicativa Comum, estrutura que uniu a FENPROF, o SNESup, o SINDEP e Comissões representativas dos docentes e investigadores eleitos directamente em muitas escolas e universidades do país. Dinâmica interventiva e processo de convergência ao qual se juntaram neste Congresso os funcionários não-docentes e as suas organizações, que representam como foi aí sublinhado, «o elo que fecha a cadeia já anteriormente composta por docentes e estudantes tomando a estrutura mais sólida».

Num processo que envolve uma convergência tão vasta, construída no respeito por estruturas, pontos de vista e dinâmicas muito diversas, é sobretudo importante relevar o

largo denominador comum que foi alcançado em torno da necessidade de medidas concretas visando a democratização do acesso e da frequência no ensino superior, da melhoria da qualidade das escolas, da dignificação das carreiras docentes e de investigação e também dos funcionários não-docentes, e da responsabilização do Estado pelo integral e suficiente financiamento do ensino superior público.

Essas medidas concretas, que haviam já sido acolhidas no inédito Caderno Reivindicativo Comum que as estruturas representativas dos docentes e investigadores e dos estudantes apresentaram há poucas semanas ao novo Governo, representam agora um verdadeiro e coerente programa de resposta à crise existente no ensino superior e um instrumento mobilizador para a urgente resolução dos problemas com que as universidades e os politécnicos estão confrontados.

Como sublinhou João Cunha Serra, do Secretariado Nacional da

FENPROF, na intervenção de encerramento do Congresso, «não há contradição entre as reivindicações de docentes, estudantes e funcionários não-docentes», «o que há de comum é suficientemente sólido para permitir a esperança de que algo vai mudar para melhor nos próximos tempos no Ensino Superior e em cada uma das suas escolas».

O facto do Congresso do Ensino Superior ter decidido «saudar os estudantes, docentes e funcionários das universidades francesas que, desde há várias semanas lutam por melhores condições de trabalho, em defesa da qualidade do ensino» e de ter apelado à «coordenação de futuras acções comuns com vista à defesa do ensino superior público no espaço europeu» - não ilustra como a esperança de mudança, porque apoiada na consciência crítica e na mobilização colectivas, constitui um movimento com a força das grandes certezas?

■ Edgar Correia

FRANÇA

A propósito das lutas

Desde há semanas que imensas greves e manifestações abalam a França contra o celerado plano Juppé de ataque à Segurança Social, ao sistema das reformas e aos serviços públicos, pretendendo liquidar direitos conquistados pela luta de gerações sucessivas que são hoje património inalienável da civilização. Tal atentado é só por si mais que justificativo para a cólera popular. Mas o que está em causa é ainda

mais profundo que esse detonador inicial. E os grevistas e manifestantes já disseram se dão conta, com o apoio maioritário da opinião pública. O que está em causa é todo o projecto de impor aos povos europeus a «austeridade» e o «rigor» unilateral dos critérios de Maastricht, em benefício dos interesses vorazes das transnacionais e da especulação financeira.

O constrangimento dos critérios de Maastricht é para cortar ainda mais nos rendimentos daqueles que trabalham, a favor do crescimento dos lucros do grande capital. «Austeridade» e «rigor» para grande maioria, mãos largas para uma minoria de já ultraprivilegiados. Se estão tão preocupados com o financiamento, então que vão buscar o dinheiro onde ele abunda, não onde ele é já escasso. Por que não taxar devidamente o grande património, as fabulosas fortunas, os exorbitantes rendimentos, a imensa especulação financeira parasitária que asfixia a actividade produtiva?

Já em fins de 1994 as imponentes manifestações em Itália, que derrotaram Berlusconi, anunciavam as lutas que durante todo este ano se desenvolveram pela Europa, na Alemanha, na Bélgica, na Dinamarca, na Suécia, em Espanha, na Grécia, na Áustria, na Grã-Bretanha, em Portugal, etc. Contra o ataque às reformas e à segurança social, contra as privatizações, o fecho de empresas, os despedimentos, a asfixia dos sistemas de ensino e da saúde, por mais empregos, a subida dos salários reais, a diminuição do horário de trabalho, etc., assim como dos agricultores condenados à morte pela reforma da PAC ou das PME's contra a injustiça fiscal. E acompanhando essas lutas, cada vez maior expressão foi tomando também a aversão dos povos por essa Europa de Maastricht em nome da qual as elites governantes agem divorciadas dos seus povos.

Não é pois de estranhar que os órgãos de imprensa internacional conjuguem a previsão do alastrar das lutas populares com as suas causas profundas. Para *Le Monde*, o significado das lutas em França é o de uma reacção maciça e colectiva contra a globalização financeira e as suas consequências. O *Handelsblatt* está convicto que a crise social francesa é apenas um aperitivo do que espera os governos que procuram, através do rigor económico, o bilhete de entrada para a moeda única. O *Corriere della Sera* prevê que o mal francês pode espalhar-se por toda a Europa. Para o *Newsweek*, o movimento de protesto não é só francês, mas europeu, e vai continuar. Também *The Wall Street Journal* diz tratar-se dum sinal precursor do que sucederá a outros países europeus. Igualmente o *Times* prevê outros movimentos similares na Europa. Para o nosso *Diário de Notícias*, «a Europa (!) teme pelo futuro de Maastricht»...

O significado da luta dos trabalhadores, dos reformados, dos desempregados, dos estudantes franceses extravasa as fronteiras da França. Com condições específicas e graus de maturação diversos, em cada país a crise social europeia está a despertar as massas para a luta. Por isso as forças de esquerda, empenhadas na defesa dos interesses vitais dos trabalhadores e dos povos, tudo devem fazer para que uma Europa das lutas possa derrotar o projecto da Europa de Maastricht e para substituir a Europa dos monopólios pela construção de uma Europa dos povos, de cooperação, solidariedade e progresso social.

■ Carlos Aboim Inglês



BRAGA

No passada sábado, o candidato comunista esteve em Guimarães, onde juntou com uma centena de apoiantes. Na mesa da iniciativa estavam também António Lopes, da Comissão Política, José Antunes, responsável pela DORBraga e mandatário distrital, o deputado António Filipe e Manuel Veloso, membro da Comissão Concelhia de Guimarães.

Em nome da estrutura concelhia de Guimarães, Manuel Veloso saudou todos os presentes e, fazendo um pequeno balanço da actividade partidária ao nível local, manifestou o empenhamento da organização em derrotar o candidato da direita, Cavaco Silva.

Jerónimo de Sousa, intervindo de seguida, referiu-se à importância da candidatura apresentada pelo PCP, e o papel que esta está a ter no contexto nacional, fazendo com que Cavaco Silva, na sua nova caricatura, tivesse estalado o verniz, mostrando a verdadeira face. Referindo-se à importância dos poderes do Presidente da República e o que representa a instituição, lembrou o facto de que ser o único órgão que não pode ser demitido.

Mais adiante o candidato falou sobre a experiência negativa da última década dos governos de Cavaco Silva, marcados por uma prática autoritária, e altamente arrogante: nunca soube respeitar os legítimos direitos dos trabalhadores e substituindo o diálogo pela força, como aconteceu na luta dos vidreiros Manuel Pereira Roldão, durante os acontecimentos da Ponte 25 de Abril, dos mineiros, e em tantas outros momentos.

Cavaco Silva não só não soube ouvir as justas reivindicações das populações, dos professores, dos magistrados e restantes sectores da sociedade como conduziu toda a sua intervenção de forma a concentrar em si poderes de outros órgãos de soberania, subalternizando o papel da Assembleia da República e tornando em larga medida inoperantes os poderes de Presidente da República.

Assumindo mal a derrota, o candidato da direita procura agora pela via das presidenciais recuperar o que perdeu nas legislativas, alertou Jerónimo de Sousa.



CHAVES

No almoço em Chaves, realizado no domingo, Jerónimo de Sousa teve oportunidade de fazer um pequeno balanço da sua candidatura: «Ao longo destas semanas estive com trabalhadores ameaçados de despedimento pela destruição do nosso aparelho produtivo que os multinacionais vão ditando, estive com estudantes que lutaram corajosamente contra as propinas, estive com pescadores preocupados com o futuro das pescas portuguesas e dos seus postos de trabalho, estive com agricultores que sentem na pele as consequências nefastas da forma como tem sido concretizada a integração na União Europeia, estive com reformados que não se conformam com as pensões de miséria e com os aumentos irrisórios que lhes anunciam como se fossem grandes benesses, estive com portuguesas e portugueses que acreditam que Portugal pode ser melhor e que estão dispostos a lutar por uma sociedade mais justa».

Referindo-se às preocupações que têm estado presentes na sua campanha, Jerónimo de Sousa considerou:

«Não fosse a candidatura do PCP e não have-

ria neste processo eleitoral (...) quem defendesse a travagem dos processos destrutivos da economia nacional, quem se preocupasse com os trabalhadores aduaneiros, com os trabalhadores da Renault ou da metalomecânica pesada. (...) Quem erguesse a voz contra os acordos celebrados no âmbito da União Europeia que sacrificam as pescas, as indústrias conserveiras, a agricultura portuguesa.

«Não houvesse a candidatura do PCP e não haveria nesta campanha uma palavra inconformada com uma política que tudo sacrifica aos interesses do lucro e dos senhores do dinheiro, com o aumento das injustiças sociais, com a desertificação do interior do país e a acentuação das assimetrias regionais.

«A política de direita, de que Cavaco Silva foi o primeiro responsável, conduziu as regiões do interior do país a uma crise profundíssima. Ao brutal declínio da agricultura somaram-se diversos processos económico-sociais num ciclo de agravamento em espiral, desencadeando fenómenos e provocando situações de desertificação humana e esvaziamento económico em muitos aspectos já irreversíveis».

Jerónimo de Sousa solidário com a luta

Trabalhadores que em evitar o fim da metalomecânica

Quem fez isto no Governo, não terá certamente uma leitura correcta do texto constitucional — alertou o candidato comunista, denunciando as responsabilidades de Cavaco Silva na aprovação de leis como a que veio facilitar os despedimentos.

Jerónimo de Sousa foi recebido com especial calor pelos seus camaradas metalúrgicos, representantes dos trabalhadores da metalomecânica pesada, que promoveram na semana passada uma conferência de imprensa frente aos portões da Asea Brown Boveri, em Alfragide, e para a qual fizeram questão de convidar o candidato presidencial mais ligado ao sector e às lutas travadas em defesa dos postos de trabalho e das empresas.

Aos jornalistas de diferentes órgãos de comunicação ali presentes (a SIC, apesar de ter os estúdios ali a dois passos, foi a única televisão que não deslocou nenhuma equipa ao local) os dirigentes da Federação dos Metalúrgicos/CGTP e os membros das estruturas representativas dos trabalhadores da Sorefame e Hidrosorefame, da Mague e Sermague, da Metalsines e da MSet recordaram o processo de destruição do sector e alertaram para as consequências graves que poderá ter a continuação, em impunidade, desta política da ABB.

Um mau negócio

Os representantes dos trabalhadores entendem que a entrada da ABB na metalomecânica pesada foi «um mau negócio para Portugal e para a nossa indústria».

Na sequência de acordos com o IPE (holding responsável pelas participações do Estado no capital social das empresas) e com a Mague, a multinacional conseguiu alterar a seu favor a composição do capital social da Senete, a empresa que ficou com o controlo de todo o sector. A maioria custou à ABB apenas dois milhões de contos e o compromisso de introduzir nova tecnologia. O Estado passou a deter apenas 20 por cento do capital, quando antes possuía 60 por cento.

Mas, afinal, o que veio a acontecer? Desde 1989 até hoje, a ABB não introduziu as alterações tecnológicas a que se comprometera, mas destruiu parte significativa do aparelho produtivo instalado; utilizou refinadas técnicas, mas para despedir trabalhadores.

Está hoje claro que, com a sua entrada na metalomecânica pesada, a ABB pretendeu apenas adquirir a carteira de encomendas das empresas portuguesas e os seus mercados, nacional e estrangeiro; ao mesmo tempo, tem procurado eliminá-las como potenciais concorrentes - acusam os representantes dos trabalhadores do sector, alertando que, depois da desactivação da construção de equipamentos para centrais eléctricas e de aparelhos de elevação e transporte, poderá ser destruída a capacidade nacional de construir o material circulante para a CP e o Metroropolitano.

Para exigir que seja travado o passo à multinacional, foram já solicitadas audiências aos novos responsáveis governamentais e foram encetados contactos com a Assembleia da República. A Federação dos Metalúrgicos e os ORTs das empresas da metalomecânica pesada pretendem que o Governo tome medidas para evitar que empresas encerrem e, no imediato, que a ABB seja impedida de proceder ao anun-



ciado despedimento colectivo e encerramento da Sermague.

Solidariedade e responsabilidades

Jerónimo de Sousa começou por afirmar que a sua presença aos portões da ABB vinha «confirmar a razão e um dos principais objectivos» da candidatura do PCP. Criticou a forma como

o Estado entregou as suas responsabilidades no sector a «uma multinacional, que não veio para investir, não veio para dinamizar a nossa produção, veio para ficar apenas com o mercado, atirando para o espaço dos inúteis e dos excluídos uma mão-de-obra altamente qualificada». Recordou, depois, que «foi Cavaco Silva e foi o seu Governo quem alterou a lei dos despedimentos, que permite hoje com grande

Aduaneiros saúdam candidato comunista

Um grupo de aduaneiros entregou a Jerónimo de Sousa uma carta congratulando-se com a referência que o candidato comunista fez à luta do sector, no programa da RTP «Prova Oral», transmitido quarta-feira da passada semana. A missiva refere:

«Foi com a mais viva satisfação que trabalhadores aduaneiros em despachantes acolheram a sua alusão à justa luta dos trabalhadores aduaneiros no programa Prova Oral de ontem, 6/12, na RTP.»

A referida alusão, na linha do que tem feito o Partido Comunista Português, mormente na Assembleia da República, é agora reforçada na voz da sua candidatura à Presidência da República.



VIANA DO CASTELO

Em Viana do Castelo (na foto), o candidato comunista participou num almoço-convívio, com cerca de uma centena de apoiantes. Apresentado pelo seu mandatário distrital, João José Vieira, Jerónimo de Sousa falou sobre os objectivos e a necessidade da sua candidatura, orientada para a derrota do candidato da direita e para trazer ao debate nacional a posição dos comunistas sobre as importantes questões que se colocam ao País.



EM ALMADA

Jerónimo de Sousa encontrou-se com reformados de Almada, nas instalações da URPCA (na foto). No mesmo dia, quinta-feira da passada semana, o candidato participou numa sessão pública na Azambuja.

PRESIDENCIAIS

Jerónimo de Sousa

VILA NOVA DE GAIA

Jerónimo de Sousa esteve, na passada sexta-feira,

este preconceito de não referendar todo o processo, que assentou arraiais na candidatura de Sampaio, não é aceitável».

Atacando o candidato da direita, Jerónimo de Sousa observou:

«Cavaco fala normalmente claro por interposta pessoa. Assim sucede quando o seu mandatário vociferava um anticomunismo cavernícola como se fosse um argumento no debate político-eleitoral e assim acontece quando, falhada a sedução dos almoços privados, os artigos de opinião dos seus mais fiéis correligionários vêm mendigar os votos do Partido Popular.

«Não é possível por isso escamotear que esta é a candidatura da direita, a candidatura de desforra de 1 de Outubro, a candidatura que visa continuar, a partir da presidência da República, a política prosseguida durante 10 anos pelos seus Governos.

«É, aliás, o próprio Cavaco que o admite quando explicita que um facto que decisivamente empurrou para a candidatura foi a derrota eleitoral.

Por isso, a candidatura de Cavaco, ao contrário do que afirma, é profundamente desestabilizadora».

facilidade o despedimento colectivo, bastando para tal invocar razões económicas», o que a ABB já fez e está agora a fazer na Sermague.

Para Jerónimo de Sousa, «aquí está uma demonstração de que, quando a Constituição da República consagra o direito à segurança no emprego e a proibição do despedimento sem justa causa, foi por causa de uma lei do Governo PSD/Cavaco Silva que hoje estes trabalhadores correm o risco de serem atirados para o desemprego». «Com certeza, quem fez isto como primeiro-ministro não saberia ler a Constituição da República no que respeita aos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos trabalhadores», concluiu o candidato comunista, depois de reafirmar a sua solidariedade aos trabalhadores ameaçados de despedimento.

Nas respostas aos jornalistas, realçou que a sua candidatura tem sido praticamente a única a trazer à liça, nesta pré-campanha, um leque de questões relacionadas com a leitura constitucional dos direitos dos trabalhadores, claramente contrariada pela política do Governo e do patronato nos últimos anos.

em Vila Nova de Gaia, onde se realizou um almoço em que participaram cerca de duas centenas de pessoas. O período de intervenções foi aberto por Susana Santos, responsável distrital da JCP, seguindo-se Antero Pires, vereador da CM de Gaia. O candidato comunista usou da palavra para considerar «limitada» a visão de Jorge Sampaio sobre o referendo ao Tratado de Maastricht:

«O candidato Jorge Sampaio voltou a referir esta semana no seu Manifesto o seu apego ao referendo e à utilidade de uma consulta popular sobre as «questões inovadoras» que saiam da conferência intergovernamental de 1996. É uma proposta positiva mas de alcance muito limitado».

«O povo português nunca se pronunciou sobre o Tratado de Maastricht, a moeda única, ou a união política e, em nosso entender não há nenhuma razão para que não se pronuncie em referendo sobre tudo isto. Antes pelo contrário. A democracia e a independência nacional teriam muito a ganhar. Por isso



ALVERCA

Discursando numa sessão pública, realizada na passada segunda-feira, no Salão dos Bombeiros Voluntários de Alverca, Jerónimo de Sousa - que, pouco antes, se tinha encontrado com trabalhadores da CM de Vila Franca de Xira - comentou a ideia promovida pela comunicação social de que a presente campanha está a decorrer «morna», «cinzenta», «sem interesse», referindo: «A transformação das campanhas eleitorais em operações de marketing, em que o eleitor, em vez de cidadão consciente, é tratado como um «comprador», numa lógica de mercado que quer «vender» candidatos, em vez de convencer e consciencializar cidadãos para a realização de projectos políticos e para a solução de problemas

nacionais, é, precisamente, uma das causas do desinteresse dos cidadãos tantas vezes referida pela participação activa na vida política.

Aí, sim, está uma causa fundamental do fosso entre eleitores e eleitos. Esse fosso não se preenche com manobras de engenharia eleitoral, como algumas forças políticas pretendem, impor, com uma próxima revisão da Constituição. Também aí o futuro Presidente da República terá uma palavra a dizer. A ligação entre eleitores e eleitos reforça-se, sim, com a clareza das propostas e dos projectos, com o alargamento das formas de participação dos cidadãos na vida pública e no funcionamento das instituições democráticas».



MIRANDELA

Cerca de 100 pessoas participaram num jantar de apoio à candidatura de Jerónimo de Sousa, realizado no passado domingo num restaurante de Mirandela.

O jantar foi presidido pelo responsável da concelhia de Mirandela do PCP e eleito da CDU na Assembleia Municipal, Fernando Pilão.

Na ocasião, usou da palavra o mandatário distrital da candidatura, José Brinquete, que saudou a presença de Jerónimo de Sousa no nordeste transmontano, falando de seguida das várias propostas que o PCP tem apresentado para o desenvolvimento do distrito, defendendo a importância de um plano estratégico que combata efectivamente a desertificação e a necessidade de efectuar a regionalização.

Na sua intervenção, Jerónimo de Sousa sublinhou os objectivos da sua candidatura, afirmando:

«Estamos nesta campanha eleitoral para falar claro e com frontalidade aos portugueses. Ao contrário do que afirmam alguns apoiantes de Cavaco Silva, não estamos nesta campanha para enganar o nosso povo. Deixámos muito claros desde início os nossos objectivos: derrotar o candidato da direita, lutar para que a vontade de mudança manifestada pelos portugueses em 1 de Outubro não seja defraudada e afirmar, no debate sobre as eleições presidenciais, as propostas políticas e o projecto de sociedade que o PCP propõe para Portugal.

«É em torno destes objectivos que intervimos nesta batalha eleitoral, deixando também muito claro que, tal como em anteriores eleições presidenciais, saberemos avaliar qual a melhor forma de contribuir decisivamente para a derrota da direita e para a defesa da democracia».



Torralta vai ao Parlamento

O deputado Octávio Teixeira anunciou que o Grupo Parlamentar Comunista vai chamar o ministro Daniel Bessa ou o secretário de Estado do Turismo à Assembleia da República, para debater a situação da Torralta.

A intenção foi tornada pública, quarta-feira da passada semana, durante uma conferência de imprensa, em que o presidente da formação parlamentar comunista divulgou várias iniciativas legislativas já levadas a cabo nesta legislatura, de que se destacam o projecto de lei do PCP, instituindo a abolição da portagem da Ponte 25 de Abril, ou o diploma sobre a redução do horário de trabalho para 40 horas semanais.

Antes do encontro com os jornalistas, dirigido por Manuela Pinto Ângelo, membro da DORS, Octávio Teixeira, acompanhado dos deputados Odete Santos e Ruben de Carvalho, bem como dos membros da DORS, José Caetano e Valdemar Santos, avistou-se com uma delegação dos trabalhadores da Torralta, composta por dirigentes e membros da Comissão de Trabalhadores.

No encontro, que decorreu nas instalações do Sindicato dos Trabalhadores da Hotelaria, foi denunciada a aparente contradição entre as afirmações do ministro da Economia, que terá manifestado todo o empenho em resolver os problemas financeiros da Torralta e assim viabilizar o seu futuro, e as do secretário de Estado do Turismo, o qual, a interposta pessoa, admitiu a falência do empreendimento, caso falhasse o investimento previsto de um dos parceiros económicos estrangeiros.

PCP atento às dragagens no Sado

A estrutura concelhia de Setúbal exige participar no processo de consulta pública do Estudo de impacto ambiental relativo ao projecto de alargamento do Terminal de contentores do Porto de Setúbal e consequentes dragagens no Estuário do Sado.

Esta posição foi tomada em reunião daquele organismo partidário, na passada quinta-feira, depois de ponderados os reflexos «significativos e irreversíveis» que a obra terá em muitos aspectos do desenvolvimento do concelho.

Através da sua presença nas entidades, órgãos, organizações e no movimento de opinião pública, os comunistas setubalenses estão decididos a ter uma participação qualificada e responsável no processo, propondo-se desde já promover iniciativas públicas de debate sobre a matéria.

A Concelhia do PCP coloca como questão essencial a salvaguarda dos interesses da classe piscatória, que faz do Sado a sua base de trabalho e sustento, defendendo a aplicação de compensações para os possíveis prejuízos decorrentes das obras.

Açores Nomeação na Horta causa estranheza

A nomeação do novo delegado de Saúde para o concelho da Horta causou «estranheza», uma vez que o profissional designado «nunca teve proximidade directa com os problemas de saúde pública, dependentes da autoridade de saúde», afirma-se num requerimento apresentado pelo deputado comunista no Parlamento açoriano, Paulo Valadão.

Os comunistas acrescentam que a legalidade da nomeação suscita grandes dúvidas uma vez que foi assinada pelo Secretário Regional da Saúde e Segurança Social, o qual, segundo o PCP, não tem competência para tal acto.

Desta forma, Paulo Valadão interroga o Governo Regional sobre quais os critérios que estiveram na base da escolha do profissional nomeado, e que entidades foram ouvidas, antes de ser tomada a decisão? O suporte jurídico evocado (o DL 336/93 de 29 de Setembro) é igualmente questionado, já que, só por si, não confere ao Secretário Regional da Saúde a competência para aquela nomeação.

AE Braga-Guimarães Rectificação

Na edição anterior, citando uma nota da DORBraga do PCP, noticiámos, erradamente, a existência de conflitos relacionados com o traçado da Auto-estrada Famalicão-Guimarães. Ora, como se poderá depreender, trata-se de um lapso, já que o traçado em causa é o da AE Braga-Guimarães.

DORG comenta detenção de Abílio Curto

A propósito da detenção do Presidente da Câmara Municipal da Guarda para interrogatório sobre o processo do Matadouro da Guarda e da posterior decisão do juiz de Instrução Criminal de suspender o mandato do autarca, permitindo a sua libertação condicional mediante o pagamento de 20 mil contos e a proibição de sair o País, a Direcção Regional da Guarda do PCP divulgou o seguinte comentário:

«Embora o processo judicial esteja a decorrer e sem pretender antecipar-se a julgamentos que só aos tribunais dizem respeito; porque a decisão do Juiz encarregado do processo indicia gra-

ves responsabilidades de Abílio Curto e de outros indivíduos no processo do Matadouro Regional, a DORG do PCP considera que a população e a economia da região foram gravemente lesadas devendo portanto ser apuradas as responsabilidades criminais desses actos, assim como a responsabilidade política de quem promoveu a fraude ou com ela pactuou».

«Depois do caso Raimundo, mais um vez, pela negativa, a Guarda dá que falar ao País inteiro. Crise de valores, dizem uns, abusos e prepotência política, dizem outros. Os comunistas têm vindo a alertar há muito

tempo para o tipo de gestão praticado na Câmara Municipal da Guarda, tendo chegado mesmo a propor a constituição de uma Comissão na Assembleia Municipal da Guarda, para apurar os fortes rumores de que «os empreiteiros mandam na cidade», moção que foi rejeitada pela maioria PS, neste órgão autárquico.

«A DORG do PCP não pode deixar de responsabilizar todo o Executivo Municipal e em particular o Partido Socialista pela não construção do Matadouro Regional da Guarda e pela falta de transparência que tem envolvido todo este caso.

«A DORG do PCP considera que a gravidade dos problemas que têm surgido na Guarda necessitam de uma ampla discussão pública. Sem receios de pressões dos caciques e dos poderes instalados que tudo têm feito para calar consciências e os alertas dos cidadãos preocupados com a causa política e a transparência da gestão dos dinheiros e do património público.

«Os eleitos comunistas irão propor a realização de uma reunião extraordinária da Assembleia Municipal da Guarda para discussão desta grave situação e tomada de medidas correspondentes».

Timor 20 anos de invasão

No dia 7 de Dezembro, passaram 20 anos sobre a invasão de Timor-Leste pela Indonésia. Solidarizando-se com a luta do povo timorense, a Comissão Executiva da DORS do PCP, reunida naquele dia, emitiu uma nota de imprensa, em que denuncia o beneplácito dos

Estados Unidos face à invasão, e recorda que a autodeterminação e independência do território de Timor é um direito reconhecido pela ONU, o qual a comunidade internacional tem o dever de ajudar a concretizar.

O texto da DORS lembra que «em 7 de Dezembro de 1975, a

população timorense viveu as consequências trágicas da invasão, com cerca de 200 mil mortos ou desaparecidos e, ao fim de 20 anos de ocupação indonésia, as perseguições, prisões, torturas e assassínios, a par da rapina das riquezas naturais e da marginalização económica e social, conti-

nuam a constituir partes da vida quotidiana do povo timorense.

«Durante todos estes anos, os timorenses têm resistido heroicamente ao terror e ao genocídio, sendo o massacre de Santa Cruz, ocorrido há quatro anos, o símbolo trágico desta luta de resistência».

Empresas da Amadora lançam milhares no desemprego

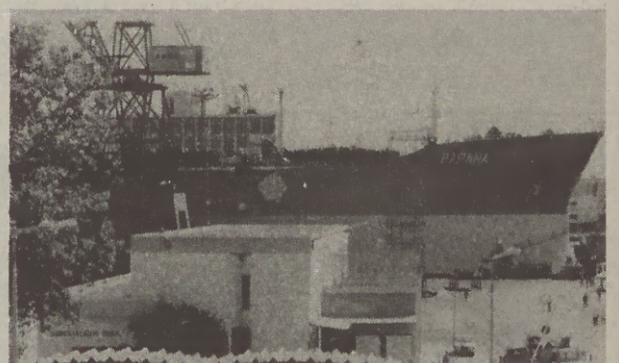
A Comissão Concelhia da Amadora do PCP, reunida recentemente, concluiu que a situação económica e social continua a agravar-se no concelho, chamando particular atenção para as dificuldades por que passa a metalomecânica pesada.

Os comunistas acusam a multinacional ABB de ter comprado a Sorefame e a Hidro-Sorefame, com o objectivo de destruir estas empresas, lançando milhares de trabalhadores no desemprego.

A destruição da capacidade produtiva nacional neste sector, salienta a estrutura comunista, visa tão-só ocupar o nosso mercado para a produção de outras fábricas europeias.

Contudo, são também preocupantes os casos das empresas «Cabos Ávila», onde a crise financeira ameaça 250 postos de trabalho; e a «Bio-Franco», cujos trabalhadores recebem há mais de quatro anos o salário por fracções, receando a todo o momento perder os seus empregos. Hoje, dos 200 postos de trabalho que chegaram a existir, esta empresa emprega apenas 30 pessoas.

A Concelhia pronunciou-se ainda sobre o Hospital Amadora-Sintra, exigindo que o Governo denuncie o contrato de gestão privada, assinado na anterior legislatura, e ponha a funcionar rapidamente serviços importantes, como a maternidade e as urgências.



Lisnave Prontos para a luta

A Célula da Lisnave do PCP manifesta, em comunicado, sérias preocupações com mais uma ofensiva que a Administração da empresa está a preparar contra os trabalhadores.

Segundo a nota, os objectivos parecem ser idênticos aos já divulgados por Ferraz da Costa, «o patrão dos patrões», designadamente no sentido de que «não vai haver aumentos salariais sem alteração da legislação laboral, a qual deve passar pela flexibilização do horário de trabalho, polivalência das funções, trabalho parcial, discussão da lei dos despedimentos, adaptando os recursos humanos à evolução das empresas, que não podem ter gente a mais. Ou dão lucro, ou fecham».

Estas são «propostas velhas» dizem os comunistas, recordando que algumas delas já a administração da Lisnave apresentou o ano passado.

Interpretando os resultados das eleições legislativas, a Célula interroga-se sobre «se os trabalhadores votaram na mudança, por que se apresenta o patronato como se nada tivesse mudado? Não seria altura de o poder político começar a dizer que os trabalhadores já foram demasiado prejudicados nos seus direitos para sofrerem mais atentados?».

Os comunistas da Lisnave observam que «se é verdade que o Governo, em palavras, mantém as promessas, não se percebe ainda muito bem o que é que vai fazer para cumpri-las, de tal maneira são vagos, imprecisos e até por vezes contraditórios os termos em que aborda as questões do mundo do trabalho».

Reafirmando a disponibilidade dos comunistas para «intervir em mais esta batalha política dentro da empresa», a Célula sublinha que «independentemente do lugar que ocupa em termos partidários, há uma certeza: nas empresas, nos locais de trabalho, onde os interesses dos trabalhadores e das populações estão em causa, PCP é o primeiro».

CAMARADAS FALECIDOS

Alberto Santana do Vale

Faleceu com 90 anos de idade, Alberto Santana do Vale, natural de Setúbal. Electricista de profissão, desenvolveu actividade no PCP antes do 25 de Abril.

Joaquim Luís Comenda

Faleceu, no passado dia 4, Joaquim Luís Comenda, de 66 anos de idade. Era membro do Partido desde 1974 e militava na organização de Alverca do Ribatejo, onde era muito estimado.

Margarida Sá Valente

Faleceu no passado dia 6 de Dezembro, com 90 anos de idade, Margarida Sá Valente, natural de Ovar, a cuja organização pertencia.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Contra a CAP, PARMALAT e LEICAR

União de leiteiras portuguesas saudada por associações de agricultores

A criação da LACTOGAL, resultado de uma fusão entre as União Cooperativas Leiteiras Agros-Proleite-Lacticoop foi saudada nos últimos dias por diversas estruturas de agricultores, entre as quais a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a Associação dos Jovens Agricultores de Portugal (AJAP) e a Associação dos Agricultores do Porto (APA).

Depois de uma reunião realizada no passado dia seis entre delegações da direcção da AJAP e da CNA, em Lisboa, as duas organizações declararam «o seu apoio activo a este processo» de formação da LACTOGAL, considerando-o «útil e oportuno para os agricultores (sócios das cooperativas), para os consumidores de leite e laticínios, para a produção e para a economia nacionais», lê-se numa nota entretanto distribuída.

A AJAP e a CNA consideram que o projecto da LACTOGAL deve mesmo ser apoiado pelo Estado.

Por seu lado, a direcção da APA, reunida na Junta de Freguesia de Penafiel no passado domingo, diz em comunicado que, além de o Estado dever apoiar a LACTOGAL, «reclama ao mesmo tempo, e como

consequência deste processo, a valorização do preço do leite no produtor e maior apoio aos agricultores, que são afinal quem deverá tirar maiores dividendos desta fusão, com incentivos ao aumento da produção de leite e a defesa do seu rendimento».

A APA comenta também as posições tornadas públicas da LEICAR, CAP e PARMALAT contra a LACTOGAL, dizendo que estas «reflectem, essencialmente, a angústia de quem vê o tiro sair-lhe pela culatra e a falta de resposta ao crescente descontentamento dos agricultores, que vendem o leite à multinacional italiana».

O comunicado diz ainda que «os dirigentes da LEICAR-CAP-PARMALAT na região já são useiros e vezeiros em arrastar alguns agricultores para a aventura, como o fizeram em tempos com as empresas



Os agricultores estão esperançados com a criação da LACTOGAL

PEC(s) e por isso os agricultores devem estar atentos às manobras que visam, pura e simplesmente, a destruição do nosso movimento cooperativo».

Diálogo aberto entre CNA e AJAP

Na reunião entre a CNA e a AJAP, cuja realização a APA saúda por «responder à necessidade de diálogo e cooperação em torno e a partir da defesa dos agricultores e da agricultura», abordaram-se ainda temas como

o endividamento do sector agrícola, a Organização Comum do Mercado (OCM) das frutas e legumes e a necessidade da baixa do preço dos factores de produção.

Em relação ao endividamento, as duas estruturas consideram ser esse «um problema nacional para o qual se reclamam medidas financeiras por parte do Estado capazes de o solucionar urgentemente».

Sobre a OCM para frutas e legumes a AJAP e a CNA acham que da forma como ela está formulada pela Comissão Europeia ela «não deve ser aceite pelo Governo Português».

Finalmente as duas estruturas apontam a necessidade da baixa dos preços dos factores de produção - em particular do gasóleo - o controlo e limite às importações em especial da

carne e bovinos e a baixa do custo do IVA para os produtos agrícolas.

Dúvidas sobre matadouro de Penafiel

Refira-se, ainda, que, na reunião da direcção da APA foi ainda analisada a questão do Matadouro Regional de Penafiel, depois das dúvidas levantadas sobre a sua viabilização num encontro entre representantes do Governo e o presidente da Associação de Municípios do Vale do Sousa (AMVS).

A APA recorda que «há muito tempo» tinha já levantado tais dúvidas pelo que entende que «não mais poderá ser alheada de qualquer decisão que vise a resolução do problema do abate de gado na região».

Por esse motivo, a APA solicitou uma reunião com o presidente da AMVS para tratar deste problema.

JCP assinala data de invasão de Timor

A data de invasão de Timor-Leste está a ser assinalada por diversas iniciativas da JCP, tal como no último «Avante!» informámos, entre as quais se conta a levada a cabo pela organização de Aveiro desta estrutura: uma campanha de sensibilização que decorre desde a semana passada.

Esta campanha integra a distribuição de um manifesto pelas diversas escolas da cidade e a afixação de cartazes. O objectivo, segundo um comunicado da Comissão Concelhia de Aveiro da JCP, é «combater o esquecimento a que tem sido votado o povo timorense, há vinte anos sob a opressão indonésia».

No manifesto recorda-se a data da invasão e denuncia-se a cumplicidade de alguns países: «porque a Grã-Bretanha vende armas à Indonésia e a Austrália assina acordos com a Indonésia a propósito do petróleo de Timor», lê-se.

O texto acusa também os países da NATO, «sempre tão indignados com o ditador Saddam Hussein de serem incapazes de chamar e sentir o mesmo pelo ditador Suharto».

Câmara de Faro arranca propaganda sobre Timor

A Direcção da Organização Regional do Algarve da JCP manifestou-se, em comunicado divulgado quinta-feira, «perplexa com o procedimento ilegal seguido pela Câmara Municipal de Faro em relação à propaganda».

Os acontecimentos relatados nesta nota dão conta que no passado dia 4 a estrutura comunista tinha colocado uma faixa na Rua de Santo António em Faro onde anunciava a realização de uma iniciativa de solidariedade com Timor-Leste. No dia seguinte a edilidade mandou proceder à remoção da faixa, «justificando-se com o incumprimento do novo regulamento sobre publicidade comercial», explica a nota da JCP.

A estrutura algarvia de jovens comunistas recorda à Câmara de Faro que a sua propaganda «não é comercial, mas política», pelo que não está abrangida por tal regulamento, «que exclui expressamente no seu texto a propaganda política».

Acresce a esse facto que a propaganda política é um direito constitucional «e que tem como únicas limitações as que são impostas pelo decreto-Lei nº 97/88, que a JCP cumpre escrupulosamente», lê-se.

A nota termina com exigência de reposição da propaganda retirada e pela consideração de «ilegal» e «antidemocrático» o procedimento da autarquia.

PSD e PS boicotam Câmara do Montijo

Os vereadores do PSD e do PS na Câmara do Montijo uniram-se para chumbar o Plano e Orçamento da edilidade para o ano de 1996, apesar de não terem entregue nenhuma alteração por escrito ao projecto apresentado e de as que sugeriram, oralmente, nas várias sessões de Câmara terem sido, quase todas, acolhidas favoravelmente pela presidência da edilidade. A CDU considerou tratar-se de uma «tentativa de boicote» do trabalho da Câmara.

A presidência da Câmara, da responsabilidade da CDU, emitiu na sexta-feira um comunicado onde se diz que o Plano de Actividades e Orçamento fora um documento elaborado «em resultado de uma ampla auscultação aos diversos intervenientes no exercício do Poder Local, numa conjugação de esforços entre serviços e eleitos».

Um processo que, relata a nota da presidente da Câmara, foi «iniciado em Setembro passado e que contou com a participação dos serviços municipais, juntas de freguesia e dos vereadores» das várias formações partidárias.

Por esse motivo os vereadores da CDU produziram uma declaração de voto onde conside-

ram que esta rejeição «revela uma tentativa de boicote sistemático à acção da Câmara Municipal».

As objecções do PS referem-se às previsões de receitas da Câmara em Contribuição Autárquica Urbana, impostos indirectos e sobre critérios de alienação de património, bem como alegados excessos de despesas em trabalho por recibos verdes.

Quanto às do PSD referem-se a um alegado excesso de alienação patrimonial, política de gestão pessoal e por se tratar de um documento «que reflecte, em termos gerais, o tipo de gestão praticada pela CDU desde o início do seu mandato, com a qual nunca concordámos e continuamos a discordar», lê-se na declaração de voto daquele partido.

A CDU argumenta que o documento que apresentou resultou «de um consenso progressivamente conseguido ao longo dos trabalhos preparatórios, onde fomos inteiramente receptivos às sugestões do PSD e PS, tendo-as considerado na sua maioria e integradas na versão final».

Têxteis em Guimarães Município aprova ideia da CDU

O deputado municipal da CDU em Guimarães, Adão Mendes, viu um requerimento seu ser aprovado na Assembleia Municipal sobre a aplicação de medidas especiais de protecção aos trabalhadores dos sectores têxtil e vestuário da região.

Pela proposta de Adão Mendes, a Assembleia Municipal de Guimarães recomenda ao Governo que, na falta de melhorés e mais concretas medidas, se prorroguem as actuais medidas especiais de protecção que caducam no próximo dia 31.

Por outro lado, pede-se que a região seja considerada prioritária na aplicação do rendimento mínimo garantido prometido pelo Governo.

Finalmente, pretende-se que sejam tomadas medidas concretas de defesa e promoção do emprego na região, «para que num futuro breve se ponha termo às esmolas e à caridade, se pratique a solidariedade e se olhe para esta terra como um exemplo de desenvolvimento e de progresso onde as pessoas se sintam bem, motivadas e protegidas em todos os seus direitos», lê-se no referido requerimento.

A Assembleia Municipal de Guimarães aprovou a proposta do deputado da CDU com uma abstenção e um voto contra de deputados do Partido Popular.

PCP com razão contra RTP

A Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS) voltou a dar razão ao PCP, na semana passada, numa queixa deste partido contra a RTP, por esta não ter ainda dado cumprimento a uma deliberação da AACS sobre a rotatividade dos comentadores políticos.

«Mau grado as razões conjunturais invocadas por aquela estação de televisão, a AACS reiterou a sua deliberação de 17 de Maio de 1995», lê-se numa nota distribuída por este organismo que volta a recomendar à TV estatal a rotatividade dos comentadores políticos na estação «de forma a assegurar a expressão das diversas correntes de opinião».

Eleição do Provedor de Justiça



A Assembleia da República elege a 18 de Janeiro

do próximo ano o Provedor de Justiça, cargo desempenhado desde 1992 por Menéres Pimentel. Este, recorde-se, afirmou recentemente não prometer se iria disponibilizar-se para continuar no cargo. "Também tenho direito ao meu tabu", disse na ocasião.

A Provedoria de Justiça é um órgão do Estado que tem como principal função garantir a defesa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos perante a Administração Pública, sendo eleito por quatro anos, pela Assembleia da República, por uma maioria de dois terços. Também a 18 de Janeiro, são eleitos os representantes da Assembleia da República em vários órgãos exteriores ao Parlamento, a saber, o Conselho de Estado, o presidente do Conselho Económico e Social, Conselho Nacional de Educação, Conselho Nacional de Eleições e Instituto Nacional do Ambiente.

Escórias na Metalimex: "Os Verdes" exigem esclarecimentos



O Partido Ecologista "Os Verdes" questionou o Governo

sobre as medidas que este pensa adoptar para não eternizar mais a situação que considera inaceitável de deposição de escórias de alumínio a céu aberto na Metalimex. Entendendo que se trata de uma ameaça à saúde pública da população de Setúbal, a deputada Heloísa Apolónia - autora do requerimento dirigido ao Ministério do Ambiente onde se levanta esta questão - advoga o urgente armazenamento e isolamento imediato das escórias em local seguro, para que não prossigam os efeitos da contaminação local. No texto do requerimento, Heloísa Apolónia chama ainda a atenção para o facto de a situação se arrastar há muitos anos e de não ter sido cumprida a promessa pelo Governo anterior de retirada dos resíduos.

Definição da política monetária PCP quer anular "contrabando legislativo" do PSD e restituir competências ao Governo

Baixou à Comissão, sem votação, após debate na generalidade, o pedido de ratificação apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP sobre as alterações à Lei Orgânica do Banco de Portugal. Em causa, para a formação comunista, está a alteração aprovada anteriormente pelo PSD que retira ao Governo a competência na definição da política monetária portuguesa, transferindo-a, exclusivamente, para o Banco de Portugal.

Opondo-se frontalmente a esta alteração, que se traduz do seu ponto de vista numa "inaceitável redacção" que configura uma "aberração", o Grupo comunista, de acordo com as palavras do seu presidente, Octávio Teixeira, pretendeu, pois, com esta iniciativa legislativa, "restituir ao Governo a sua competência constitucional em matéria de definição da política monetária".

Aprovada em meados de Setembro último pelo Executivo anterior, quando as atenções estavam todas viradas para a campanha eleitoral - e por isso lhe chamou Octávio Teixeira uma "tentativa despuorida para a fazer passar despercebidamente, à laia de contrabando" -, esta alteração reveste-se da maior "gravidade política e constitucional".

O líder da formação comunista considerou mesmo "esta expropriação de competência do Governo" como uma alteração "inaceitável", justificando a sua posição com duas ordens de razões: "de índole política, porque a política monetária é um instrumento indispensável da política económica global do País, que ao Governo compete definir e conduzir e por cujos resultados o Governo responde politicamente perante os eleitores; e por razões de natureza constitucional, porque a alteração introduzida viola o disposto no artigo 105º da Constituição".

Nessa medida, para a banca comunista, a alteração em causa não pode deixar de ter sérias implicações e de comportar um elevado significado político. Desde logo, explicou Octávio Teixeira, porque "ao atribuir ao Banco de Portugal o exclusivo, e consequente responsabilidade, pela condução da política monetária, o Governo deixa de responder politicamente pelos efeitos dessa mesma política", isto é, as instituições e os cidadãos portugueses deixariam de lhe poder "pedir responsabilidades".

Considerando-a "básica", esta questão é tanto mais grave, segundo Octávio Tei-

xeira, quanto é certo que a "condução, a definição e execução da política monetária, condiciona uma multiplicidade de outras políticas económicas e sociais", ou seja, condiciona a "política cambial, as políticas orçamental e fiscal e, consequentemente, as próprias políticas de rendimento e preços".

Para o Grupo Parlamentar do PCP, a questão da autonomia do Banco de Portugal deve cingir-se, por conseguinte, ao âmbito da execução das políti-



A definição da política monetária compete ao Governo e não ao Banco de Portugal

cas monetária e financeira, e não, como frisou Octávio Teixeira, no plano da "sua defini-

ção, não na sua completa desarticulação e desresponsabilização face às directivas do

Governo no uso das suas competências próprias e indelegáveis".

Matadouro Regional do Algarve Iminência de falência e irregularidades na RNA

Crescem as preocupações no Algarve quanto ao futuro do Matadouro Regional. Em causa, perante a situação de iminente falência, está sobretudo o despedimento de 70 trabalhadores e o desaparecimento de uma unidade indispensável onde os produtores possam proceder ao abate dos seus animais.

A exemplo de outros megamatadouros criados no quadro da Rede Nacional de Abate,

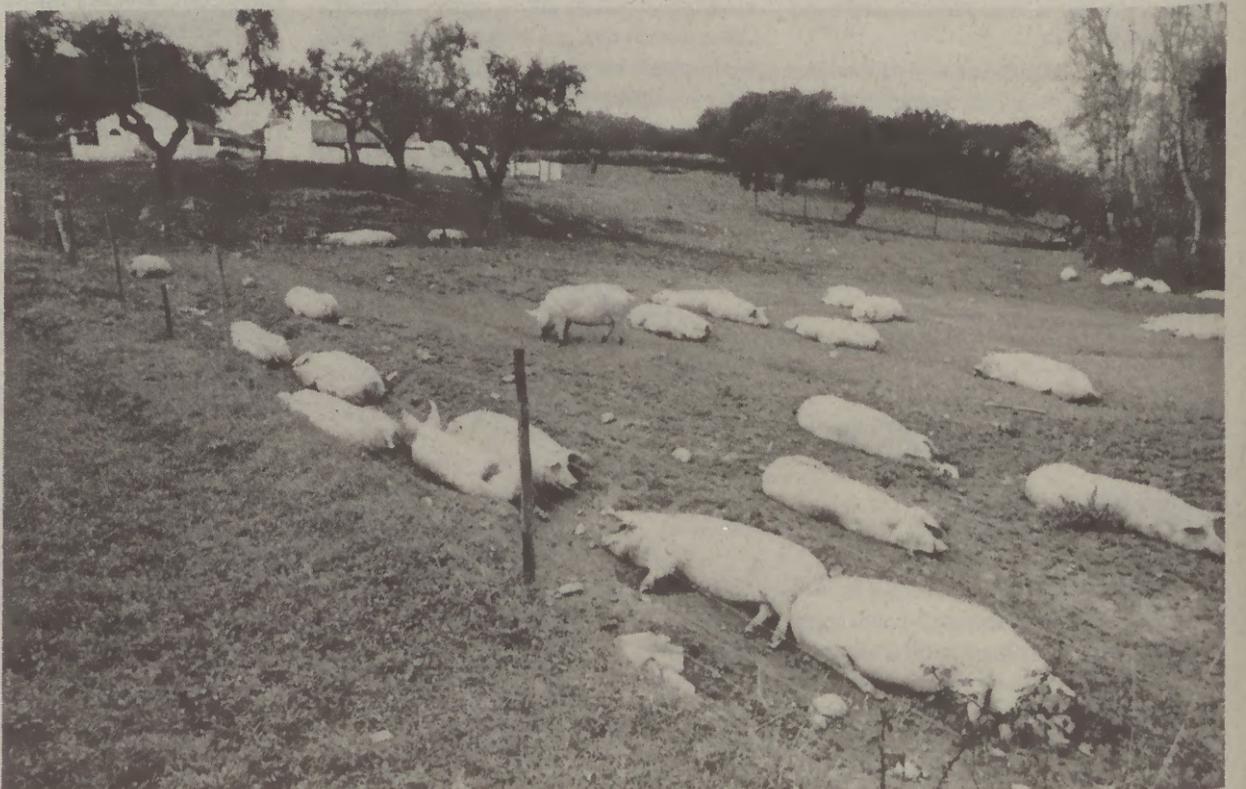
perfeitamente sobredimensionados, também esta unidade (onde foi feito um investimento superior a um milhão de contos) padece desse mesmo desajustamento em relação à realidade nacional.

O resultado desta política é conhecido, não faltando os exemplos que testemunham o subaproveitamento da capacidade instalada, as crescentes dificuldades financeiras, a liquidação da rede de mata-

douros municipais e o afastamento dos produtores dos centros de abate.

Razões mais que suficientes, pois, para que o Grupo Parlamentar do PCP diligenciasse junto do Governo no sentido de saber qual a sua sensibilidade sobre esta questão, e mais exactamente sobre a investigação de irregularidades noticiadas e eventuais medidas que garantam a viabilização dos matadouros criados.

Foi o que fez o deputado Lino de Carvalho, em requerimento dirigido ao Executivo, no qual, para além de todas estas questões - numa alusão às recentes irregularidades vindas a público -, recorda a proposta de inquérito parlamentar apresentada pelo Grupo comunista na anterior Legislatura (rejeitada pelo PSD) a indiciárias práticas irregulares envolvendo a rede nacional de abate e a constituição das sociedades PEC.



As orientações e medidas adoptadas no âmbito da Rede Nacional de Abate estão a revelar-se completamente desajustadas da realidade nacional

Reprivatização da Petrogal

PS dá cobertura à bagunça do PSD

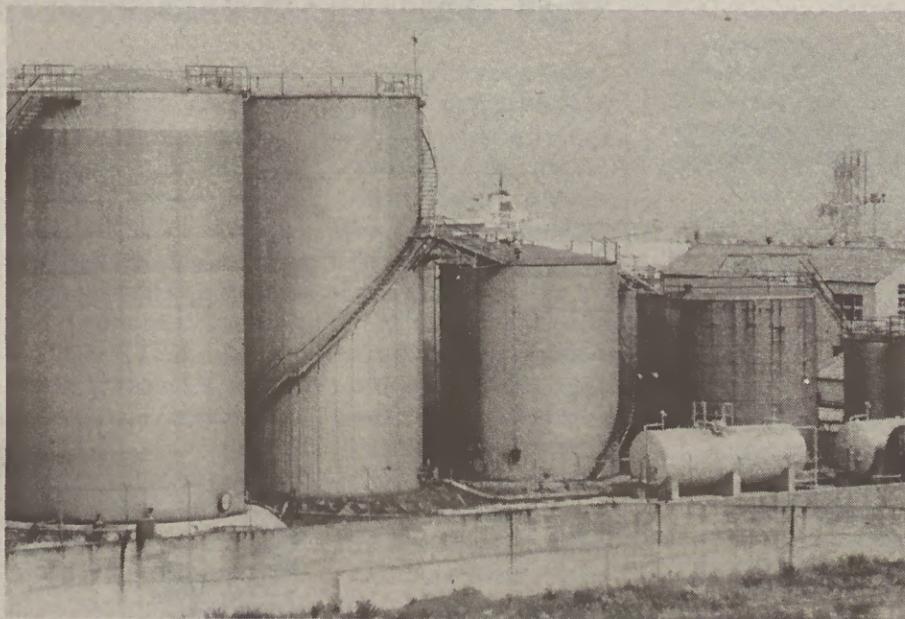
Uma posição comprometedoramente quanto aos seus reais desígnios no que se refere ao prosseguimento das linhas essenciais da política de direita foi patenteada pelo PS no debate parlamentar que apreciou um pedido de ratificação ao diploma (D.L. nº 145-A/95) relativo à privatização da Petrogal. Apreciado faz hoje oito dias, o pedido de ratificação suscitado pelo Grupo comunista pôs a nu uma monumental cambalhota da bancada socialista, que, em poucos meses, lançando às urtigas a coerência de posições - em Junho foi a par do PCP o partido que se insurgiu contra o decreto de Catroga que alterou o processo de privatização da Petrogal -, veio agora mudar radicalmente de ideias, ratificando e dando cobertura à bagunça que caracterizou a acção governativa do PSD.

Ao chumbar o pedido de ratificação apresentado pelo PCP - com o argumento único de que mexer no processo de privatizações poderia constituir um factor de perturbação e de instabilidade -, o PS sancionou, com efeito, um escandaloso processo em que avultam obscuras operações de engenharia financeira destinadas a favorecer interesses particulares com esbulho do património público.

Em causa está, como sublinhou o deputado comunista Lino de Carvalho, o "interesse nacional" num caso que assumiu

a dimensão de verdadeiro escândalo e que se constitui como paradigma da "total falta de transparência e de favorecimento de interesses privados em prejuízo do interesse público" que tem caracterizado o processo de privatizações.

A história deste processo, em síntese, refere-se a um diploma legal subscrito pelo anterior ministro Catroga em Junho do ano corrente, que veio alterar o anterior Decreto-Lei que define o regime de privatização da Petrogal, satisfazendo os interesses e resolvendo os proble-



A história do processo de privatização da Petrogal - a maior empresa nacional - constitui um verdadeiro escândalo, a que o PS parece querer fechar agora os olhos

mas do grupo privado PetroControl.

O resultado desta medida legislativa, no concreto, veio garantir à PetroControl - "que não cumpriu nenhuma das obrigações legais e contratuais a que se tinha obrigado" pelo regime definido no primeiro diploma de privatização da Petrogal (DL 353/91), como assinalou Lino de Carvalho -, não a obrigatoriedade de pagar 62.862 milhões de

contos, como estava previsto, mas apenas a entrega ao Estado de 6,5 milhões de contos.

"Esta é, de facto, a única verba que [a PetroControl] desembolsa a favor do Estado e pela qual fica no total a deter 46,5 milhões de acções (contando já com o aumento de capital). Isto é, pelas posições de accionista que aliena, o Estado só recebe o correspondente a cerca de 140\$00 por acção, quando de

acordo com as avaliações feitas, valem pelo menos 1.700\$00, ou, se usarmos o parecer de uma das entidades avaliadoras, 3.700\$00", explicou o deputado comunista.

Significa tudo isto, por outras palavras, que o Estado foi defraudado em mais de 57 milhões de contos, a que acresce, por outro lado, o facto de à PetroControl terem sido perdoados 10 milhões de contos correspondentes à cláusula de penali-

zação e de esta ter arrecadado 46,5 milhões de acções (45 por cento do capital da Petrogal), por, na prática, um preço de 140\$00 quando o seu valor real era muitas vezes superior.

Mas se o favorecimento financeiro a um grupo privado com prejuízo do património público é, em si mesmo, em qualquer circunstância, uma medida da maior gravidade, no caso vertente a situação afigura-se ainda mais escandalosa, na medida em que os interesses estratégicos da Petrogal foram colocados a reboque dos interesses de um grupo ou grupos concorrentes.

Mais, foi ainda Lino de Carvalho a lembrá-lo, a Petrogal "é a maior empresa portuguesa, a única colocada nas 400 maiores empresas industriais do mundo, a maior empresa exportadora do País (370 mil contos por dia) e cobra e entrega ao Estado 795 mil contos por dia de impostos", sendo ainda, em Espanha, "a primeira de todas as petrolíferas estrangeiras a actuarem no país vizinho", estando simultaneamente presente em África e com um plano estratégico que prevê o alargamento do processo de internacionalização.

Em causa isenções fiscais sobre automóveis

Emigrantes na Suíça sentem-se discriminados

As discriminações que tudo indica estão a ser praticadas pelas autoridades alfandegárias portuguesas em matéria de isenção fiscal no que se refere a automóveis importados da Suíça por emigrantes, com o estatuto de temporário, no seu regresso definitivo, está a gerar uma onda de mal-estar e de viva contestação entre os nossos compatriotas.

Em causa está, sobretudo, segundo o relato de emigrantes, o facto de o Consulado português de Zurique prestar informações onde se prevê o pagamento do IVA em Portugal, quando a verdade é que este imposto já foi pago naquele país aquando da aquisição do veículo.

O assunto mereceu já a atenção do Grupo Parlamentar do PCP, em requerimento dirigido ao Governo, subscrito pelo deputado Ruben de Carvalho, onde se levanta também a questão da diferença de critérios entre a legislação referente à isenção do imposto sobre valor acrescentado e a referente à de isenção de impostos automóvel.

"Enquanto que o D.L. nº 258/93 refere-se a «períodos não consecutivos» que totalizem 24 meses, o D.L. nº 31/89 exige um período de residência de «pelo menos 12 meses consecutivos»", observa Ruben de Carvalho, que não deixa de fazer notar, neste contexto, a circunstância de as autoridades helvéticas imporem a estes trabalhadores contratos de trabalho/estadia por períodos não superiores a nove meses, levando-o a concluir, por conseguinte, que "existe discriminação no referido articulado do D.L. nº 31/89".

No texto do requerimento - onde questiona o Governo sobre todas estas matérias -, o deputado comunista veicula ainda as queixas de emigrantes chegadas ao Grupo comunista no que se refere ao facto de os serviços consulares de Zurique, ao contrário dos de Genebra e de Berna, exigirem para efeitos de isenção fiscal, uma certidão de rendimentos ou folha de salário, correspondente ao período em que trabalhou na Suíça, contrariando assim a legislação em vigor.

Liberdade de Imprensa, hoje, em debate

Pôr cobro aos atropelos aos direitos dos jornalistas

A Lei de Imprensa ocupará hoje a ordem do dia do debate parlamentar, com as atenções centradas em dois projectos de lei da autoria do PCP e do PS. Entregue na Mesa da Assembleia em Outubro último, o diploma subscrito pelos deputados comunistas estabelece um conjunto de medidas de salvaguarda da liberdade de imprensa, uma área em relação à qual, na última Legislatura, no entender do PCP, foram desenvolvidos intensos ataques aos direitos dos jornalistas.

Disso mesmo são testemunho, como assinala a nota preambular do projecto comunista, as alterações ao Código Penal visando a liberdade de expressão ("que continua espartilhada nalguns dos preceitos que já entraram em vigor"), bem como as alterações à Lei de Imprensa aprovadas pelo PSD no consulado cavaquista. Neste último caso, lembram os deputados comunistas, tais alterações "visaram salvar, de uma forma especial, uma certa classe política, que quis ver consagrado o direito ao abuso do direito de resposta".

Trata-se, pois, para o Grupo comunista - e é nesse sentido que vão as medidas agora por si preconizadas -, de reparar no imediato "alguns dos mais graves atropelos aos direitos dos jornalistas", ou seja, adoptar desde já algumas alterações que acolheram o consenso dos partidos da oposição na anterior Legislatura, isto independentemente da consideração de que importa "reponderar globalmente a legislação relativa à comunicação social".

Concretamente, no que se refere à Lei de Imprensa, o Grupo comunista propõe a proibição do abuso do direito de resposta (não se considerando, no entanto, como tal, o uso de expressões desprimorosas), prevendo, simultaneamente, a "exigência do parecer favorável do Conselho de Redacção para a recusa da publicação da resposta".

A revogação do verdadeiro regime de excepção quanto aos prazos processuais, reduzidos drasticamente, "numa verdadeira sanha persecutória do PSD relativamente aos jornalistas", está igualmente prevista no diploma da autoria do PCP, que advoga, por outro lado, a "garantia da possibilidade de prova de verdade dos factos em processo penal, preservando, no entanto, a esfera íntima dos cidadãos, sem relevância para o interesse público".



Assegurar a liberdade de imprensa, eliminando os atropelos aos direitos dos jornalistas

GREVE NO CALÇADO AMANHÃ

Contra a recusa de negociar o contrato colectivo de trabalho para 1996, está marcada para amanhã uma greve nacional no sector do calçado, bem como uma concentração dos representantes dos trabalhadores junto às instalações da APPICAPS, no Porto. Desde o início das negociações, em Outubro, a APICAPS condicionou o seu avanço à aceitação de baixos salários e uma brutal flexibilização dos horários semanais, cujo máximo chegaria às 53 horas, procurando, ao mesmo tempo, transformar as horas extraordinárias em horas normais - acusa a Federação dos Sindicatos dos Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles.

As novas tabelas salariais já deveriam ter entrado em vigor no início de Outubro, refere a Fesete, que entretanto recorreu à passagem do processo negocial à fase de conciliação, cuja primeira reunião estava agendada para ontem.

OPÇÃO MAIS

Com uma adesão de 98 por cento, entraram em greve os trabalhadores do refeitório da Fundação de Oeiras «Opção Mais», revelou terça-feira o Sindicato da Hotelaria do Sul. O pessoal decidiu manter a paralisação até que sejam pagos os salários do mês de Novembro. Segundo o sindicato, há mais de um ano que o pagamento dos salários é retardado sem justificação, «a empresa cobra receitas mas o dinheiro desaparece».

TRANSPORTA

Em greve estiveram também os trabalhadores da Transporta - Transportes Porta a Porta, durante todo o passado dia 7, com uma adesão de 80 por cento, segundo a federação do sector. A Festruc/CGTP informou que esta forma de luta foi desencadeada para exigir da empresa o respeito pelo acordo de empresa em vigor (o AE da Rodoviária Nacional), aumentos salariais dignos, a redução do horário de trabalho e o direito à negociação colectiva.

AUDIOVISUAL

Em representação do STT (Sindicato dos Trabalhadores de Telecomunicações e Comunicação Audiovisual), de cuja assembleia geral é vice-presidente, o jornalista e locutor, da RDP, Rui Lima Jorge foi eleito para a direcção da confederação internacional MEL, revelou segunda-feira a direcção do sindicato. O Congresso do Media and Entertainment International (nova designação, agora adoptada, da ISETU/FISTAV) decorreu nos dias 7 e 8, em Washington, e reelegeram como presidente o britânico Tony Lennon.

A central internacional do audiovisual reúne actualmente 137 sindicatos, federações e uniões de 59 países, representantes de cerca de 200 mil trabalhadores da rádio, televisão, cinema, vídeo e teatro e também, em alguns casos, das artes plásticas e da música - informa ainda o STT.

INTERJOVEM

Considerar como crime a exploração de mão-de-obra infantil é a exigência contida na petição que a Interjovem hoje entrega na Assembleia da República. Na sequência de outras iniciativas de combate ao trabalho infantil, a organização de juventude da CGTP promoveu a recolha de assinaturas para esta petição, que uma delegação depositará nas mãos do presidente da AR, reclamando produção legislativa que permita punir criminalmente os patrões que empreguem menores.

AMADORA-SINTRA

A gestão privada do Hospital Amadora-Sintra ameaça transformar esta unidade num «centro comercial de serviços de saúde». A acusação foi feita durante uma conferência de imprensa realizada na sede da CGTP, após uma reunião das direcções da central e dos sindicatos da área da saúde (médicos, paramédicos, enfermeiros e função pública), anteontem à tarde.

Maria do Carmo Tavares reafirmou a posição dos sindicatos contra a concessão da exploração a um grupo privado, sublinhando que se trata de «um hospital público, construído e equipado com dinheiro dos contribuintes». Os dirigentes manifestaram-se «alarmados» com a expectativa de que os vários serviços de saúde do hospital venham a ser geridos por entidades privadas diferentes, chamando a atenção para o facto de que, «a cumprir-se esta situação, poderão mesmo surgir problemas para apurar responsabilidades no caso de utentes serem lesados ao usufruírem desses serviços, pois as unidades funcionarão independentemente umas das outras».

Aquela dirigente da CGTP considerou ainda ser «inadmissível que a população das zonas da Amadora e de Sintra, carenciadas de serviços de saúde e que há 30 anos aguardam por um hospital, venham agora ser secundarizados por utentes de sub-regimes de saúde».

Os sindicatos da saúde - refere a agência Lusa - criticaram o deficiente aproveitamento que está a ter o hospital, referindo que, das 670 camas de capacidade, apenas estão ocupadas 61 e que, apesar de totalmente equipado, os recursos humanos escasseiam e os serviços funcionam a dez por cento.

Denunciaram também as más condições de trabalho que ali vigoram, nomeadamente o abuso dos recibos verdes na contratação de pessoal.

Balanço crítico do primeiro mês de ME Professores desiludidos com sinais «preocupantemente negativos»

«Até agora, os sinais, que não se limitam ao mero campo discursivo, são preocupantemente negativos», afirma a Federação Nacional dos Professores, que na semana passada deu a conhecer a sua apreciação acerca do primeiro mês de governação do executivo de Marçal Grilo e António Guterres. No documento apresentado aos jornalistas no dia 7 pelo secretário-geral da Fenprof, Paulo Suceca, adianta-se que, «se tal posição política se mantiver, a Fenprof promoverá, durante o início do 2º período, após consulta aos professores, a consecução das medidas consideradas mais adequadas para alterar positivamente a situação».

Apontando os exemplos da prova de candidatura para acesso ao 8º escalão e dos créditos de formação, a federação verifica que «começa a existir uma substancial distância entre as palavras e os actos do Partido Socialista, com um claro ponto de ruptura entre intenções e decisões, situado no momento em que o Governo entrou plenamente em funções». A Fenprof acusa o executivo de, com medidas como as que está a tomar naquelas matérias, contrariar «promessas e compromissos que, ao que parece, se limitavam a fazer crescer a votação na mudança ambicionada pelos docentes portugueses».

Este comportamento do Governo «é reprovado pela generalidade dos professores e educadores, como o atestam o grande número de presenças nas reuniões sindicais que a Fenprof está a promover por todo o País, a aprovação de moções, a recolha de assinaturas em cartas e abaixo-assinados de protesto», refere a

federação, anunciando para segunda-feira a entrega destes documentos no Ministério da Educação.

A Fenprof aponta quatro «questões essenciais de tréguas ou luta», que quer ver abordadas na reunião com o Governo, dia 20:

- abolir a candidatura,
- suspender a obrigatorie-

dade de créditos para progressão na carreira,

- alterar a legislação de quadros e concursos para vinculação e estabilidade dos professores,

- e publicar as portarias de criação de jardins de infância.

Daquela reunião a federação espera que marque «o início de um processo que conduza à

resolução urgente das múltiplas questões que continuam a afectar negativamente os professores e o seu desempenho profissional». Do Governo os professores exigem «uma atitude que, merecedora de confiança, seja um sinal evidente de uma nova postura governativa, diferente da que fez escola em dez anos de governação PSD».



Congresso do Ensino Superior

Pela primeira vez conjuntamente e durante três dias, os grandes problemas do Ensino Superior foram analisados em pormenor por quatro centenas de professores, estudantes e funcionários não-docentes. A ocasião foi proporcionada pelas respectivas organizações representativas, que promoveram, de sexta-feira a domingo, em Lisboa, o Congresso do Ensino Superior.

A iniciativa decorreu no Instituto Superior Técnico, sob o lema «Por um Ensino Superior de qualidade», e contou com a participação, entre outros, do presidente da AR, em representação do Chefe de Estado (ausente do País), e do reitor da Universidade Técnica de Lisboa. O secretário de Estado do Ensino Superior participou apenas na sessão de encerramento, domingo à tarde.

A discussão foi organizada em torno de nove temas: o sistema do Ensino Superior; autonomia, gestão e financiamento; acesso ao

Ensino Superior; ensino, relação pedagógica e sucesso escolar; modelos institucionais, inovação e adequação curricular; acção social escolar; estatutos de carreiras, formação e estatutos remuneratórios (docentes, investigadores e não docentes); investigação científica e tecnológica; participação e representatividade (docentes e investigadores, estudantes, e funcionários não docentes).

A «expectativa elevada» da comunidade universitária face às exigências da actuação do Governo, manifestada no documento de conclusões, teve da parte do secretário de Estado a precaução de se tratar de «problemas que ultrapassam o limite de uma legislatura».

As conclusões salientam que a realização do congresso propiciou «condições para um novo salto qualitativo no movimento reivindicativo do Ensino Superior» e que professores, alunos e funcionários são «uma força com que o Governo pode e tem de contar».

Enfermeiros retomam luta pelo Estatuto e a Ordem

Num debate nacional, realizado na semana passada em Lisboa pelo Sindicato dos Enfermeiros Portugueses e que teve a participação de 650 enfermeiros e estudantes de enfermagem e de representantes dos grupos parlamentares do PCP, PSD e PP, foi manifestada a disposição de continuar a lutar por legislação que defina o Estatuto profissional, reivindicada desde 1979, e institua um órgão autónomo para o controlo do exercício da profissão. O Estatuto e a Ordem dos Enfermeiros constavam das matérias que o SEP ia colocar na

reunião que anteontem ia ter com a ministra da Saúde.

Tal como o sindicato, também os representantes dos grupos parlamentares consideraram no debate de dia 6 que estas questões carecem de decisão política urgente, que tenha em conta a opinião dos enfermeiros.

Na informação que divulgou acerca do debate nacional, o SEP lamenta que o Grupo Parlamentar do PS não se tenha feito representar e relata as posições dos restantes partidos:

«Da parte do Grupo Parlamentar do PCP, representado pelo seu

deputado Bernardino Soares, houve o compromisso de apoiar estas justas lutas dos enfermeiros, incluindo outras matérias reivindicativas, como seja a salvaguarda do tempo de serviço prestado a vínculo precário, pelos enfermeiros, para efeitos de carreira.

«O representante do PP será o porta-voz das reivindicações dos enfermeiros junto do respectivo Grupo Parlamentar, tendo reconhecido que, se existe desfasamento entre a actual lei e a realidade, há que adequar a lei à nova realidade.

«O representante do Grupo Parlamentar do PSD reconheceu

que a população portuguesa, com toda a justiça, penalizou nas últimas eleições a actuação e ineficácia de 10 anos de governação do seu partido, o qual não publicou diplomas tão importantes para os enfermeiros e para a população, pois o Estatuto e a Ordem serão dois diplomas legais que irão contribuir profundamente para o controlo da qualidade dos cuidados de enfermagem prestados à população. Considerou ainda que estamos a viver o momento político adequado para a publicação destes diplomas.»

Administração Pública descontente

Propostas do Governo distantes das reivindicações

Não foi apresentada na reunião de dia 6 qualquer projecto governamental sobre férias ou horários de trabalho.

Num plenário convocado para ontem à tarde, em Lisboa, a Frente Comum de sindicatos da Administração Pública ia pronunciar-se mais em detalhe sobre o documento entregue pelo Governo aos representantes dos trabalhadores, na primeira reunião de negociações, dia 6. No entanto, logo depois da reunião com o ministro-adjunto Jorge Coelho, a Frente Comum manifestou o seu descontentamento face às posições do Governo relativamente às condições de trabalho no sector.

Desmentindo informações vindas a lume na comunicação social, o comunicado da Frente, emitido dia 7, salienta que o Governo não apresentou qualquer proposta relativa a férias ou horários de trabalho.

A proposta do Governo é comentada em três pontos:

- «Não responde minimamente às reivindicações salariais, limitando-se a abordagens muito genéricas sobre um conjunto de questões do funcionamento e do regime

jurídico da Função Pública, não ficando claras nem a prioridade relativa, nem o sentido e alcance de muitas das propostas avançadas»;

- «Omíte, de forma preocupante, qualquer referência às carreiras profissionais, à integração do adicional de 2 por cento e à eliminação dos vínculos precários, propondo-se alterar a lei dos disponíveis - e não revogá-la -, sendo ambíguo o sentido das alterações pretendidas»;

- «Aponta para um valor inaceitável de actualização salarial (3,5 por cento), proposta que não corresponde aos critérios essenciais reivindicados pelos sindicatos (aumento real de salários, por forma a garantir a actualização do índice 100 para valor não inferior ao salário mínimo nacional e a permitir a recuperação das grandes perdas do poder de compra dos últimos anos».

No mesmo sentido se pronunciou, também na quinta-feira, a Federação Nacional dos Professores, que integra a

Frente Comum. Para a Fenprof, «a proposta apresentada pelo Governo é um conjunto de generalidades, com excepção da matéria salarial», que é considerada «negativa» e «não indicia qualquer mudança substantiva relativamente à política salarial dos anteriores governos, defraudando, desde já, as expectativas criadas em 1 de Outubro».

Quanto ao Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local, o documento do Governo está «carregado de generalidades» e nas poucas questões concretas que aborda é «profundamente irrealista e contrário aos interesses dos trabalhadores, lembrando até pontualmente as tristes experiências de Cavaco Silva e do PSD». O STAL vê como «irrealista e atentatória das expectativas dos trabalhadores» a proposta de aumentos salariais de 3,5 por cento, «mesmo que apresentada para discussão», sublinhando que tal actualização deixaria o novo salário mínimo da

Função Pública ainda abaixo do actual mínimo nacional (que deverá ser actualizado em 1996).

Criticando a omissão de questões importantes no documento do Governo, o STAL alerta para o facto de que, na única referência às questões do emprego público, o executivo reconhece a inadequação do regime legal de contratação a termo, propondo... alargar o seu prazo máximo de duração.

«Os trabalhadores da administração local e a Direcção Nacional do seu sindicato, o STAL, que tão forte contributo deram para a derrota da política anti-social de direita dos governos de Cavaco Silva/PSD, manifestam-se mais uma vez esperançados em que o actual Governo inicie, de facto, uma política séria de diálogo, entendendo o diálogo como o caminho para a resolução dos problemas existentes e não um mero exercício de retórica» - conclui a nota de imprensa distribuída dia 11.

Para amanhã está marcada nova reunião entre os sindicatos e o Governo.

CGTP aponta princípios

É preciso valorizar a negociação salarial

Em matéria de salários, a CGTP entende que 1996 tem que ser um ano de valorização da negociação colectiva, o que se justifica por duas ordens de razões, apontadas pela Comissão Executiva da Central na sua reunião da passada segunda-feira:

a) «Está demonstrado que a influência dos salários na inflação é muito reduzida. Há outras componentes que têm um peso incomparavelmente maior, como os lucros e os impostos. Os dados do Banco de Portugal dizem-nos que, em 1994, os salários contribuíram em 11% para o agravamento da inflação, enquanto que os lucros contribuíram com 46% e os impostos com 26%».

b) «O que há a discutir, em termos gerais, são princípios que valorizem a negociação a nível das empresas e dos sectores de actividade.»

As conclusões da reunião referem cinco princípios que, no fundamental, contribuirão para tal valorização:

— É preciso que os patrões e o Governo acordem com os sindicatos que os salários dos trabalhadores têm de aumentar significativamente, não só por razões de justiça mas também por razões económicas;

— É preciso reconhecer que o salário mínimo deve crescer acima da média dos salários dos trabalhadores portugueses;

— É preciso reconhecer, preto no branco, que houve perdas de salário em 1993 e 1994;

— É preciso reconhecer que temos salários muito inferiores aos dos restantes países da União Europeia e que os nossos salários devem crescer mais rapidamente para se aproximarem da média europeia;

— É preciso reconhecer que a política fiscal tem sido injusta e que, nos últimos seis anos, os impostos levaram 0,5% ao ano do valor dos nossos salários reais.

Analisando o resultado das reuniões do Governo com os sindicatos da Administração Pública e da reunião da Comissão Permanente de Concertação Social, a CGTP-IN considera que «é necessário dar conteúdo concreto à negociação».

As posições expressas pelo Governo nas reuniões com os sindicatos da Administração Pública «não responderam a nenhum dos objectivos centrais dos trabalhadores». Em relação a todo o restante processo, «as propostas são, até hoje, inexistentes».

A Comissão Executiva nota que, «no caso da Administração Pública, o novo estilo de governação não traz boas indicações. Com feito, não se pode assistir a que, de forma directa ou indirecta, os governantes se sirvam sistematicamente dos órgãos de comunicação social para divulgarem propostas que não fazem nas reuniões negociais».

Moralizar

Contrariando a criação de um clima catastrofista, a Executiva aprovou uma declaração em que exige, no imediato, «medidas moralizadoras da Segurança Social».

«A Segurança Social tem sido mal administrada e tem servido vários interesses e clientelas, desvirtuando os fins para que foi criada e para os quais os trabalhadores descontam. A dívida do patronato é elevadíssima e as sanções, previstas na lei, não são aplicadas; sucessivos governos não cumpriram as obrigações legais de financiamento do regime não contributivo e da acção social; a Segurança Social foi posta ao serviço das empresas, é quem paga as reestruturações, as reformas antecipadas, os apoios aos empregos, etc.; a dispensa de pagamento das contribuições patronais por contratação de jovens e de desempregados constitui um verdadeiro escândalo, já que ninguém controla os supostos postos de trabalho «criados». Nunca houve uma estratégia definida quanto a uma fiscalização eficaz que impeça a fraude e a evasão fiscal, nem há a instauração das competentes contra-ordenações. Curiosamente nada disto é referido pela maioria dos supostos «reformadores» da Segurança Social» — refere o documento divulgado no final da reunião.

Na construção civil

Subsídio de Natal é direito de todos

Algumas empresas de construção civil e numerosos subempregueiros têm vindo a recusar-se a pagar o subsídio de Natal, alegando como justificação o facto de os funcionários se encontrarem a trabalhar ao dia e a hora.

O Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Mármore e Madeiras do Distrito de Lisboa, numa nota da passada semana, alerta os trabalhadores que venham a ser confrontados com esta situação para que lhe comuniquem imediatamente, de forma a ser solicitada a

intervenção da Inspeção-Geral do Trabalho.

Recorde-se que, segundo o Contrato Colectivo de Trabalho Vertical para a Construção Civil e Obras Públicas, o direito ao subsídio de Natal adquire-se em função do tempo de trabalho prestado no decorrer do ano a que se reporta, na proporcionalidade média de 2,5 dias por cada mês de trabalho prestado, independentemente do vínculo laboral existente entre os trabalhadores e as entidades empregadoras.

Patronato miserabilista

Noutro comunicado aos trabalhadores, também com data de dia 7, aquele sindicato considera que, com a sua contra-proposta de revisão do Contrato Colectivo de Trabalho Vertical para o sector de indústrias de madeiras, «o patronato reedita as suas bolorentas e estafadas propostas miserabilistas, assumindo uma postura deliberadamente provocante e agressiva no início do processo negocial». «As propostas que teimosamente advoga foram já profundamente debatidas no seio dos trabalhadores e totalmente rejeitadas», afirma no comunicado.

Face à reedição destas propostas, os sindicalistas concluem que ou o patronato pretende ganhar tempo ou está completamente desenquadrado da realidade sociolaboral do sector.

Propondo um aumento salarial de 3 por cento, a flexibilidade do horário semanal de trabalho até as 50 horas e a polivalência generalizada, o patronato «pretende aumentar

a produção e competitividade das empresas à custa de baixos salários e a desregulamentação da contratação colectiva, bem como a alteração profunda da legislação laboral».

A proposta sindical de revisão do CCTV defende um aumento salarial de 12 por cento e um horário de 40 horas semanais.

Considerando a posição assumida pelo patronato, o sindicato alerta os trabalhadores para a necessidade de uma mobilização para as lutas que se possam aproximar.

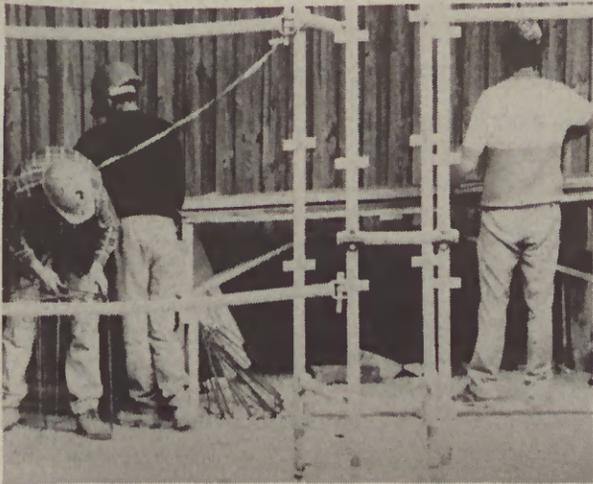
Posição anti-sindical em Leiria

O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública da Zona Centro vem a público denunciar a posição «discriminatória e atentatória da liberdade sindical» que a administração da Sub-Região de Saúde de Leiria assumiu recentemente ao impedir na prática a realização de um plenário sindical na sua sede.

Após a autorização para efectuar o plenário, o director dos serviços apenas disponibilizou umas instalações situadas a mais de um quilómetro do local solicitado e que se encontram fechadas aos funcionários e aos utentes. Confrontados com esta situação, os dirigentes sindicais presentes pediram

de imediato um esclarecimento à direcção do SSRS, esperando três horas até serem convidados a abandonar as instalações à hora de almoço, sem terem sido recebidos.

Numa nota à imprensa, o sindicato afirma que vai dar conhecimento deste procedimento à respectiva tutela, procurando deixar claro que não abdicará de «esclarecer os funcionários da Saúde, nem de denunciar práticas antidemocráticas de quem utiliza a posição de chefia, não servindo os interesses da Administração Pública, mas utilizando-os como comissários políticos de outros interesses».



Timor Leste no PE

Timor vive. Viva Timor!

A violação dos direitos humanos em Timor Leste esteve em debate na sessão plenária do Parlamento Europeu, a decorrer em Estrasburgo de 11 a 15 de Dezembro, por iniciativa dos eurodeputados comunistas que apresentaram uma proposta de resolução sobre a matéria, assinalando a passagem do 20º aniversário da invasão e anexação ilegal daquele território pela Indonésia. Uma iniciativa a que os recentes acontecimentos em Jacarta conferem a maior oportunidade, sobretudo tendo em conta a inaceitável actuação das embaixadas da Holanda e da Rússia naquele país, entregando às autoridades indonésias cerca de meia centena de jovens timorenses e indonésios que invadiram as suas instalações para chamar uma vez mais a atenção da opinião pública internacional para a questão timorense.

A proposta dos eurodeputados comunistas, que reproduzimos em separado, invoca a repressão levada a cabo pelas autoridades indonésias e o extermínio de um terço da população de Timor Leste durante os últimos 20 anos, e apela ao Parlamento Europeu para que, além de reafirmar a sua solidariedade com a luta do povo maubere e condenar a ocupação ilegal levada a cabo pelas forças armadas indonésias, insista junto da comunidade internacional e dos governos dos Estados-membros para que interrompam a venda de armas à Indonésia e suspendam toda a cooperação económica com aquele país enquanto se verificar a ocupação de Timor Leste e a violação dos Direitos Humanos no território.

Desconhecia-se, à hora do encerramento desta edição, a reacção do PE à iniciativa comunista, mas os recentes acontecimentos em Jacarta deixavam antever um debate nada pacífico. Recordar-se que as embaixadas da Holanda e da Rússia foram invadidas por meia centena de jovens timorenses apoiados por indonésios de uma organização de solidariedade com o povo maubere, o que sucede pela primeira

vez, e que as referidas embaixadas acabaram por permitir a entrada das forças policiais indonésias nas suas instalações e a detenção dos manifestantes.

O facto de a Holanda ser um dos Estados-membros da União Europeia torna a situação mais complexa, pois a UE tem condenado, ainda que de uma maneira meramente formal e sem consequências práticas, a violação dos direitos humanos em Timor Leste. Acresce que a actuação da embaixada da Holanda, cujos interesses em Timor são por de mais conhecidos, é tanto mais condenável quanto as "garantias" indonésias dadas relativamente à segurança dos jovens timorenses se revelaram sem qualquer valor. Informações vindas a público nos últimos dias revelam que os detidos foram torturados durante os interrogatórios, contrariamente ao afirmado pelo embaixador da Holanda em Lisboa, Herman Sarvaas, segundo o qual o funcionário da representação holandesa na Indonésia que acompanhou o grupo "constatou que, aparentemente, não houve irregularidades nos interrogatórios" na polícia e

que os jovens foram libertados 24 horas depois de terem sido levados pelas autoridades. A versão da resistência timorense é substancialmente diferente. De acordo com essas fontes, durante os interrogatórios os jovens foram espancados, queimados com pontas de cigarro e impedidos de dormir. Posteriormente, alguns conseguiram fugir quando seguim de autocarro para local desconhecido.

Situação preocupante

Segundo fontes indonésias contactadas pela Lusa, pelo menos 15 dos jovens estavam no início da semana refugiados numa igreja no centro da capital indonésia, enquanto outros grupos, de número ainda não determinado, se encontravam escondidos em casas particulares e sedes de organizações não-governamentais indonésias.

"Eles solicitaram asilo político à Holanda porque foram espancados, não podem voltar às suas casas e temem ser novamente detidos e maltratados", disseram as mesmas fontes.

Os dois grupos que entraram nas missões da Holanda e da Rússia tencionavam inicialmente permanecer 20 dias nas embaixadas, um dia por cada ano da ocupação indonésia de Timor Leste.

Acerca da meia centena de refugiados na Embaixada russa não existe qualquer informação, depois de alegadamente terem sido colocados em liberdade pela polícia indonésia.

"Esta acção não era um pedido de asilo político em massa, mas sim uma acção de protesto que agora pode agravar-se porque a Holanda deixou que o grupo fosse detido", acrescentaram as mesmas fontes.

Pelo menos um indonésio, identificado como Petrus Haryanto, e

um timorense não identificado voltaram já a ser detidos, estando ainda incerto o paradeiro dos refugiados que não conseguiram fugir das autoridades indonésias.

"A situação está muito má", disse uma fonte indonésia que solicitou o anonimato.

"Os que conseguiram escapar estão espalhados por toda a cidade

mente porque isso colocaria o grupo em risco".

O activista de direitos humanos Princen, que acompanhou o grupo desde a sua entrada na missão holandesa, contactou já as autoridades diplomáticas holandesas mas o seu apelo foi recusado.

"Contactei já a embaixada holandesa para lhes explicar a situação

os mecanismos diplomáticos que nos ligam aos países da União Europeia para os alertar para este problema e para que aqueles que têm missões diplomáticas em Jacarta possam estar atentos a estes casos, a fim de que haja garantias de que não haverá perseguição nem violências sobre esses timorenses", declarou o ministro dos Negócios Estrangeiros português, acrescentando que "às autoridades holandesas dissemos que, tendo estas firmado com as autoridades locais um acordo mediante o qual não haveria perseguições a essas pessoas, esse acordo deveria ser respeitado e as autoridades holandesas deveriam agir no sentido de se constituírem garantias do seu cumprimento".

Portugal reiterou entretanto a sua disponibilidade para acolher os timorenses que peçam asilo nas embaixadas.

Ainda segundo a Lusa, quanto ao caso de uma cidadã indonésia que entrou em Portugal com um visto obtido em Paris e que foi encontrada em Lisboa fotografando timorenses em vigília junto à embaixada da Holanda (foi-lhe retirado o rolo fotográfico e deixada em liberdade depois de identificada pela PSP), Jaime Gama referiu não ter até ao momento conhecimento destes assuntos, mas disse que o mesmo "vai ter uma averiguação imediata".

Entretanto, o Núcleo Por Timor da Universidade Católica solicitou ao ministro dos Negócios Estrangeiros português que apresente um voto de protesto ao Governo Holandês pela sua "conduta" em Jacarta relativamente a timorenses.

Numa carta enviada a Jaime Gama, citada pela Lusa, o Núcleo Por Timor solicita ao ministro que "actue de acordo com o artigo 293 da Constituição da República Portuguesa" sobre autodeterminação e independência de Timor Leste.

A carta recorda que "à luz do direito internacional, uma embaixada é considerada território soberano e sob a jurisdição do país representante, pelo que a decisão da Holanda em abrir as portas à polícia indonésia é radicalmente oposta ao procedimento habitual em situações de pedido de asilo político, para além de ser política e moralmente deplorável".

No mesmo documento, o núcleo estudantil diz que "não faz sentido pedir explicações" à Holanda por "algo que é inexplicável", pelo que solicitam a Jaime Gama que "não se limite a pedir esclarecimentos".

Por seu turno, o embaixador da Holanda em Jacarta foi chamado a prestar explicações da sua atitude ao parlamento holandês.

Numa altura em que o PE se prepara para dar o seu acordo à união aduaneira da UE com a Turquia, fazendo letra morta de todas as anteriores decisões que se opunham a tal união enquanto não se registassem "progressos substanciais no domínio dos direitos humanos", é de crer que as "explicações" holandesas sobre os acontecimentos em Jacarta abram caminho para mais um inconsequente voto de protesto contra a Indonésia. Mas como demonstram os jovens timorenses, 20 anos depois da ocupação Timor vive. Viva Timor!

Jovens por Timor em Estrasburgo

Um grupo de jovens portugueses manifestou-se anteontem, em Estrasburgo, frente à sede do Parlamento Europeu, em solidariedade com a luta do povo timorense, para lembrar aos deputados dos vários países da União Europeia o drama que se vive naquele território, 20 anos depois da sua invasão e anexação pela Indonésia.

Na ocasião, foi entregue uma carta ao presidente do PE em que se apela à solidariedade com o povo maubere e à cessação imediata de apoio económico e militar ao regime indonésio por parte dos Estados-membros da UE.

Durante a sua estada em Estrasburgo, onde se deslocaram a convite do deputado do PCP, Honório Novo, os 35 jovens reuniram ainda com membros da Comissão Parlamentar para os Assuntos Sociais do PE, com quem discutiram questões relacionadas com o racismo e a xenofobia na Europa.

e muitos deles estão refugiados em casas particulares, que estão cercadas por militares indonésios", acrescentou.

Um dos casos mais preocupantes, referiu a mesma fonte, é o do timorense Virgílio Guterrês, que integrava o grupo que entrou na embaixada holandesa e já tinha sido detido pelas autoridades indonésias em Novembro de 1991 e posteriormente condenado a quatro anos de cadeia. Guterrês está com outros três timorenses em paradeiro conhecido, mas que "não pode ser revelado publica-

problemática, mas eles não estão interessados e não querem auxiliar", disse Princen à Lusa, contactado a partir da Austrália, acrescentando que "os timorenses não podem sair de onde se encontram porque temem ser presos e a embaixada (holandesa) está rodeada de um grande contingente de segurança".

Por seu turno, um porta-voz da Cruz Vermelha Internacional (CVI) em Jacarta disse à Lusa ter já recebido um apelo dos timorenses refugiados na igreja da capital indonésia, tendo no entanto afirmado não ser possível àquele organismo auxiliá-los, dado que "a CVI não tem um mandato que permita dar guarida nestas situações". Informações não confirmadas citadas pela Lusa indicam que os timorenses e indonésios que não conseguiram escapar teriam sido já libertados. Contudo, nenhum deles estabeleceu qualquer contacto, o que leva a recear pela sua segurança, como disse, à Lusa, Juan Federrer, membro do Conselho Nacional da Resistência Maubere (CNRM) em Darwin, Austrália: "Esta situação está a agravar-se. Se de facto eles tivessem sido libertados, já teriam entrado em contacto connosco".

"As informações parecem confirmar o que se temia: de facto eles foram transportados para outro local onde continuam detidos", considerou Juan Federrer.

"Alerta forte" à União Europeia

O Governo português entregou entretanto cartas nas embaixadas russa e holandesa em Lisboa e lançou um "alerta forte" aos países da União Europeia, segundo as palavras de Jaime Gama ao ser interrogado sobre a questão dos jovens timorenses deixados à mercê das autoridades indonésias.

"Através do sistema de correspondentes europeus, accionámos

Proposta de Resolução dos deputados comunistas

O Parlamento Europeu,

Tendo em conta as suas resoluções anteriores sobre a situação em Timor Leste;

A. Considerando que a 7 de Dezembro se completam 20 anos de ocupação militar do território de Timor Leste pela Indonésia;

B. Considerando que desde então o povo maubere resiste à ocupação do seu território pela Indonésia;

C. Considerando que durante estes 20 anos o governo da Indonésia persistiu na sua política de repressão e de violação dos Direitos Humanos em Timor Leste com massacres como o de 12 de Novembro de 1991 no cemitério de Santa Cruz;

D. Considerando que o governo indonésio continua a fazer prisões em massa e que há fugas permanentes de jovens timorenses do território;

E. Considerando que durante estes 20 anos foram mortas 200.000 pessoas, o que representa um terço da população de Timor Leste;

F. Considerando que o governo da Indonésia continua a ignorar todas as tomadas de posição da comunidade internacional e as resoluções da ONU exigindo o respeito pelos Direitos Humanos e a autodeterminação de Timor Leste;

G. Considerando que o governo da Indonésia continua a proibir o acesso ao território de Timor Leste à imprensa internacional e aos observadores de organizações humanitárias e outras, nomeadamente à delegação deste Parlamento, com o objectivo de isolar Timor Leste do mundo e de impedir a divulgação a nível internacional dos crimes e da repressão praticados contra o povo maubere;

H. Constatando que a Indonésia continua a reforçar a sua presença militar em Timor Leste;

1. Reafirma a sua solidariedade com o povo de Timor Leste na sua luta pela autodeterminação e condena firmemente a ocupação ilegal de Timor Leste e a acção repressiva das forças armadas da Indonésia;

2. Condena, mais uma vez, as prisões sem culpa formada nem processo, a tortura dos presos políticos, as represálias sobre os seus familiares e o clima de terror reinante em Timor Leste imposto pelo exército e pelas forças de segurança da Indonésia;

3. Insiste na exigência ao governo da Indonésia de libertação imediata de todos os presos políticos e o respeito pelos Direitos Humanos em Timor Leste;

4. Condena a tentativa de colonização forçada de Timor Leste pela Indonésia que continua a enviar para esse território milhares de famílias provenientes de diversas regiões da Indonésia, com o objectivo de modificar a composição da população e de neutralizar assim a luta dos timorenses pela autodeterminação;

5. Insiste na necessidade de posições firmes da comunidade internacional junto do governo da Indonésia a fim de o obrigar a respeitar as decisões já tomadas pela ONU;

6. Insiste, mais uma vez, junto da comunidade internacional e em particular dos governos dos Estados-membros para acabar com a venda de armas e toda a assistência militar à Indonésia;

7. Convida os governos dos Estados-membros a suspender toda a cooperação económica enquanto durar a ocupação de Timor Leste e a violação dos Direitos Humanos nesse território;

8. Encarrega o seu Presidente de transmitir a presente resolução ao Conselho, à Comissão, ao governo da Indonésia e ao Secretário-geral da ONU.

Bósnia

Deverá decorrer hoje, em Paris, a assinatura dos acordos de Paz para a Bósnia, à partida profundamente contestados. Na implantação do dispositivo militar da NATO no país, ocorreram os primeiros incidentes, protagonizados por militares norte-americanos que entraram na região sérvia de Brcko sem qualquer aviso prévio. Entretanto, uma vez mais, como ao longo destes anos de guerra, as populações são empurradas de região em região, em busca da paz e estabilidade que continua de facto por adquirir.



Acordo limita barreiras à "guerra das estrelas"

Americanos e russos firmaram um novo acordo relativo ao Tratado dos mísseis antibalísticos (ABM) que, nas palavras do porta-voz do departamento de Estado norte-americano, permitirá a produção de antimísseis de alta velocidade.

Trata-se da abertura a uma nova escalada na corrida aos armamentos.

A utilização destes "mísseis anti-mísseis" tinha sido regulamentada pelo tratado ABM assinado em 1972, que entretanto não se aplica aos sistemas de alta veloci-

dade (as armas mais avançadas).

O Congresso americano, actualmente de maioria republicana, desbloqueou, há alguns meses, 3,6 mil mi-

lhões de dólares do orçamento para os sistemas de defesa antibalística considerando (não se sabe bem com que bases...) que os Estados Unidos não estariam suficiente-

mente bem protegidos contra eventuais ataques de ogivas nucleares de longo alcance.

Entretanto, a pedido do Congresso, iniciaram-se conversações em Genebra, entre

especialistas russos e norte-americanos, com o objectivo de reduzir as limitações aos armamentos que entram no conceito de "guerra das estrelas".

A mensagem do Nobel da Paz

Joseph Rotblat recebeu esta semana, em Oslo, o Prémio Nobel da Paz. Na sua mensagem em Oslo, o dirigente do Movimento pacifista Pugwash defendeu veementemente a necessidade de um mundo desnuclearizado.

"A exigência de um mundo livre de armas atómicas tem um objectivo básico: a sobrevivência. Um tal mundo seria mais seguro do que este. O meu apelo é dirigido a todos os meus concida-

dos de todos os países: ajudem-nos, *cientistas de bom espírito*, a estabelecer uma paz duradoura no mundo".

Rotblat salientou que "a prevenção de um desastre atómico passa pela destruição de *todas* as armas nucleares.

Assim, peço às actuais potências atómicas que abandonem a filosofia antiquada da guerra fria e refresquem a forma como vêem o mundo".

XIV Congresso do PCE

De 8 a 10 de Dezembro, realizou-se no Palácio dos Congressos em Madrid, o XIV Congresso do Partido Comunista de Espanha.

O PCP esteve representado pelo camarada Albano Nunes, membro do Secretariado do C.C. e Responsável pela Secção Internacional.

Neste Congresso, em que participaram cerca de 750 delegados, foram tomadas importantes decisões com vista à afirmação e reforço do papel do PCE na luta dos trabalhadores e dos povos de Espanha, nomeadamente contra as políticas neoliberais inerentes ao Tratado de Maastricht. O

camarada Julio Anguita foi reeleito Secretário-Geral do PCE e Francisco Frutos, eleito Secretário do Comité Federal.

Da saudação enviada pelo Comité Central do Partido Comunista Português ao Congresso, aqui transcrevemos alguns extractos.

"Queridos camaradas

"Transmitimo-vos as calorosas e fraternais saudações dos comunistas portugueses e formulamos os melhores votos de sucesso aos trabalhos do vosso Congresso, na convicção de que ele constituirá um importante momento de afirmação e confirmação da natureza comunista do PCE e do seu insubstituível papel na luta dos trabalhadores e dos povos de Espanha, em defesa da democracia, pelo progresso social e o socialismo.

"O PCE é um Partido de honrosas tradições de luta pela causa da liberdade e da emancipação social dos trabalhadores. O PCP associa-se fraternalmente às celebrações do seu 75º Aniversário e à homenagem, na passagem do centenário do seu nascimento, à corajosa revolucionária e destacada figura do movimento operário e comunista internacional que foi a camarada Dolores Ibarruri".

Na saudação sublinha-se ainda:

"Ao contrário dos que apregoam o capitalismo como sistema histórico terminal, a vida está confirmando que só com profundas transformações revolucionárias que ponham fim ao domínio económico,

político e ideológico do grande capital será possível dar resposta aos problemas e aspirações dos trabalhadores e aos graves problemas globais que hoje afectam a Humanidade.

"É com esta profunda convicção que o Partido Comunista Português desenvolve em Portugal a sua luta, em defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo, contra a política de direita que está a reconstruir o domínio dos monopólios e a restringir a democracia, contra a submissão de Portugal aos ditames da União Europeia de Maastricht e da NATO".

A concluir, o CC do PCP afirma:

"Confirmamos o profundo interesse do PCP no desenvolvimento das relações de amizade, cooperação e solidariedade entre os nossos dois Partidos. A história, a geografia, a existência de importantes problemas comuns aos povos de Espanha e Portugal, constituem uma razão suplementar para que tais relações se fortaleçam cada vez mais.

"Com os melhores votos para o PCE e para a Esquerda Unida, de que os comunistas são a principal força organizada, renovamo-vos as nossas fraternais saudações".

Representante do PCP na Rússia

A convite do Partido Comunista da Federação Russa, o camarada Albano Nunes, membro do Secretariado do CC, deslocou-se a Moscovo, entre 3 e 6 de Dezembro, para tomar contacto directo com a situação na Rússia e a actividade dos comunistas russos no quadro da campanha eleitoral em curso.

Durante a sua estadia o camarada Albano Nunes encontrou-se com o camarada Kuptsov, 1º Vice-Presidente, Chabanov, Vice-Presidente, Melnikov, membro do Presidium e do Secretariado, e ainda com o primeiro Secretário da Região de Moscovo e outros altos dirigentes do PCFR. Assistiu e usou da palavra num acto de apresentação dos candidatos do PCFR, presidido pelo camarada Ziagnov, presidente do PCFR, que encabeça a respectiva lista.

A visita permitiu confirmar, tanto a gravíssima situação económica e social do país, como a intensa e corajosa actividade desenvolvida pelos comunistas russos e as perspectivas de um bom resultado do PCFR nas eleições do próximo dia 17 de Dezembro, apesar das discriminações anticomunistas e do perigo de fraude eleitoral.



Encontro com os camaradas Kuptsov e Chabanov nas instalações do Grupo do PCFR na DUMA em que participou também a delegação do Partido da Refundação Comunista da Itália

Timor

A organização australiana AKSI - Action Solidarity Indonesia - criticou os governos holandês e russo por terem "permitido a detenção e tortura de timorenses e indonésios" pelas autoridades de Jacarta, segundo um comunicado divulgado à imprensa. A AKSI afirmou deplorar as acções de duas embaixadas que "forçaram os activistas a sair das missões diplomáticas e, em particular, no caso da embaixada holandesa que permitiu a entrada de soldados indonésios para os deter".

Ambiente

Representantes de 120 países estão reunidos em Roma, até ao final da semana, para estudar, pela primeira vez, a acção do homem nas variações do clima, no âmbito da Comissão Inter-governamental sobre as Mudanças Climáticas. Em foco estarão, também, as emissões de gases para a atmosfera e as previsões de alterações climáticas até ao ano 2001. Para as previsões do ano 2001 surgem três teorias: a primeira prevê que a temperatura subirá 1,0 grau e o nível do mar de 15 centímetros, a segunda antecipa um aumento de 2,0 graus nas temperaturas e de 50 centímetros do nível das águas do mar, e uma terceira, mais pessimista, aponta para a subida de 3,5 graus na temperatura e 95 centímetros nas águas do mar. O documento em debate, elaborado por dois mil cientistas, refere que, desde o século XIX até aos dias de hoje, a temperatura subiu entre os 0,3 e os 0,6 graus e o nível do mar subiu entre os 10 e os 25 centímetros.

Tchernobyl

Cerca de 23 por cento da população bielorrussa apresenta sinais de contaminação provocada pelas nuvens radioactivas que se seguiram ao acidente nuclear de Tchernobyl, há quase 10 anos, afirmou o ministro bielorrusso para as Situações de Emergência. Ivan Kenik disse que mais de 220 mil pessoas, numa população de 1,84 milhões de habitantes, foram contaminadas após a explosão de um dos reactores da central nuclear ucraniana, em Abril de 1986. O número de patologias da tiróide, de cancros, tumores e casos de leucemia aumentou de forma alarmante nos últimos anos, notou o ministro. A catástrofe de Tchernobyl fez, oficialmente, 30 mortos e provocou doenças graves em 134 das 444 pessoas contaminadas directamente no local. As nuvens radioactivas na Ucrânia, Bielorrússia e Rússia afectaram cerca de cinco milhões de pessoas e um milhão continua hoje sob vigilância médica, segundo a Organização Mundial de Saúde.

■ Henrique Custódio

Sintra Património Mundial

Sintra foi finalmente classificada Património da Humanidade, na categoria de Paisagem Cultural. A decisão, tomada há dias pela UNESCO numa reunião do seu Comité Intergovernamental realizada em Berlim, foi o corolário de esforços e empenhamentos de muita gente durante quase uma década e deve abrir caminho à revitalização não apenas dos núcleos classificados mas de todo o Concelho, como defende a organização local do PCP, cujos representantes na autarquia têm desempenhado um papel activo e de primeira linha em todo o processo, com justo destaque para o vereador Lino Paulo, o autarca decano de toda a vereação sintrense que tem protagonizado, desde o início, uma intervenção de relevo não apenas no processo de candidatura de Sintra à categoria de Património Mundial, mas também num quotidiano autárquico de promoção activa da conservação do património e da promoção cultural em Sintra.

O vereador comunista Lino Paulo é, neste mandato, responsável na Câmara Municipal de Sintra pelos pelouros da Habitação Social, da Reabilitação Urbana (excepto a do Centro Histórico, que a presidente Edite Estrela chamou para si) e da Valorização do Património e Mobiliário da Câmara. Trata-se dum desempenho que vem de longe. No anterior mandato, por exemplo, a sua intervenção como responsável pelas questões do património traduziu-se na criação do Pelouro do Centro Histórico de Sintra, de que foi o primeiro responsável, e na fundação da Escola Profissional da Recuperação do Património de Sintra.

Em facto - e a contragosto da longa aliança PSD/CDS que durante uma década se hegemonizou no poder em Sintra -, foi sob o seu impulso, no quadro do trabalho dos vereadores da CDU, que o executivo camarário se abriu às questões do património e fez caminho autárquico a ideia da candidatura à classificação de Património Mundial.

Conversámos com ele, numa primeira abordagem da novíssima situação de Sintra como Património da Humanidade.

Tempos em memória

Para Lino Paulo, o processo de candidatura de Sintra a Património da Humanidade teve momentos e intervenções importantes, a começar por 1984, quando Matilde Sousa Franco, então directora do Palácio Nacional de Sintra, lançou a ideia de Sintra integrar o Património da Humanidade, e não apenas o Palácio Nacional que dirigia, e por 1985, quando o historiador Victor Serrão formalizou, pela primeira vez, a ideia da candidatura de Sintra no seu conjunto a Património Mundial.

No ano seguinte, em 1986, «a CDU impõe ao PSD, que detinha a presidência da Câmara com o apoio do CDS, a criação do pelouro do Centro Histórico de Sintra», de que Lino Paulo foi o primeiro vereador responsável. «Foi no quadro deste pelouro que se criou, em seguida, a Divisão de Recuperação de Centros Históricos sob a direcção técnica do arquitecto Luís Vassalo, organismo então pioneiro e que produziu importantes documentos dirigindo a salvaguarda do rico património do Centro Histórico de Sintra», assinalou Lino Paulo.

Paralelamente, foram feitas importantes obras dinamizadas pelo pelouro recém-criado, quer ao nível dos espaços públicos urbanos, quer ao nível

É quase do tamanho da nacionalidade, o fascínio que Sintra tem exercido sobre sucessivas gerações de portugueses e estrangeiros, com reflexo na literatura nacional e até internacional. «Paraíso terrestre», como já lhe chamaram, Sintra está carregada de ex libris. O Palácio da Vila - que aqui apresentamos numa gravura secular e numa fotografia recente - é apenas um exemplo entre muitos



da recuperação de edifícios privados e públicos - e tudo pago pela Câmara -, «criando-se para este efeito o programa CORESINTRA, através do qual o município participava a fundo perdido as obras exteriores dos edifícios classificados, obrigando-se os proprietários a recuperar os interiores sem aumentos de renda, para salvaguardar a vocação habitacional dos edifícios e travar a sua terciarização especulativa».

Neste quadro, foram recuperados 44 edifícios privados, e quando das eleições autárquicas de 1989, estavam em fase de adjudicação as obras em mais 77 edifícios também privados. «Ao mesmo tempo recuperavam-se os mais importantes edifícios públicos do Centro Histórico», assinala Lino Paulo, «nomeadamente as igrejas de S. Martinho e de Santa Maria, ambas do século XII, e o edifício da Junta de Freguesia de S. Martinho».

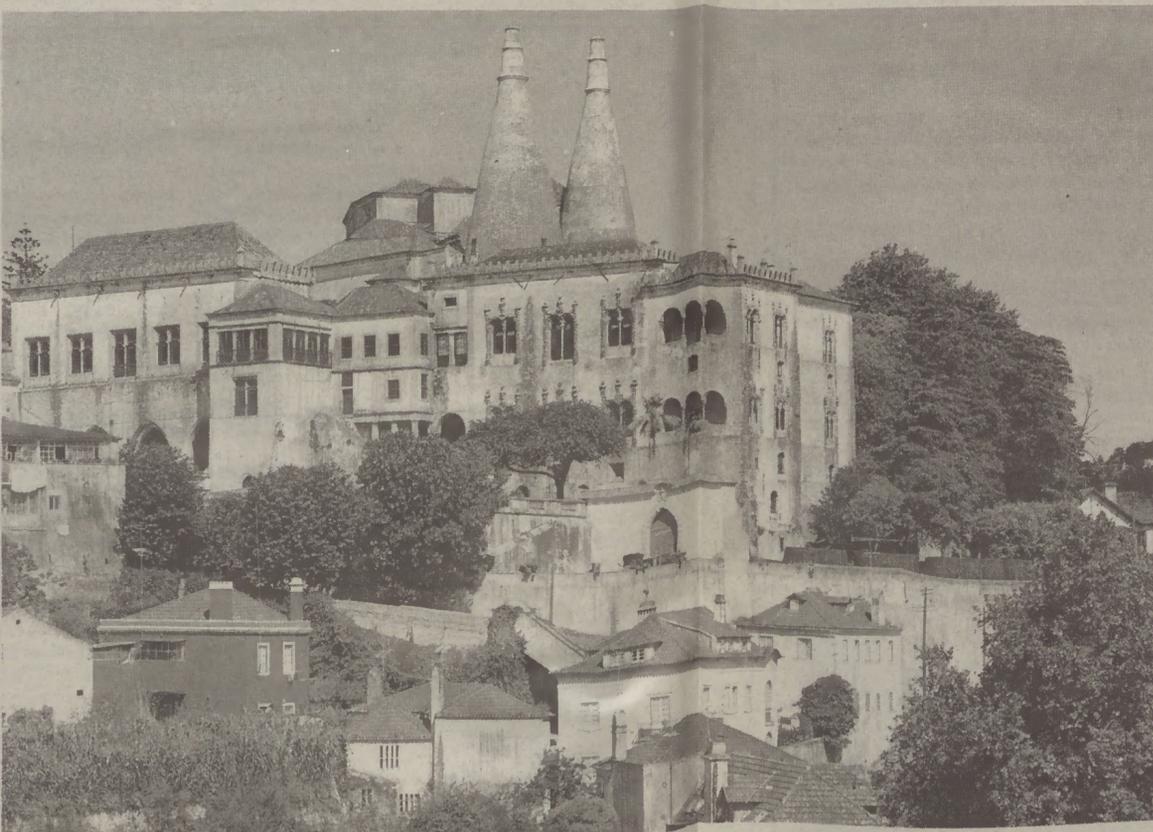
Foi também durante este mandato que o pelouro criou a Escola Profissional de Recuperação do Património, «com a qual se visava a formação de quadros técnicos vocacionados para a recuperação do património». «Paralelamente», recorda ainda Lino Paulo, «foram encomendados à Universidade Técnica de Lisboa os primeiros estudos tendo por objectivo a resolução do parqueamento e do tráfego no Centro Histórico na Vila de Sintra».

Do interregno «obscurantista» às «novas promessas» de hoje

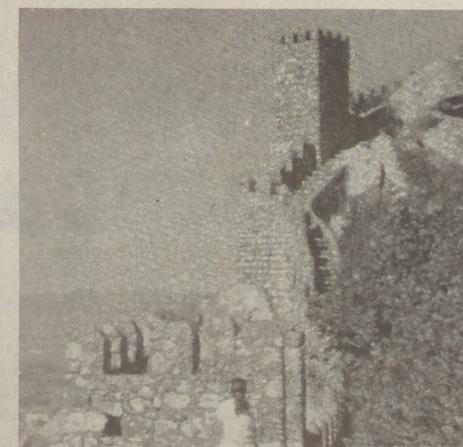
Esta dinâmica seria entretanto quebrada no mandato seguinte, entre 1990 e 1993, «por força do populismo obscurantista da maioria PSD/CDS, que sofreu então uma mudança de figuras: Fernando Tavares de Carvalho, o anterior presidente que havia tido uma postura positiva em relação às questões do património, foi substituído pela demagogia populista de João Justino e Rui Silva que, sucessivamente, deram algumas machadadas no trabalho em curso, nomeadamente eliminando neste período o programa CORESINTRA e atirando para a gaveta o estudo de trânsito

e parqueamento, os planos de salvaguarda e regulamentos diversos».

Com a vitória do Partido Socialista em 1994 «mudou o discurso obscurantista para surgir, formalmente, um discurso de defesa do património», assinala Lino Paulo, acrescentando de imediato: «Falta



que a prática corresponda ao discurso e que as novas promessas se concretizem em actos, o que significa retomar tudo: a recuperação de imóveis, o preservar da vocação habitacional do Centro Histórico, a resolução do parqueamento e do trânsito, o tratamento dos espaços públicos, etc.».



Há que pensar em todo o concelho

A classificação de Sintra como Património da Humanidade, decidido há dias em Berlim pelo Comité Intergovernamental da UNESCO, significa sobretudo «o justo reconhecimento do trabalho de milhares de homens e mulheres que, ao longo de séculos, humanizaram a paisagem sintrense e criaram o riquíssimo património edificado e paisagístico, agora justamente reconhecido como de interesse mundial».

São palavras da Comissão Concelhia de Sintra do PCP afirmadas de imediato quando se confirmou a decisão deste organismo da ONU, num comunicado que também saúda «fraternalmente todos aqueles que trabalharam para conseguir esta classificação: autarcas de todas as forças políticas; técnicos e funcionários do Município aos mais diversos níveis; técnicos e funcionários de serviços da Administração Central ligados à área do património e do ambiente; directores e colaboradores da Associação de Defesa do Património de Sintra; sintrenses e amigos de Sintra».

Este reconhecimento da contribuição de todos para a classificação de Sintra como Património da Humanidade é singularmente generoso, quer por se afirmar num quadro onde a tendência verificada é a de apanhar a boléia do acontecimento esquecendo o mérito dos outros na sua concretização, quer, sobretudo, por vir da força política que, no Concelho, mais concreta e persistentemente se bateu

pela classificação, como, aliás, o comunicado da Concelhia de Sintra do PCP também não deixa de assinalar, quando afirma que «é com orgulho que assumimos o trabalho diligente e militante que autarcas comunistas - em aberta e total colaboração com a população, os agentes económicos e culturais e os eleitos de outras forças políticas - desenvolveram para a salvaguarda e dignificação de Sintra», sublinhando que «revelamos com alegria em estruturas como os Serviços de Reabilitação de Centros Históricos e a Escola Profissional de Recuperação do Património», sendo igualmente «com orgulho que assumimos o capital de reivindicações, junto do Governo e feitas aos mais diversos níveis - autarquias, Grupo Parlamentar, Secretário-Geral do PCP, inclusive - no sentido de serem preservados e recuperados os palácios e os parques nacionais de Sintra».

Mostrando, entretanto, que não se ofusca com foguetórios nem se fica pela superfície das coisas, a Comissão Concelhia de Sintra adverte que «Sintra não poderá ser a "pérola" de uma coroa degradada - Sintra terá de ser a referência de qualidade e a potenciadora de investimentos que requalifiquem todo o Concelho», afirmando o total empenho dos comunistas «em que todo o Concelho venha a merecer reforçados cuidados de reabilitação» e «em lutar por conseguir os meios necessários à efectiva salvaguarda do riquíssimo património que temos o privilégio de herdar».

Intervenções em flagrante

Por iniciativa da representação comunista no Parlamento Europeu, em Setembro de 1993 o Grupo Parlamentar da Esquerda deste organismo comunitário reuniu-se em Sintra, no Hotel de Seteais, no sentido de se garantir meios e acessos a fundos comunitários para diversos investimentos ligados ao património e ao ambiente em Sintra. Foram incluídas como estas, concretizadas com perseverança ao longo do tempo, que foram abrindo caminho à classificação de Sintra como Património da Humanidade, um sucesso que, agora, urge reflectir de modo integrado em todo o Concelho (na foto, o deputado europeu Joaquim Miranda ao lado de Lino Paulo)



«No mandato passado», diz-nos Lino Paulo, «a questão da candidatura de Sintra foi muito mal conduzida, de tal maneira que o PSD na Câmara e no Governo nunca se entenderam a este respeito». Todavia o PCP nunca desistiu dela, a ponto de o seu Secretário-Geral, Carlos Carvalhas, se ter deslocado oficialmente a Sintra em Outubro de 1994 «para afirmar o empenho do PCP na concretização de diligências institucionais a todos os níveis para o sucesso da candidatura, defendendo duas acções concretas: a recuperação dos Parques da Pena e de Monserrate, enquanto grandes parques botânicos de interesse nacional, e a reforestação das zonas incendiadas da serra de Sintra, a par da recuperação do Palácio Nacional de Sintra (já em curso), do palácio de Monserrate e do convento dos Capuchos». Lino Paulo realça igualmente, no processo de candidatura, o debate promovido com a população em 1987, com técnicos nacionais em 1988 (donde saiu a ideia de se realizar em Sintra uma trienal de arquitectura) e, em 1989, as Jornadas Internacionais promovidas pela Escola Profissional, que contou com a presença dos mais reputados técnicos internacionais de recuperação de cidades (Edimburgo, Münster, Petrópolis, Havan, Amsterdão, Cracóvia, etc.)

Alqueva: novas ameaças...

O EMPREENDIMENTO de Fins Múltiplos de Alqueva foi sem dúvida uma das mais importantes bandeiras eleitorais levantadas no Alentejo pelos principais partidos concorrentes às eleições de 1 de Outubro de 1995.

O PSD, que ao longo de 10 anos de governação Cavaquista nada havia feito por Alqueva e que acabou por incluir Alqueva no conjunto de projectos a financiar no II Quadro Comunitário de Apoio, em resultado da luta firme e consequente do povo do Alentejo, em que os comunistas desde sempre desempenharam um papel de grande relevo, usou e abusou de Alqueva elaborando um minucioso calendário por forma a fazer coincidir o arranque das obras com a data das eleições.

Escamoteando as graves responsabilidades que lhe cabiam pelo atraso deste importante e estruturante empreendimento e pelos irreparáveis e incomensuráveis prejuízos daí resultantes para o Alentejo e para o País o PSD desdobrou-se em sucessivas declarações sobre o seu empenho na defesa de Alqueva, jurando a sua fidelidade a tão importante projecto de interesse nacional, garantindo o carácter irreversível do mesmo, reconhecendo até que há muito Alqueva devia estar feito.

O PS, responsabilizando o PSD por só em vésperas de eleições se ter lembrado de Alqueva, não se cansou de afirmar por seu lado que o PS sim sempre se bateu por Alqueva e que, com uma vitória do PS, Alqueva não só seria irreversível como se garantia mesmo que as obras seriam aceleradas se tal se verificasse. Para melhor ilustrar o seu empenho em defesa de Alqueva lembrava o PS o protocolo assinado por Mário Soares em Beja em 1985 na sua qualidade de então 1º Ministro esquecendo-se apenas de acrescentar que também o governo PS só a menos de um mês das eleições para a Assembleia da República se lembrou de assinar um protocolo quando podia e devia ter arrancado com as obras logo em 1983, data em que voltou a assumir a responsabilidade do governo.

Pela nossa parte, coerentes com a luta de sempre pela materialização de Alqueva, reafirmamos a necessidade e urgência da sua concretização como projecto estruturante para o Alentejo, reafirmamos a importância de serem asseguradas todas as suas valias (reserva estratégica de água, regadio, energia eléctrica não poluente, turismo, aquacultura, abastecimento público...) considerando que, dado o reconhecimento que os principais partidos faziam da sua importância para o desenvolvimento da região e a sua natureza de projecto de interesse nacional, todos deviam assumir o solene compromisso de, com ou sem verbas da União Europeia, garantir que as obras de Alqueva não voltariam a ser postas em causa.

Alertamos ao mesmo tempo para a necessidade de acompanhar atentamente o evoluir do processo e prosseguir as acções por Alqueva pois as decisões tomadas pelo governo Cavaco/PSD, ao contrário do que se procurava fazer crer, não

eram suficientes para garantir a irreversibilidade do projecto e as declarações dúbias de alguns dos mais responsáveis dirigentes do PS, incluindo o próprio Eng. Guterres, não davam igualmente

garantias por parte do PS de dar continuidade ao mesmo.

Decorridos pouco mais de dois meses das eleições, não faltam motivos para legítimas inquietações quanto às reais intenções do governo do PS quanto ao futuro de Alqueva.

As declarações do Ministro João Cravinho, que mais parecem as declarações de um empedernido inimigo de Alqueva do que as de alguém que afirma que "... Alqueva é um empreendimento de grande interesse nacional...", constituem exemplo esclarecedor quanto à forma como o PS pensa acelerar o andamento das obras.

Com efeito, sendo sabido que a Comissão responsável pela gestão dos fundos estruturais, a alemã Mónica Wulf-Mathies, não está nada interessada em respeitar os compromissos assumidos pelo seu antecessor, o comissário europeu Bruce Milan, no que concerne ao financiamento do projecto e que parece muito mais empenhada em carrear argumentos para o inviabilizar, que interpretação se pode dar às recentes declarações do Ministro João Cravinho de que o projecto tem "... insuficiência de garantias ambientais..." , ou de que "em alguns aspectos o projecto de Alqueva não existe. Esqueceram-se muitos aspectos e a sua parte agrícola não corresponde a coisa alguma capaz de se compreender" ou, ainda mais grave, "este Alqueva é um enorme elefante branco" e "a Alqueva para exploração agrícola, a Alqueva como regadio (ou seja Alqueva como está pensado), eu digo não".

A verdade, a lamentável verdade, é que tudo indica estarmos perante uma nova manobra seja no sentido de vir a justificar mais uma vez a paragem das obras seja no sentido de amputar o projecto de uma das suas mais importantes valias, a valia agrícola, o que corresponderia decerto aos interesses de alguns dos nossos parceiros da comunidade, a quem não interessa a modernidade da agricultura portuguesa, mas que em nada corresponderia aos interesses dos Alentejanos e do nosso país.

Se assim não fosse, se na verdade houvesse vontade política para defender e avançar decididamente com o projecto, então não seria mais natural o governo pôr o acento tónico no facto de Alqueva ter sido expressamente incluído no II Quadro Comunitário de Apoio, com ficha própria e programação financeira, e que tendo o II Quadro Comunitário de Apoio sido aprovado a única conclusão é a de que também o projecto de Alqueva o foi? Não seria mais lógico empenhar-se a esclarecer a senhora comissária que Portugal tem um convénio assinado com a vizinha Espanha, desde 1968, que obriga esta a garantir a água necessária ao empreendimento de Alqueva? Ou mostrar à senhora comissária que, mesmo que assim não fosse, as afluên-

cias futuras ao sistema de Alqueva são suficientes como o demonstra o estudo que o governo tem em seu poder? Não seria mais natural dar combate a algum fundamentalismo ambientalista que anima certos grupos de pressão anti-Alqueva em vez de alimentar ainda mais esse mesmo fundamentalismo ao afirmar-se sem nada fundamentar no concreto que "o Alqueva tem vindo a afastar-se na sua evolução de uma componente ambiental." como o fez recentemente a ministra do ambiente Elisa Ferreira?

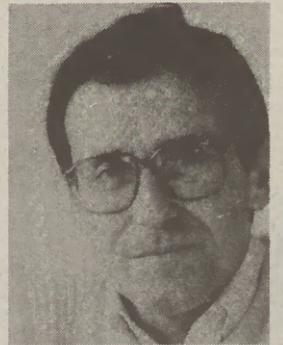
Como diz o nosso povo, com amigos e defensores destes Alqueva não precisa de ter inimigos.

Impõe-se por tudo isto cerrar fileiras e agir. Alqueva é demasiado importante para o desenvolvimento do Alentejo para que se fique na expectativa de saber como as coisas se irão processar. É necessário combater com firmeza e determinação todas as manobras que visem paralisar de novo as obras ou amputar o projecto de qualquer das suas valias fundamentais e muito em especial a sua valia agrícola fundamental para uma nova agricultura no Alentejo que naturalmente pressupõe a realização de uma nova Reforma Agrária.

A desertificação, o envelhecimento, o desemprego estrutural de mais de 40 mil trabalhadores, a profunda crise económica que afecta todos os sectores não se compadece com mais atrasos e vacilações. O PS deve ter plena consciência que se pela sua acção inviabilizar Alqueva ficará responsável, perante o Alentejo e o País, pela estagnação e desertificação de um terço do território nacional.

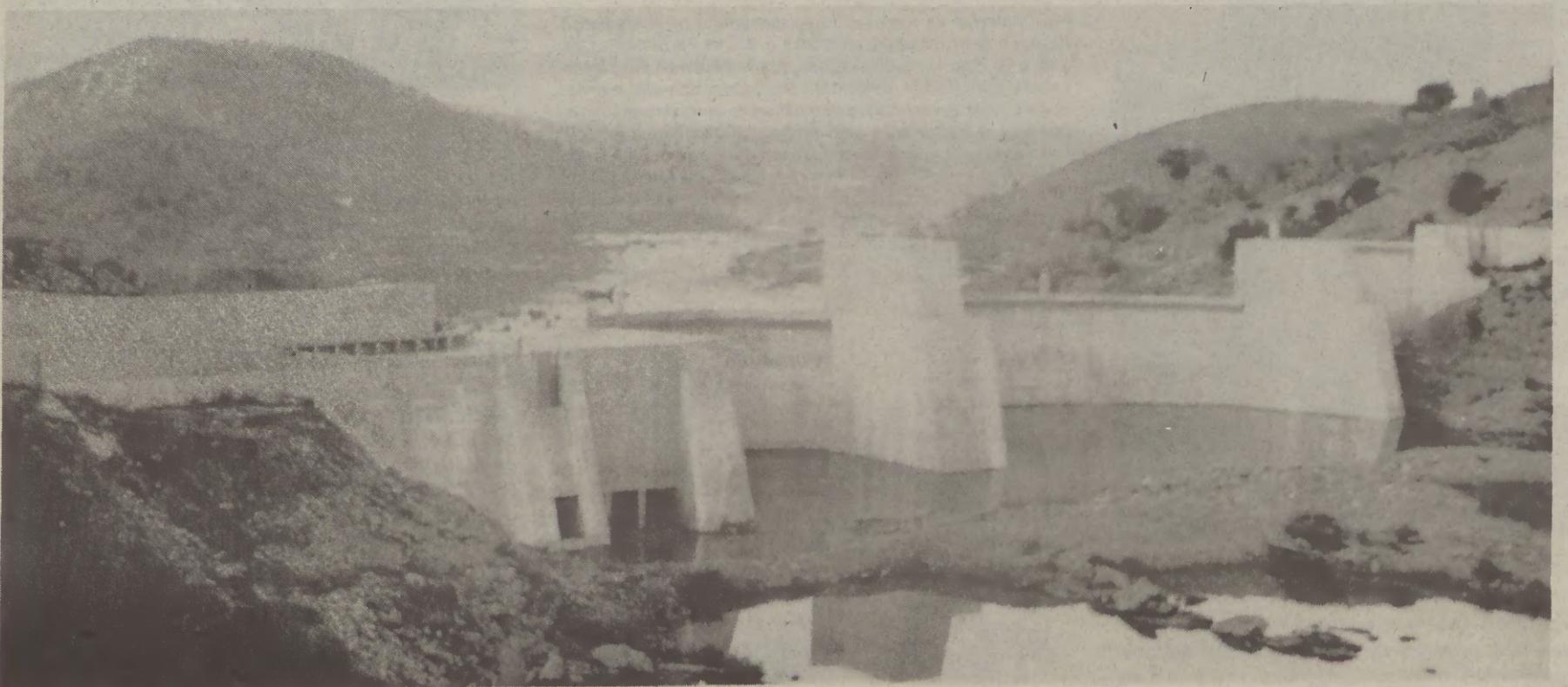
São por isso de enaltecer todas as iniciativas que permitam alertar a opinião pública e muito em particular os Alentejanos para os perigos que pairam sobre Alqueva e que permitam ao mesmo tempo a sensibilização e mobilização para a acção no sentido de os esconjurar.

O debate sobre a situação de Alqueva que o Conselho Regional do Alentejo, na sua última reunião, decidiu realizar no próximo dia 4 de Janeiro, em Beja, constitui por tudo isto uma importante oportunidade, que não devemos perder, para afirmarmos a nossa firme vontade em prosseguir com determinação a nossa luta por Alqueva.



JOSÉ SOEIRO
Membro
da Comissão Política

Decorridos pouco mais de dois meses das eleições, não faltam motivos para legítimas inquietações quanto às reais intenções do governo do PS quanto ao futuro de Alqueva



■ Manoel
de Lencastre

O julgamento dos criminosos nazis em Nuremberga

No seu
50º
aniversário

A 25 de Abril de 1945, dias antes do colapso e da liquidação da Alemanha nazi, reuniram-se em S. Francisco os representantes das nações aliadas que haviam enfrentado as feras hitlerianas. Juntaram-se-lhes outros quatro países, (!) pouco depois, e desta eminente assembleia nasceu a Carta das Nações Unidas. A fundação da ONU significava, nas palavras de Anthony Eden, então Secretário de Estado do Foreign Office, «a última oportunidade» se os povos quisessem evitar «outro conflito mundial que, dessa vez, conduziria à destruição da civilização». A Carta seria aprovada, enfim, a 25 de Junho.

Em Agosto, quando a Europa começava a reconhecer-se na paz e procurava afastar-se do espectro de seis longos anos de sofrimento e terror constantes, produziram-se dois contraditórios acontecimentos de importância histórica que, evidentemente, prenderam a atenção do mundo ansioso que era o de 1945. Os Estados Unidos procederam ao lançamento da primeira bomba atômica, que destruiu Hiroshima – mas os governos do Reino Unido, da URSS, da França e da América assinavam, a 8 desse mês, um acordo que organizava as bases do julgamento e da punição daqueles que haviam conduzido o mundo à catástrofe.

Os actos de guerra de agressão, de violação das leis dos conflitos militares, e de brutalidade contra as populações civis, seriam puníveis com a pena capital para os seus responsáveis. Os chefes alemães acusados dos crimes designados naquele documento iriam ser julgados por um Tribunal Militar Internacional. E nascia, assim, o conceito de crimes de guerra.

Crime de guerra – um novo conceito

Note-se, todavia, que já em Novembro de 1942, o Presidium do Soviete Supremo da URSS estabeleceu uma comissão de investigação de crimes de guerra, ao mesmo tempo que declarava a sua intenção de julgar Hitler, os principais membros do Alto Comando alemão e todos os seus cúmplices, pelos actos criminosos cometidos durante a Grande Guerra Patriótica da URSS.

Entretanto, também o Tratado de Versailes previra nos seus Artigos 228 a 230, que a Alemanha vencida de 1918 entregaria aos Aliados as pessoas que eram tidas como responsáveis pelos crimes que se praticaram durante a Primeira Guerra Mundial. Em 1920, os Aliados fizeram circular listas com os nomes (cerca de 900) daqueles que pretendiam fazer julgar; o Kaiser Wilhelm II, os marechais-de-campo Hindenburgo e Ludendorff, o almirante von Tirpitz, o antigo chanceler Bethman-Hollweg, os príncipes, os comandantes do exército germânico e muitos militares que haviam ganho notoriedade.

Mas o Kaiser fugiu para a Holanda e este país recusou entregá-lo. As leis germânicas desse tempo não previam a prisão e o julgamento de cidadãos que o país considerava como heróis nacionais. O Reichstag nunca passou novas leis. No fim, apenas 45 acusados, gente com responsabilidades secundárias relativamente aos crimes que haviam tido lugar, acabaram por, efectivamente, ser levados a julgamento. Mas as sentenças foram mínimas. O mundo esqueceu.

Agora, porém, a situação era diferente. A Conferência de Potsdam (02/08/1945), confirmando a declaração de Moscovo de 1943, garantiu que os principais criminosos de guerra seriam acusados e submetidos a julgamento por tribunais militares internacionais. Isto independentemente dos países onde os respectivos crimes tivessem sido cometidos e das leis em vigor nos mesmos. Assim, o histórico Tribunal Militar Internacional de Nuremberga que se organizara de acordo com as instruções da Comissão para os Crimes de Guerra, das Nações Unidas, abriu as suas portas ao mundo, a 20 de Novembro de 1945, para julgar os criminosos nazis.

A presidência do Tribunal era constituída por 4 membros efectivos e 4 suplentes em nome dos principais países que haviam derrotado o III Reich: a URSS, a França, a Inglaterra, os Estados Unidos (?). A acusação oficial por parte das quatro potências referidas achava-se confiada ao «Attorney-General» (!) do governo britânico, Sir Hartley Shawcross, KC (!), por parte do Reino Unido, ao

juiz americano Mr. Robert H. Jackson, ao advogado francês François de Menthon, e ao general soviético R.A. Rudenko.

Os principais responsáveis

Os acusados eram 24. Eis os seus nomes e os cargos que desempenhavam nas estruturas do poder nazi:

1. **Goering, Hermann Wilhelm;** «leader» supremo das SA (!), ministro da Aviação do Reich; comandante-chefe da Luftwaffe; membro do Conselho Secreto do Gabinete; fundador da Gestapo e iniciador do sistema de campos de concentração;
2. **Ribbentrop, Joachim vom;** ministro dos Negócios Estrangeiros do Reich, a partir de 1938; membro do Conselho Secreto do Gabinete;
3. **Hess, Rudolf;** ajudante do Führer, seu representante e substituto; membro do Conselho Secreto do Gabinete;
4. **Kaltenbrunner, Ernst;** chefe dos serviços de segurança do Reich (SD) a partir de 1943;

14. **Papen, Franz von;** chanceler do Reich, em 1932; negociou a aliança política entre conservadores e nazis que levou Hitler ao poder;

15. **Krupp, Gustav;** chefe industrial em cujos complexos se produziram muitos dos armamentos que equiparam a máquina de guerra hitleriana;

16. **Neurath, Constantin von;** protector do Reich para os territórios da Boémia, Morávia, etc.;

17. **Schirach, Baldur von;** chefe das organizações da Juventude hitleriana;

18. **Seyes-Inquart, Artur;** chanceler da Áustria nazi; governador-geral suplente dos territórios polacos ocupados; comissário do Reich para a Holanda ocupada;

19. **Streicher, Julius;** «Gauleiter» (!) dos territórios francófonos ocupados; editor-chefe do jornal anti-semítico, «Der Stürmer»;

20. **Keitel, Wilhelm;** marechal-de-campo; chefe do Alto Comando das Forças Armadas germânicas;

21. **Jodl, Alfred;** coronel-general; chefe do Estado-Maior do OKW (comando supremo da «Wehrmacht»);

22. **Raeder, Erich;** grande-almirante; comandante-chefe da «Kriegsmarine» (marinha de guerra);



5. **Rosenberg, Alfred;** ideólogo e «leader» dos serviços de preparação psicológica do partido nazi; editor do jornal «Volkischer Beobachter»;

6. **Frank, Hans;** comissário do Reich para os assuntos da Justiça; governador-geral dos territórios ocupados, na Polónia;

7. **Bormann, Martin;** secretário de Adolf Hitler e chefe das «Volksturm» – foi julgado à revelia;

8. **Frick, Wilhelm;** ministro do Interior do Reich; director do Departamento Central de Administração dos territórios ocupados;

9. **Ley, Robert;** chefe da organização do partido nazi e da Inspeção Central dos Assuntos dos Trabalhadores estrangeiros;

10. **Sauckel, Fritz;** ministro do Emprego; responsável pelos centros de trabalho escravo;

11. **Speer, Albert;** ministro dos armamentos e munições;

12. **Funk, Walter;** conselheiro do Führer para os assuntos económicos; porta-voz principal do governo do Reich; presidente do Reichsbank;

13. **Schacht, Hjalmer;** ministro da Economia do Reich;

23. **Doenitz, Karl;** grande-almirante; comandante-chefe da arma de submarinos;

24. **Fritzsche, Hans;** editor-chefe da agência oficial de notícias «Deutsche Nachrichten Büro»; chefe dos serviços noticiosos da rádio alemã;

Hitler, Goebbels, Himmler

Outras figuras centrais da guerra e da política da Alemanha hitleriana tinham fugido à justiça internacional e escolheram o suicídio antes dos momentos decisivos da captura de Berlim e do desmoronamento completo do país, dias depois. Entre estes, destaca-se, evidentemente, o próprio Führer, Adolf Hitler, e o ministro da Propaganda do Reich, Paul Josef Goebbels, que puseram termo à vida em 30 de Abril, na Chancelaria. Heinrich Himmler, chefe da Gestapo e da SS que incluíam as SD, foi preso pelos britânicos em Bemmerde, a

Quadro I Estrutura e distribuição do poder na Alemanha nazi de 1933 a 1944

**Chancelaria do Reich,
Presidência da Chancelaria**

Adolf Hitler

**Gabinete do Reich e Autoridades subsidiárias
de 1933 a 1944**

Franz von Papen, Goering, Neurath, Ribbentrop, Rosenberg, Frick, Himmler, Hugenberg, Schmitt, Schacht, Funk (Todt), Speer, Goebbels, Hierl, Schwerin von Krozige, Guertner, Schlegelberger, Thierack, Ruet (Kerrl), Seldte, Darre Backe, Blomberg, Eltz-Ruebenach, Ohnesorge, Dorpmueller

Ministros sem pasta, mas com igual estatuto:

Keitel, Raeder/Doenitz, Hess, Bormann, Frank, Seyes-Inquart, Brauchitsch, Lammers, Roehm, Meissner, Frank

Outros participantes em reuniões do Gabinete

Schirach, Atmann, Bohle, Popitz, Dietrich, Gerecke

**Comité de Defesa do Reich
em 1933**

Goering, Raeder, Hess, Neurath, Funk, Goebbels, Brauchitsch, Keitel, Lammers, Frick, Ribbentrop, Schacht, Schwerin von Krosigk (a partir de Setembro de 1938)

**Conselho Ministerial de Defesa
em 1939**

Goering, Bormann, Himmler, Lammers, Hess, Frick, Funk, Keitel (também se denominava «Conselho Secreto do Gabinete»)

Colégios Plenipotenciários

**A
Da Economia de Guerra**

Schacht, Funk
controlava os ministérios da Economia, da Agricultura e Alimentação, do Trabalho, e das Finanças, parcialmente. Comissariado das Florestas, Chefia das Organizações da Juventude, Chefia das Organizações do Trabalho, Comissariado da Habitação; Banco Central, Comissariado da Saúde, dos Transportes Auto, da Marinha Mercante, da Consolidação das Populações

**B
Do Ministério da Guerra e do OKW (Alto Comando)**

Blomberg, Keitel
controlava a Inspeção Geral das Estradas, os Serviços de Correios, os Transportes, a Inspeção Geral das Águas e da Energia

**C
Da Administração**

Frick, Himmler
controlava os ministérios da Justiça, do Interior, da Ciência e Educação, das Igrejas, a Autoridade para o Planeamento Espacial, o Tribunal de Contas

**Delegado do Gabinete
para os Planos de 4 anos**

Hermann Goering

**Delegado do Gabinete
para o Espaço de Guerra Total**

Josef Goebbels

Outros Ministérios

Estrangeiros, Armamento e Produção Bélica, Aeronáutica, Propaganda, Territórios Ocupados

O julgamento em Nuremberga



Ernst Kaltenbrunner

22 de Maio, mas envenenou-se no Quartel-General do 2.º exército, em Luneburg, no dia seguinte.

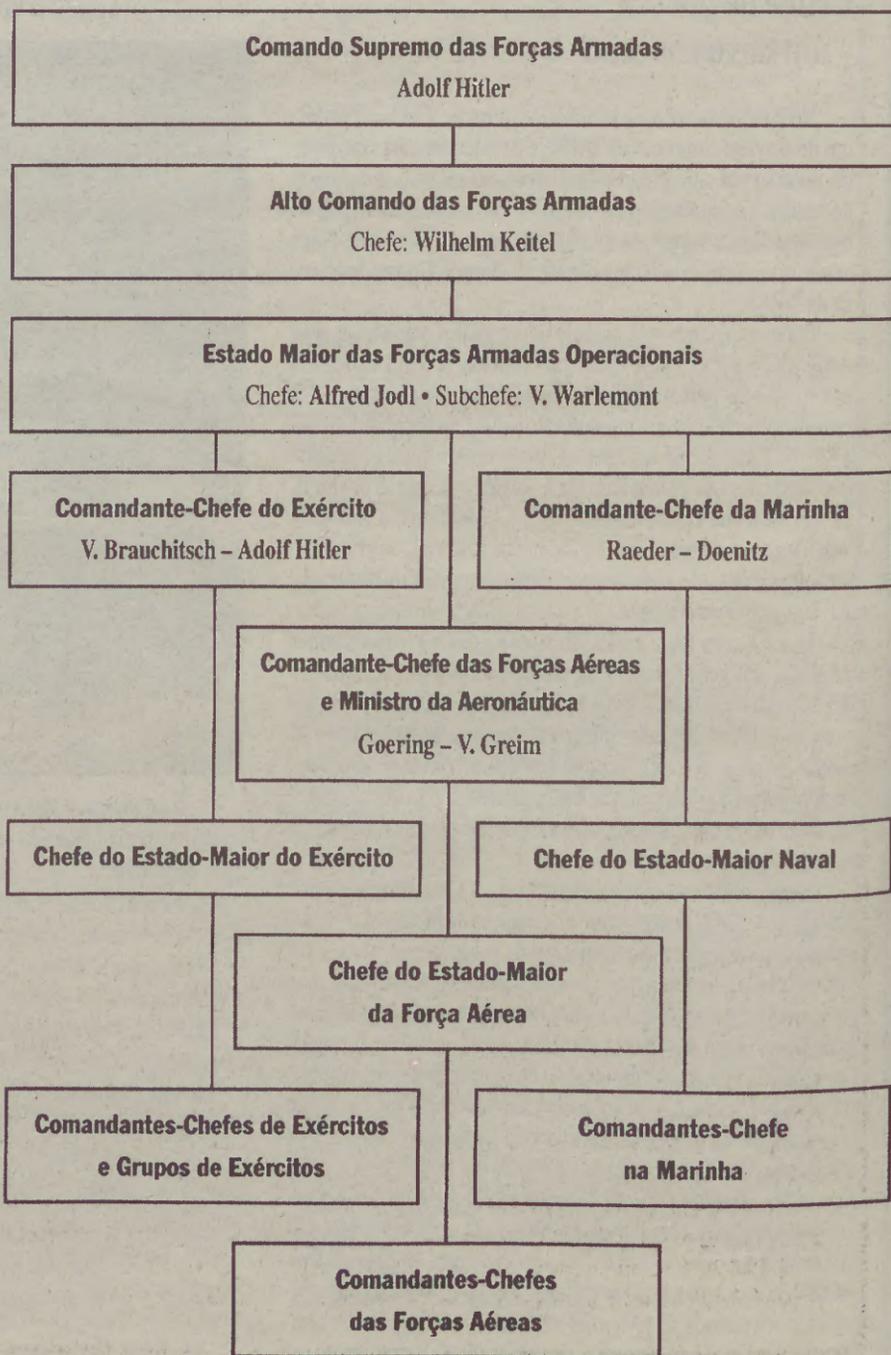
Muitos outros criminosos nazis foram julgados por tribunais inferiores mas, por esta altura, como se sabe, não eram poucas as figuras célebres do regime hitleriano que fugiam, rapidamente, através da Europa, dos mares, do mundo, procurando subtrair-se às responsabilidades dos seus actos hediondos.

Entretanto, enquanto as autoridades soviéticas não hesitavam na liquidação de um bom número daqueles que lhes caíam nas mãos quase sempre acusados pelas populações que haviam sofrido na carne e na alma a tirania e os crimes dos nazis, os anglo-americanos adoptavam uma postura diferente. Na verdade, muitos que pareciam ter valor científico, conhecimentos de organização da luta anticomunista, ou possuíam segredos relacionados com a produção de novas gerações de armamentos, eram identificados separadamente, interrogados de forma benevolente e, por fim, feitos seguir para os Estados Unidos, principalmente.



Hitler com os seus mais próximos, antes de assumir o poder, em 30 de Janeiro de 1933

Quadro II Estrutura de Organização da «Wehrmacht» 1938-1945



O Tribunal de Nuremberga, que ia enfrentar as 24 mais importantes personalidades da Alemanha do Führer, considerou que, segundo a Carta que definia os seus poderes, eram consideradas ilegais as organizações básicas do Estado nazi. Conformemente, todas as pessoas que tivessem pertencido a tais organizações podiam ser presas, julgadas e punidas. Essas principais organizações, eram as seguintes:

1. O gabinete do Reich;
2. a direcção do partido nazi;
3. os dirigentes e membros das SS e das SD;
4. o pessoal da Gestapo e das SA;
5. O Estado-Maior e o Alto Comando da «Wehrmacht».

Os termos de referência do Tribunal indicavam que as principais individualidades do III Reich a serem julgadas seriam acusadas de crimes que se englobavam nas seguintes categorias:

1. crimes contra a Paz;
2. crimes de guerra;
3. crimes contra a Humanidade.

Mas a acusação agravou a elaboração dos respectivos pronunciamentos alegando ter sido, antes dos crimes acima indicados,

cometido um outro, igualmente repulsivo: o de haverem os acusados participado de um plano, de uma conspiração para a materialização dos delitos criminais abrangidos pelas três categorias mencionadas.

«A guerra é a continuação de uma política, por outros meios», escreveu Clausewitz. Mas, em 1945, os povos haviam sofrido crimes de tal magnitude que a guerra teria de passar a considerar-se como um delito diabólico, a sua mera concepção passaria a ser coisa totalmente inaceitável no mundo moderno. A comunidade internacional afirmava-se disposta a trabalhar para que jamais pudesse voltar a viver-se o gigantesco drama que teve lugar desde 1939 até à altura do julgamento de Nuremberga.

Não eram, como vimos, apenas os indivíduos que cometeram os crimes acima designados que tinham de prestar contas dos seus actos infames perante o Tribunal Militar Internacional. Era toda a estrutura do Estado nazi, a da administração, a das forças militares, que ia ser julgada. Essa estrutura desenhava-se conforme os quadros na página anterior expostos.



Heinrich Himmler



Joseph Goebbels



Karl Brandt

As conclusões do Tribunal

A 30 de Setembro e 1 de Outubro de 1946, o Tribunal Militar Internacional, reunido em Nuremberga, fez o resumo dos casos sobre os quais haviam sido pronunciados e julgados os chefes hitlerianos atrás mencionados. E concluiu, antes de examinar os respectivos veredictos e lavrar as correspondentes sentenças:

1. Existia um plano nazi que serviu de base à preparação e à realização da guerra;
2. A Alemanha cometeu crimes de guerra em todos os países que ocupou, assim como nos mares;
3. Estabeleceu-se a prova de que os alemães tinham cometido crimes contra a Humanidade;
4. Os órgãos dirigentes do partido nazi, ou um grupo específico de indivíduos no seu interior, constituíam uma organização de criminosos;
5. As SS (Guarda Negra dos nazis) eram organizações de criminosos;
6. O Gabinete do Reich não era, como governo, uma organização criminosa;
7. As SA (Tropas de assalto-camisas castanhas) não eram uma organização de criminosos;
8. O Estado-Maior e o Alto Comando não eram organizações criminosas;
9. O Tribunal concluía, portanto, que os dirigentes nazis eram culpados de todas ou de algumas das quatro categorias de crimes de que se achavam acusados: a de conspiração, a de crimes contra a Paz, a de crimes de guerra, a de crimes contra a Humanidade;
10. A responsabilidade pela prática destes crimes não podia ser imputada unicamente a Adolf Hitler. Tinha de cair sobre os seus

chefes militares e políticos, os seus ministros e os industriais que haviam cooperado com o Führer. Essas pessoas não podiam pretender abrigar-se sob o conceito de que desempenhavam cargos oficiais ou cumpriam ordens, a fim de se eximirem às respectivas responsabilidades e punições;

11. Os membros das organizações consideradas não criminais podiam, igualmente, ser julgados e condenados por força de crimes que tivessem praticado individualmente;

12. Os crimes de guerra de que o Tribunal tomou conhecimento foram cometidos a uma escala sem precedentes na história das guerras e as perseguições aos judeus, em particular, revelaram actos de conseqüente e sistemática desumanidade.

Sobre os acusados e as suas plataformas de defesa, o Tribunal sintetizou:

a) **Goering**: «A este réu não podiam ser atenuadas as respectivas culpas. Pelos seus actos, pelas suas declarações, pelas suas ideias, só o próprio Hitler poderia ser mais responsabilizado. As próprias confissões são suficientes como prova da sua culpa. Esta, considera-se de grau único, dada a sua enormidade.»

b) **Ribbentrop**: «Ajudou na elaboração da política criminosa dos alemães e, particularmente, daquela que previa o extermínio dos judeus. Não faltam provas de que manifestou total simpatia com todos os principais aspectos do credo nazi. A sua colaboração com Hitler e o seu apoio aos crimes de guerra, contra a Paz e a Humanidade, provaram-se.»

c) **Hess**: «Deve ter tido conhecimento dos crimes de guerra praticados a leste, mesmo se não tomou parte neles. O Tribunal,

entretanto, não encontrou provas que o liguem, sem margem para dúvidas, a esses crimes.»

d) **Schacht**: «Tomou-se claro que este réu era a figura central no programa do rearmamento alemão. As medidas que tomou tornaram-no responsável pelo rápido progresso da Alemanha nazi no sentido de tornar-se uma potência militar. Por outro lado, Schacht conhecia, intimamente, o sistema financeiro do Reich e estava bem colocado para avaliar o real significado do rearmamento ordenado por Hitler. Sabia que a política económica do Gabinete nazi só podia ser aplicada se a sua finalidade fosse a guerra.»

e) **Papen**: «De acordo com os termos de referência deste Tribunal, Papen só poderia ser considerado culpado dos crimes de que outros réus são acusados se tivesse participado na preparação da guerra de agressão (?). Não se provou que houvesse trabalhado nos planos de agressão à Áustria e de ocupação deste país, ou que tal tenha sido o propósito das suas actividades.»

f) **Keitel**: «A sua defesa assentou na opinião de que, sendo um soldado, agiu no cumprimento de ordens superiores. Mas, um soldado não pode aceitar ordens que levem à prática de tantos crimes indesculpáveis e sem justificação de carácter militar.»

g) **Jodl**: «Foi o autor dos planos de guerra e o grande responsável pela condução das operações militares. Provou-se o seu papel activo no planeamento das agressões à Grécia e a Jugoslávia. Tomou parte em todas as conferências que precederam a invasão da URSS. Jodl assinou ordens para o assassinato de soldados comandos e prisioneiros de guerra. Não se provou que estivesse implicado nos programas de utilização de trabalho escravo.»



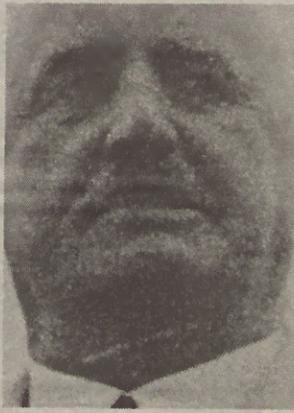
Adolf Eichmann



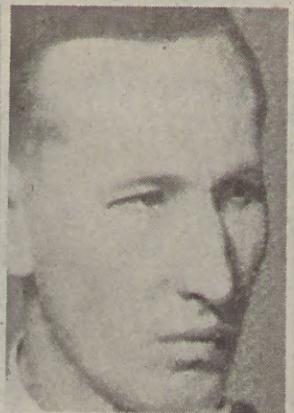
Rudolf Hess



Walter Schellenberg



Julius Streicher



Reinhardt Heydrich



Otto Ohlendorf

Veredictos e Sentenças

O Tribunal Militar Internacional de Nuremberga considerou culpados dos crimes de que se achavam acusados e condenou à pena capital os seguintes réus:

1. Joachim Ribbentrop; 2. Wilhelm Keitel; 3. Ernst Kaltenbrunner; 4. Alfred Rosenberg; 5. Hans Frank; 6. Wilhelm Frick; 7. Julius Streicher; 8. Fritz Sauckel; 9. Alfred Jodl; 10. Artur Seyss-Inquart; 11. Martin Bormann este foi sentenciado à revelia, mas existiam razões para supor que havia perecido após a queda da Chancelaria do Reich perante o ataque final do Exército Vermelho).

Com responsabilidades menos colossais, foram condenados a penas de prisão os seguintes criminosos:

1. Rudolf Hess, prisão perpétua; 2. Walter Funk, prisão perpétua; 3. Erich Raeder, prisão perpétua; 4. Baldur Schirach,

20 anos de prisão; 5. Albert Speer, 20 anos de prisão; 6. Constantin von Neurath, 15 anos de prisão; 7. Karl Doenitz, 10 anos de prisão;

Três dos réus, Hjalmar Schacht, Franz von Papen, Hans Fritzsche, foram mandados em liberdade visto que o Tribunal não estabeleceu a prova das acusações respectivas. Quanto a Gustav Krupp, considerou-se que o seu estado de saúde não permitia submetê-lo aos rigores do julgamento e, assim, o Tribunal decidiu suspender as acusações que pendiam contra ele, por despacho de 15 de Novembro de 1945.

Hermann Goering e Robert Ley, suicidaram-se nas respectivas celas da penitenciária de Nuremberga, apesar da apertada vigilância da guarda militar aliada que os examinava em cada 30 segundos.

NOTAS

(¹) Austrália, Bélgica, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, China, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Checoslováquia, República Dominicana, Equador, Egipto, Etiópia, França, Grécia, Guatemala, Haiti, Honduras, Índia, Irão, Iraque, Líbano, Libéria, Luxemburgo, México, Holanda, Nova Zelândia, Nicarágua, Noruega, Panamá, Paraguai, Peru, Filipinas, Salvador, Arábia Saudita, África do Sul, URSS, Síria, Turquia, Reino Unido, Estados Unidos, Uruguai, Venezuela e Jugoslávia foram os Estados fundadores das Nações Unidas. Juntaram-se-lhes, durante a Conferência que redigiu a Carta, a Bielorrússia, a Ucrânia, a Dinamarca e a Argentina.

(²) O major-general I. T. Nikitchenko e o tenente-coronel A. F. Voltchkov, representavam a URSS; Sir Geoffrey Lawrence e Sir William Norman Birkett, o Reino Unido; o professor Donnedieu de Vabres e o conselheiro Falco, a França; Mr. Francis Biddle e o juiz John Parker, os Estados Unidos.

(³) Conselheiro legal do governo britânico, com o estatuto de ministro.

(⁴) «King's Counsel» - Conselheiro real.

(⁵) NSDAP significa Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães.

(⁶) «Leader» nacional fantoche submetido aos interesses dos nazis.

(⁷) Seria o crime de conspiração.



FRANÇA

Um país em luta

Mais de 100.000 pessoas desfilaram terça-feira nas ruas de Marselha, na maior manifestação de que há memória nesta cidade. Na véspera, um comité antigreve juntara apenas 400 pessoas. Nessa mesma jornada de luta, muitas dezenas de milhar de manifestantes concentraram-se em Paris e outras cidades francesas.

Marselha é um exemplo, entre outros, da envergadura assumida pelo movimento social que está a pôr em causa, em França, as bases da política implementada pelo capitalismo em todo o mundo - mais lucros para o capital, austeridade para os trabalhadores, uma crescente massa de marginalizados.

Um movimento que prossegue, apesar dos esforços do governo francês para lhe pôr cobro, através de cedências parcelares em que o essencial do plano Juppé é preservado, ou as frustradas tentativas de opor a população (em particular de Paris) aos grevistas.

Na jornada de quinta-feira da semana passada, na cidade de Nice, considerada como conservadora, o protesto juntou 30 mil manifestantes. Em Toulouse foi igualmente batido um recorde, com a concentração de cerca de 50 mil pessoas.

É igualmente forte a mobilização em Paris e outras cidades.

Mobilização tanto mais significativa quanto não se trata de uma manifestação esporádica, mas de jornadas de luta que se sucedem, dia após dia, semana após semana.

As greves - que paralisaram praticamente toda a rede ferroviária

nacional e a cidade de Paris - abarcam sectores crescentes da população trabalhadora, passando do sector público ao privado, dos estudantes aos professores, e afectam a generalidade dos sectores da economia.

O apoio popular ao movimento grevista é impressionante, apesar da profunda perturbação do quotidiano, em particular dos parisienses. As dificuldades, acrescidas pela ausência de transportes públicos, geraram antes soluções alternativas e um redescoberto espírito de solidariedade.

No movimento têm vindo a participar, lado a lado com os trabalhadores, número significativo de desempregados. Um exemplo palpável da necessária aliança entre trabalhadores e os que a sociedade capitalista empurra para o mundo dos excluídos. As promessas do governo francês, dirigidas em particular aos ferroviários - cuja luta não pode deixar de afectar mais profundamente a economia do país -, e de uma futura "cimeira social", foram em geral rejeitadas pelos sindicalistas.

Louis Viannet, secretário-geral da CGT, em declarações à saída do encontro com o primeiro-ministro, considerou mesmo que "o desacordo é total".

No congresso da CGT, que decorreu estes dias, foi aprovada uma moção apelando a "generalizar a greve pela retirada do plano Juppé e das medidas negativas já tomadas em matéria de reforma, pelos salários, o emprego e a abertura de verdadeiras negociações tendo como base todas as exigências dos grevistas".

Não será possível prever que desenvolvimentos virá a ter este grande movimento de contestação. Mas o alerta está dado. Um grande alerta para realidades e ameaças que dizem respeito a todos nós.

Na lógica de Maastricht

A verdadeira explosão de protesto popular que nestes dias abarca toda a França, contém em si uma clara contestação das políticas e planos ligados à aplicação do tratado de Maastricht. Pois é disso mesmo que se trata, muito embora o governo francês afirme que a redução de défices teria como objectivo prioritário a luta contra o desemprego e a (cada vez mais abalada) coesão social.

Os acordos da Europa do capital são claros. Tal como anteriores declarações de Jacques Chirac.

Em 26 de Outubro, em vésperas do seu encontro com o chanceler Helmut Kohl, Chirac anunciava que o seu país iria cumprir, nos próximos dois anos, os critérios para a concretização da moeda única europeia. Nesse sentido, a na perspectiva de redução dos défices públicos, avançar-se-ia com uma vasta reforma no domínio dos impostos e da segurança social.

Opções assumidas em nome do rei mercado. "É preciso reduzir os défices públicos (...). Os mercados têm a mesma opção e defendem o mesmo. (...) Estamos num mundo em que os mercados são livres. Como tal, é necessário empreender os esforços necessários".

Uma clara opção antipopular, de que o governo francês está bem longe de ter o exclusivo. Muito pelo contrário.

Neste momento, com a liberdade facultada aos movimentos de capitais, a desregulamentação e interconexão dos mercados financeiros, o poder do dinheiro assumiu proporções consideráveis a nível mundial. E com ele, agravaram-se drasticamente as fracturas sociais.

Desde o fim dos anos 60, nos países mais ricos, a acumulação financeira dos capitais multiplicou-se por três ou quatro, enquanto o crescimento económico foi decaindo, passando de uma média de 4% entre 1967 e 1973, a 1,5% entre 1990 e 1994. A percentagem de desempregados duplicou.

É neste contexto que os mercados financeiros apostam numa redução das despesas públicas - profundamente penalizantes da população trabalhadora e da crescente massa dos excluídos do sistema. Porque apostam no rebaixamento do custo do trabalho e no aumento dos privilégios concedidos ao capital, como forma de garantir as suas margens de lucro num momento de baixa de crescimento económico.

Esta a perspectiva que enforma o plano Juppé, em geral coincidente com as políticas que têm vindo a ser implementadas por esse mundo fora, em claro proveito dos interesses do capital.

Uma política de que as consequências estão a ser contestadas, também em estudos económicos.

Uma análise divulgada pelo Observatório francês das conjunturas económicas (OFCE) sublinha que "os pensionistas e os desempregados são particularmente atingidas pois a sobrecotização que lhes é pedida representa quase um quarto do total do esforço pedido pelo plano". E afirma que "outras soluções para a partilha de esforços são possíveis", indicando concretamente os rendimentos do capital "claramente subtributados e que apenas parcialmente serão considerados na cotização de 0,5% para o reembolso da dívida".

Na opinião do economista Frédéric Cordoba, "continua-se a financiar os défices indo buscar o dinheiro sempre aos mesmos, ou seja, aos assalariados. É injusto e ineficaz. Tanto mais que, por um lado, deixa-se de fora os 770 mil milhões dos rendimentos financeiros das empresas e instituições financeiras e, por outro, recusa-se considerar o necessário aumento das despesas públicas e sociais para as pessoas, como fica demonstrado pela situação nas universidades, ou na dos transportes".



Raparigas de bicicleta em Paris



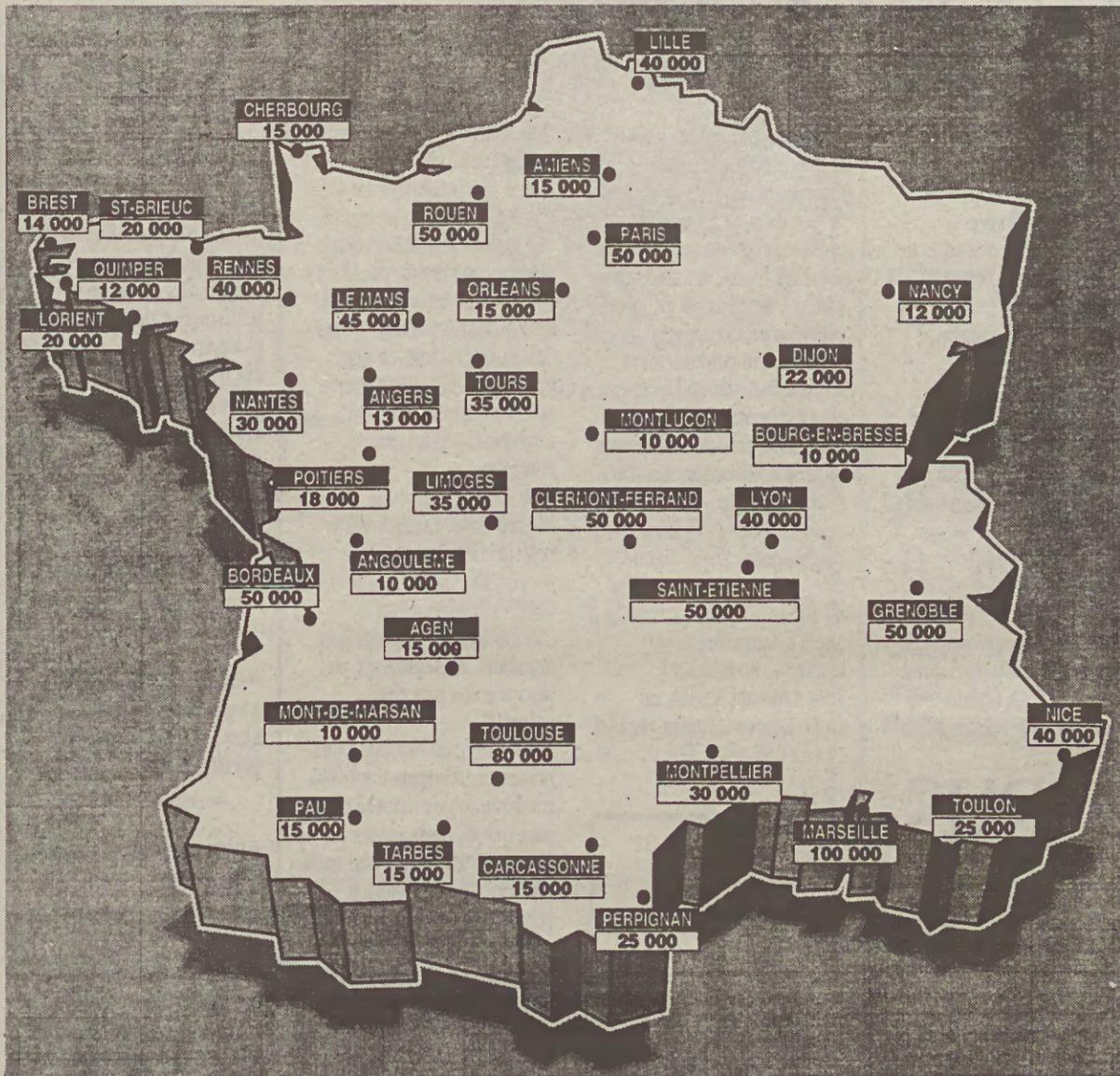
Maquinistas em greve



Os ferroviários em Toulouse



Os estudantes em Bordéus



O mapa de uma jornada de luta. Manifestações por todo o país. O protesto não deixou de fora os sectores mais excluídos da população, nomeadamente os sem casa, que contaram com o apoio dos grevistas, nomeadamente no transporte para centros de acolhimento



A mobilização em todas as suas facetas

PCP saúda Comunistas franceses e trabalhadores em luta

O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao Comité Nacional do Partido Comunista Francês o telegrama que aqui transcrevemos.

Queridos camaradas,

A amplidão e combatividade dos movimentos de protesto dos trabalhadores franceses contra o celerado plano Juppé de ataque aos direitos e conquistas da segurança social, bem como dos estudantes franceses pela melhoria do sistema de ensino, que se desenvolvem por toda a França desde há semanas, constituem um sinal inequívoco do pro-

fundo mal-estar e consciente disposição de luta das massas populares contra a injustiça dum política ao serviço das constrangedoras imposições dos critérios de Maastricht. São um estímulo para os trabalhadores e os povos de outros países que se defrontam também com a mesma ofensiva brutal do grande capital.

Os comunistas portugueses seguem atentamente o desenvolvimento dessa importante batalha e saúdam, nos seus camaradas comunistas franceses, todos os trabalhadores e estudantes franceses em luta, fazendo ardentes votos pelo seu pleno sucesso.

Desemprego em crescimento

As estatísticas do desemprego, agora divulgadas, indicam que se vive uma tendência de ainda maior agravamento da situação nesta área. Factos inegáveis e particularmente incómodos para o governo francês, num momento de grave crise social.

Em Outubro, o número de pedidos de emprego aumentou de 9.700, o que corresponde a um acréscimo de 0,3% relativamente a Setembro. É o terceiro mês de aumentos consecutivos.

Este novo aumento do número de pedidos de trabalho faz guindar para 2.961.800 o número oficial de desempregados.

Número bem aquém das realidades. Segundo os novos métodos de cálculo estabelecidos em Junho, só são considerados os desempregados imediatamente disponíveis. Tendo em conta os anteriores padrões (que abarcavam as pessoas que estivessem a trabalhar menos de 78 horas mensais), o desemprego sofreria ainda um agravamento de 0,7% em Outubro, para atingir as 3.240.300 pessoas.

Também no plano do desemprego, a precariedade dos postos de trabalho faz-se sentir de forma crescente - paralelamente à redução do número de pessoas que se inscreve nas listas de desempregados na sequência de despedimentos de carácter económico (menos 14,5%), assiste-se ao aumento das inscrições resultantes do caducar dos contractos a prazo, que registaram um aumento de 10,5% em relação a Outubro do ano passado.

Os jovens são os mais atingidos no actual processo de degradação socioeconómica.

Segundo um estudo recente do Instituto de Estatística, o número de postos de trabalho ocupados por jovens entre os 16 e os 25 anos sofreu uma redução de 200.000 num ano.

O trabalho precário é a regra para um em cada quatro jovens (26,6%). A proporção de postos de trabalho precário agravou-se em 3% num ano.

Em 800.000 jovens saídos das escolas, apenas 9,1% conseguiram trabalho em 1994 (em 1993 foram 11,2%).

O dinheiro que falta

O ataque à Segurança Social é, em geral, apresentado como uma fatalidade, algo de que ninguém é responsável, pois derivaria da própria evolução tecnológica e/ou dos imperativos incontornáveis de um mercado guiado à categoria de força mítica, ou ainda de uma evolução demográfica que se pretende alheia ao social.

A verdade, entretanto, é que dinheiro existe. Mas não nas mãos dos trabalhadores.

* 650 mil milhões: é a parte dos lucros das empresas - num total de 1.270 mil milhões (+70 mil milhões em relação a 1993) - que em 1994 foi para a especulação financeira.

* 380 mil milhões de francos: é o montante do património na posse das 400 maiores fortunas da França. O que corresponde a quase um terço do orçamento de Estado para 1994.

* 5 mil milhões de francos: é o custo mínimo dos 8 ensaios nucleares programados em Junho por Jacques Chirac. Um número apenas aproximativo, pois o segredo é a regra no domínio militar.

12,6 mil milhões de francos: é, até à data, a verba atribuída à produção de novas armas.

* 145 mil milhões de francos: é a soma dos benefícios fiscais de todo o tipo concedidos em 1994 aos dirigentes das grandes empresas e aos detentores das grandes fortunas.

* Segundo um inquérito realizado por "le Nouvel Observateur" pelo menos 26 grandes patrões ganham 2 milhões de francos - 26 vezes o salário mínimo nacional - ou mais, por ano.

* 77 mil milhões de francos: é a soma que anualmente entraria nas caixas da Segurança Social, se os rendimentos financeiros fossem taxados ao mesmo nível dos salários.

PONTOS CARDEAIS

O dito por não feito

Agora a moda é ser diferente hoje do que se era ontem. Proceder como se ontem não tivesse existido. É assim que, a cada dia que passa, os portugueses se vão surpreendendo com o que vêem e com o que ouvem. E também com o que lêem. Um exemplo disso, e que abordamos nas páginas dedicadas aos Trabalhadores, neste jornal, é contado pelo Sindicato dos Enfermeiros Portugueses que promoveu uma reunião em que participaram mais de seiscentos e cinquenta enfermeiros e alunos de enfermagem, e para a qual foram convidados representantes dos grupos parlamentares. Iam debater-se

questões relacionadas com o Estatuto Profissional e a Ordem dos Enfermeiros. Todos os grupos enviaram representantes seus. Todos... menos o PS. Agora que é Governo, o PS imita o seu antecessor. Muito diálogo, diz o PS à comunicação social. Mas parece que é só conversa. Quando se trata de debater problemas concretos... O mais curioso, porém, é que, segundo a Direcção do Sindicato, "o representante do grupo parlamentar do PSD reconheceu que a população portuguesa, com toda a justiça, penalizou nas últimas eleições a actuação e ineficácia de 10 anos de governação do seu partido", reconhecendo também que o governo de Cavaco "não publicou diplomas tão importantes para os

Enfermeiros e para a população". "Considerou ainda", revela a nota do SEP, "que estamos a viver o momento político adequado para a publicação destes diplomas"... O PSD já não é o mesmo?

Tudo em crise

Entretanto, o Congresso do Ensino Superior foi palco de mais uma pública sacudida da água do capote, quando da intervenção de Almeida Santos, hoje Presidente da Assembleia da República, que ali foi orar em representação do Presidente Mário Soares. Têm estas duas figuras em comum o terem alcançado o

cume porventura das suas ambições políticas, com o Presidente da AR a atingir o "topo" da sua carreira de político, enquanto o PR dá os retoques finais, em mediáticas visitas e viagens, às últimas semanas da sua própria carreira. Em comum, têm ainda o facto de ambos terem sido expoentes do Partido Socialista, autores e mentores da uma política que marcou profundamente - e o mais das vezes de forma negativa - o quadro político e social do país, inaugurando a política de direita e abrindo as portas a que a própria direita se instalasse no poder. Pois Almeida Santos, tal como Soares algumas vezes o

tem feito ultimamente, veio a terreiro criticar a situação de hoje. No campo do ensino, desta feita. Reconhecer que "o sistema de ensino em Portugal está degradado". O que não reconhece esta figura que chegou ao topo é que essa degradação, como outras, é um resultado. O resultado de uma longa série de medidas - ou da ausência delas - que se iniciou nos tempos do PS no Governo e que, certamente, com o PS de novo no Governo, irá continuar. Não senhor. Isto anda degradado por toda a parte, pelo mundo fora. A vários níveis. Do "poder político, da democracia, do modelo económico, do emprego, do ambiente, da segurança, da justiça e dos próprios valores"... No entanto, confortando os presentes, Almeida Santos lá foi dizendo que não era caso para que os portugueses se sintam "frustrados". Isto anda mal em todo o mundo. E como a coisa é mundial, certamente que ninguém tem culpas no cartório. Quanto a nós, é melhor irmos tendo esperanças em melhores dias. E enquanto eles não vêm, é preciso paciência. Quanto aos estudantes, por exemplo, que aguardem melhores dias. Entretanto, é "necessário aceitar as propinas"...

PONTOS NATURAIS

O protesto do lobo

Lançaram-se os pregões a chamar ao conclave e, cheia, a grande nave lembrava um grande céu de mil constelações de coração ao léu a bater, a bater os pobres sem saber as covas do segredo com medo, sim, com medo das falinhas e loas que encobrem os revezes. Aos pobres poucas vezes sucedem coisas boas...

O lobo vem ajeita o colarinho fala num tom mansinho que nunca ouviu ninguém: — *Está chegada a hora de, por lei conselheira, a Raposa matreira se ir embora. Era eu governador e cuido, sem favor, que dava agora um belo Presidente. Terão em mim os pobres protector. Votem em mim e não não se arrependirão.*

Ergue a pata uma ovelha sábia, quer dizer, velha: — *Meu senhor, Governador já foi, e muito foi o tempo que nos dói. E sendo-o, pelos pobres nada fez. Como é que o faria desta vez se fosse Presidente?*

Pergunta pertinente.

Lobo — *Posso falar?*
Eu — *Claro que sim a fábula continua.*
Lobo — *Eu venho protestar Que mania é a tua de só fazer de mim sempre o mauzão da fita? Que desdita! Porquê, porquê no fabuloso arroubo em vez de dizer «lobo» (que até sou o mais fraco) Não dizes logo «Professor Cavaco»? Ele é o camaleão e eu faço-lhe o serviço?*

O lobo tem razão. Tá certo, pá. Vou pensar nisso.



Mário Castrius

FRASES da SEMANA

“Sem se criarem instituições políticas a nível comunitário, não faz sentido criar uma moeda única na União Europeia. Das duas uma: ou havia condições para se criarem instituições políticas, e então avançava-se, ou, como parecia que era o caso quando se assinou o Tratado da União Europeia, não havia essas condições e então não se devia avançar na moeda única.”

☛ (João Ferreira do Amaral, economista, acessor do PR - «Público - Economia», 11.12.95)

“Adiar a adesão de Portugal à moeda única por cinco, dez anos, não nos vai tornar mais periféricos.”

☛ (idem)

“PSD deve mudar de protagonistas.”

☛ (Pedro Pinto, deputado do PSD, protagonista do debate parlamentar sobre Foz Côa - «Expresso», 08.12.95)

“Vejo-me na situação do artista que é utilizado pelo poder e que, quando deixa de interessar, é deitado fora.”

☛ (Filipe La Féria - «Público», 03.12.95)

“Não sou incompatível.”

☛ (Manuela Moura Guedes - «Diário de Notícias», 12.12.95)

“Interpretei as palavras de Fernando Gomes como a expressão de um desejo sobre as portagens e não como um anúncio de uma decisão.”

☛ (Joaquim Pina Moura, secretário de Estado-adjunto do primeiro-ministro - «Expresso», 08.12.95)

“O sistema dominante não mudou de natureza, mudou de escala.”

☛ (Manuel Alegre, em «Ser ou não ser (socialista)» - «Expresso», 08.12.95)

“Os portugueses andam iludidos.”

☛ (Sousa Franco, Ministro das Finanças - «O Independente», 07.12.95)

“Nas eleições as pessoas pensaram que tinham acesso ao paraíso, que Portugal se tinha tornado no país mais rico do Mundo.”

☛ (idem)

“Lembra-te que para o paraíso não se vai de carro.”

☛ (frase de uma tia recordada por Giulio Andreotti em entrevista ao «Público», 09.12.95)

“Sou o estrume do cavalo do bandido.”

☛ (Edir Macedo, bispo fundador da Igreja Universal do Reino de Deus, em entrevista à revista «Veja», citada em «Público», 09.12.95)

Raposa no galinheiro

Anteontem, num encontro em Lisboa com trabalhadores, integrado nas iniciativas da sua candidatura, Jerónimo de Sousa alertava para os perigos que adviriam se Cavaco Silva ganhasse a corrida para Belém. Seria como se deixasse entrar "a raposa no galinheiro". Por seu lado, tal como a raposa da fábula, Cavaco Silva não mostra os dentes. Tudo tem feito para se disfarçar, para adular o eleitor, a ver se este, como o corvo da história, abre o bico e deixa cair o queijo... Dialogante, aberto, "símbolo da unidade", "garante da Constituição", tudo a si próprio Cavaco chama, para fazer esquecer os inescrutáveis dez anos em que, autoritário, arrogante, tudo tendo feito para dividir a sociedade e instalar a guerrilha institucional, marchando contra a Constituição e os direitos que ela garante, deteve a chefia do Governo. Ao fim de algumas semanas, Cavaco deve considerar que a sua operação de maquilhagem estava completa. Foi certamente por isso que, há dias, apresentando uma "carta aberta aos portugueses", chorriho de auto-elogios e de grandiloquência de pacotilha, assegurou: "Os portugueses conhecem-me. Eu não mudei!"...

Plenários de militantes

Almada

Plenário de militantes da freguesia de Almada para discussão das eleições presidenciais: sábado, 16, às 15h30, no centro de Trabalho de Almada.

Sessão-debate na Cova da Piedade (Cooperativa de Consumo Piedense) sobre as eleições presidenciais: sábado, 16, às 15h.

Plenário de militantes da freguesia de Charneca da Caparica sobre as eleições presidenciais: sábado, 16, às 15h, no CT da Charneca.

Cascais

Plenário de militantes da freguesia de Cascais para discussão das conclusões da Reunião do CC de 8 de Dezembro e das eleições presidenciais: sábado, dia 16, a partir das 15h, com a participação do camarada Arménio Carlos.

Reunião com os camaradas do concelho de Cascais que trabalham no sector de Hotelaria, para discussão da situação social e eleições presidenciais: segunda-feira, dia 18, a partir das 16h, no CT de Cascais.

Paço d'Arcos

Assembleia da Organização da freguesia (conclusão): sábado, 16, às 15h, no Centro de Trabalho de Algés.

Sintra

Plenário de militantes da freguesia de Terrugem com a participação do camarada Jaime da Mata: em terrugem, sexta-feira, dia 15, às 21h30.



RESIDENCIAIS



Jerónimo de Sousa

Iniciativas com a participação do candidato do PCP

Quinta-feira, dia 14.

DEBATE entre candidatos às eleições presidenciais
RTP - Canal 1 - 22h30

Sexta-feira, dia 15

Distrito de SETÚBAL

• BARREIRO

Recepção na Câmara Municipal, às 14h30

Encontro com os trabalhadores da Câmara Municipal, às 15h

Visitas à EMEF e ao Nicola

BARREIRO

sexta-feira, 15

COMÍCIO nos Penicheiros, às 21h30
também com a participação de
ÁLVARO CUNHAL

Sábado, dia 16

• SETÚBAL

Faralhão - Almoço-convívio na Coop. de Habitação, às 13h

• LISBOA

Encontro Nacional do Ensino Superior da JCP
no ISCTE, a partir das 16h

• COIMBRA

Jantar de apoiantes da candidatura no Hotel Bragança, às 20h

Domingo, dia 17

Distrito de LISBOA

• ALGÉS

Almoço-convívio no CT do PCP, às 13h

QUELUZ

domingo, 17

COMÍCIO nos Bombeiros Voluntários, às 16h30
também com a participação de
CARLOS CARVALHAS

Segunda-feira, dia 18

• FIGUEIRA DA FOZ

Visita à Docapesca, a partir das 10h

Encontro com delegado da Administração • Contacto com Pescadores

Almoço com a Comunicação Social no Restaurante «Europa»

Visita à Foznave, a partir das 14h30

Encontro com a Administração • Encontro com os trabalhadores

Terça e Quarta-feira, dias 19 e 20

Região Autónoma dos AÇORES

A visita inclui:

Encontro com CGTP-IN / Açores • Entrevista na RTP/ Açores
Encontro com apoiantes e Órgãos de Comunicação Social

Outras iniciativas no âmbito da Candidatura de Jerónimo de Sousa:

Sessão de esclarecimento eleitoral em CAMARATE
Sábado, 16, às 15h30, no Centro da Terceira Idade
com a participação de Júlio Filipe

Montemor-o-Novo

Sábado, 16

Encontro de Quadros da JCP

do Distrito de Évora sobre

Regionalização

CT de Montemor-o-Novo, às 15h30

com a participação do camarada Raimundo Cabral

Póvoa de Varzim

A Segurança dos cidadãos e a acção dos Municípios

- sessão-debate no Espaço CDU,

sábado, 16, às 21h30

com a participação

de

João Amaral

Santarém

Sexta-feira, 15,

às 21h30,

no CT do PCP

Debate

sobre a situação

internacional

com a participação

do camarada

Domingos Lopes

Covilhã

Festa-convívio

em Vila do Carvalho

(antiga Fábrica

dos Fazendas)

promovida pela

Com. Concelhia

da Covilhã:

domingo, 17,

a partir das 15h30

Passagem de ano com o PCP

Em Setúbal

Pavilhão do Comércio e Indústria

Com o agrupamento musical «Contágio»

Informações:

CT do PCP / Edifício Arrábida - Tel. (065)522273

Na Amadora

Centro de Trabalho da Brandoa

Informações e reservas de mesas:

Cam. Mendes ou Joaq. António, tel. 4741928 (20 às 22h30)



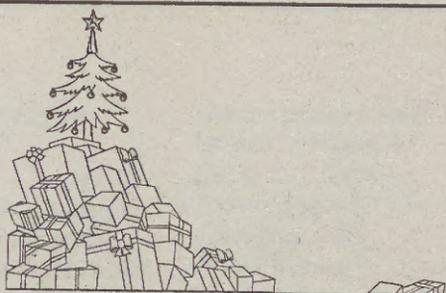
Encontro Nacional do Ensino Superior da JCP

A organização do Ensino Superior da JCP promove a realização, no próximo sábado, do Encontro Nacional do Ensino Superior, sob o lema "Intervir no Ensino Superior, Melhorar a Educação, Investir no Futuro".

O Encontro decorrerá no ISCTE a partir das 10h30 e a sessão de encerramento, prevista para as 17h, contará com a presença de Jerónimo de Sousa, candidato à Presidência da República.

Cerca das 20h, num restaurante da Feira Popular de Lisboa, os participantes reúnem-se em jantar de confraternização, aberto a todos os amigos que nele queiram participar (e que para tal se inscrevam, nomeadamente através do tel. 3557349, na sede nacional da JCP).





BANCAS DE NATAL

Agualva/Cacém

No CT do PCP

Todos os dias a partir das 10 h

Algueirão

No CT do PCP

De 2ª a sáb. das 16 às 19 h

Amadora

No CT do PCP

Diariamente das 14 às 20 h

Bragança

No CT do PCP

Artesanato • Livros
Lembranças para todos os gostos - Rum genuíno «Havana Club»
De 2ª a sáb. das 15 às 19 h

Lisboa

No CT Vitória

Dos Sectores Intelectual e de Serviços da ORL

Artesanato Urbano

Artesanato Tradicional

De 2ª a 6ª das 12 às 22 h

Dia 23 todo o dia

Odivelas

No CT do PCP

Artesanato (colab. da Assoc. de Artesãos do Conc. Loures)
Pequenas ofertas
Brinquedos • Livros
Mostra de Poesia organizada pelo colectivo da JCP de Odivelas
Até 31 de Dezembro

Porto

No CT do PCP da Av. da Boavista

Mercearias finas
Artesanato de diferentes regiões do País
de 2ª a 6ª das 15 às 19 h, até fins de Dezembro

Queluz

No CT do PCP

De 2ª a sáb. a partir das 14.30 h

CUBA

Turismo e Solidariedade

Fim do Ano Tropical

Havana - Cayo Largo - Trinidad - Pilar del Rio

27/12/95 a 5/1/96

Informações e inscrições:

Associação de Amizade Portugal-Cuba

R. Rodrigo da Fonseca, 107, r/c Esq.

Tel. 385 73 05

TEATRO

AUDITÓRIO CARLOS ALBERTO

Porto, R. das Oliveiras. Tel. 2004540. De 3ª a sáb. às 22.00, dom. às 17.00. **BEIJO NO ASFALTO**, de Nelson Rodrigues, encenação de Roberto Lage, pelos Seiva Trupe

CASA DAS ARTES

Porto, R. António Cardoso. Tel. 6004301. De 3ª a dom. às 21.45. **VANZETTI**, de Luís Araújo, encenação de Acácio de Carvalho, pelo TEP

COMUNA

Lisboa, Pç. de Espanha. Tel. 7271818. De 5ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **AQUI!**, de Michael Frayn, encenação de Alfredo Brissos

OFICINA DE TEATRO DE ALMADA

Almada, Pragal, Estrada Nacional 377 (SPRUPragalense). **GRANDES SUCESSOS DE SHAKESPEARE**, original de Sheer Madness adaptado por Fernando Rebelo

TEATRO ABC

Lisboa, Pq. Mayer. Tel. 3462001. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **ÀS NOVE EM PONTO**, encenação de Norberto Barroca.

TEATRO DO BAIRRO ALTO

Lisboa, R. Ten. Raúl Cascais, 1-A. Tel. 3961515. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **SPLendid's**, de Jean Genet

TEATRO MARIA MATOS

Lisboa, Av. Frei Miguel Contreiras. Sábados, domingos e feriados.

às 16.00. **ALI-BABÁ E OS QUARENTA LADRÕES**, encenação de Fernando Gomes, pelo TIL

TEATRO MIRITA CASIMIRO

Cascais, no Cruzeiro (Monte Estoril). Tel. 4670320. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **INVENTÁRIOS**, de Philippe Minyana, encenação de Carlos Avilez, com Ana Paula, Fernanda Neves, Teresa Corte-Real

TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA

Almada, R. Conde Ferreira. Tel. 2752175. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **OS DIAS FELIZES**, de Samuel Beckett, pela Companhia de Teatro de Almada (De 15 a 23 de Dezembro)

TEATRO MUNICIPAL S. LUIZ

Lisboa, R. Ant. Maria Cardoso. Tel. 3471279. A 6ª, sáb. e 2ª às 21.45, dom. às 17.00. **UMA COMÉDIA ÀS ESCURAS**, de Peter Shaffer, encenação de Mário Viegas, pela Companhia Teatral do Chiado

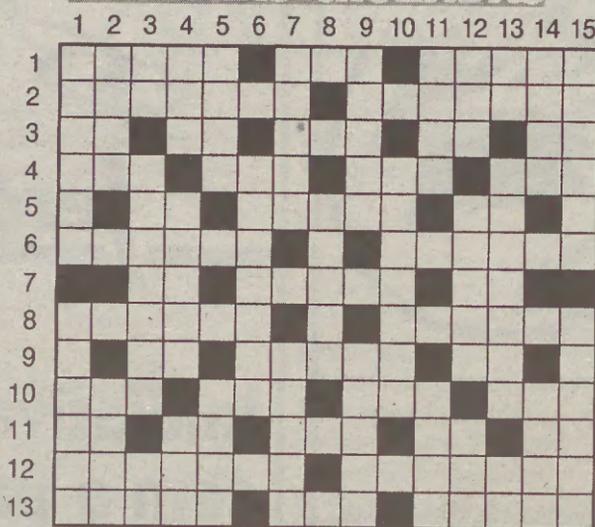
TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Lisboa, Rossio. Tel. 3422210. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **O CAMINHO PARA MECA**, de Athol Fugard, encenação de João Lourenço

TEATRO POLITEAMA

Lisboa, R. Portas Sto. Antão. Tel. 3431200. **DE AFONSO HENRIQUES A MÁRIO SOARES**, texto e encenação de Filipe La Féria

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS: 1 - Grande festa, geralmente de carácter oficial (pl.); cruel; abrir valas nos campos. 2 - Dera carinho excessivo; emprega. 3 - Vazia; Actínio (s.q.); lírio; letra grega; antemeridiano (abrev.). 4 - Discurso; origem (fig.); ovário de peixe; época. 5 - Bário (s.q.); matiza (fig.); antigo (pref.). 6 - Consentir; aseada. 7 - Compaixão; azeitona; Alumínio (s.q.). 8 - Aguças; labirinto. 9 - Cálcio (s.q.); broto; comparecer. 10 - Nome da noz da cola, na África e na Bahia; arco de cabaz; planos laterais do avião; orla. 11 - Isolado; o mais (ant.); tecidos quentes (fig.); inútil; partícula afirmativa do dialecto provençal. 12 - Arrendada; fina. 13 - Curar; rim (ant.); flores da roseira.

VERTICAIS: 1 - Dança em compasso binário, muito em voga nos séc. XVII e XVIII; velhas. 2 - Estimar muito; qualquer objecto de forma esférica. 3 - Decifrei; cumpro; antiga cidade da Caldeia. 4 - Patroa; venera; nome de letra. 5 - Alforge; erguer. 6 - Nome comum dado às doenças causadas por um vírus (pl.). 7 - Merecimento; osso par da face. 8 - Cópia. 9 - Lusitanos; relativo ao nariz. 10 - Elevação de terra que limita uma propriedade rural (pl.). 11 - Agente de polícia (bras.); ajustar. 12 - A barlavento (náut.); escapei; tempo que a Terra leva para completar uma volta em torno do Sol. 13 - Estudei; lançou fora de si; campeão. 14 - Má sorte; celebração do casamento. 15 - Conjunto dos galhos e ramos de uma árvore; que não se deixa atravessar pela luz (pl.).

SOLUÇÃO DO N.º ANTERIOR

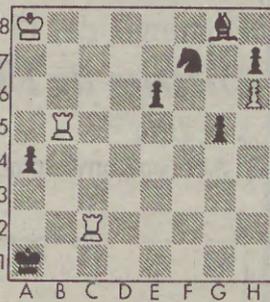
HORIZONTAIS: 1 - Pássaro; aparece. 2 - Eis; nem; réu. 3 - TI.; peles; ac. 4 - Rum; serenas; elo. 5 - Ia; mó; agá; Al.; al. 6 - Vale; anis. 7 - Pateta; clamor. 8 - Sena; iras. 9 - Al; me; ara; ao; lê. 10 - Bei; saberás; sic. 11 - II; lavas; Sá. 12 - Fel; lar; rés. 13 - Avisado; Adelina.

VERTICAIS: 1 - Pátria; sabida. 2 - Lua; lei. 3 - Se; vãs; fi. 4 - Sim; matem; mês. 5 - As; solenes; lá. 6 - Pé; eta; Al. 7 - Onera; abalo. 8 - Elege; treva. 9 - Amena; arara. 10 - Sá; ali; as. 11 - Ar; sanaras; ré. 12 - Rei; limão; mel. 13 - Eu; SOS; si. 14 - Ala; lis. 15 - Escola; secava.

XADREZ

DXLI - 14 DE DEZEMBRO DE 1995
PROPOSIÇÃO Nº 1995X095
Por: ADOLF KRAEMER
2º Prémio Die Welt, 1956

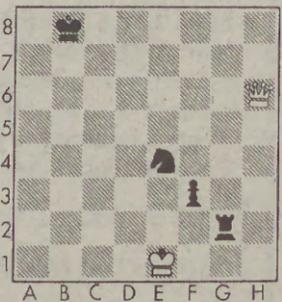
Pr.: [7]: Ps. a4, e6, g5, h7. Cf7 - Bg8 - Ra1
Br.: [4]: Ph6 - Ts. b5, c2 - Ra8



Mate em 4 lances

PROPOSIÇÃO Nº 1995X096
Por: AXEL AKERBLUM
Tidskrift för Schack, 1959

Pr.: [4]: Pf3 - Cc4 - Tg2 - Rb8
Br.: [2]: Dh6 - R6l



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº DXLI

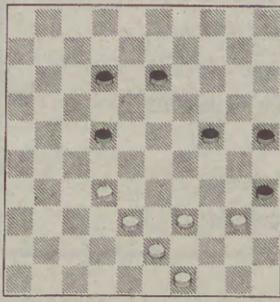
Nº 1995X095 [A. K.]: (Se: 1. Tf2?, a3!; 2. Tg2, Cd6!!; 1. Td2?, e5!!; 1. Te2?, Ce5!!; 1. Th2?, g4!!;)
Portanto: 1. Tg2!, q3; 2. Tf2, Cd6; 3. Tg5!! e #
Nº 1995X096 [A. A.]: 1. Df4+, Ra7; 2. Df3, Tg1+; 3. R62, Cc5; 4. Df2, Tg5; 5. Rf1, Td5; 6. Da2+ e g.
Se: 5..... Th5; 6. Df7+g./5..... T65; 6. Da2+, R-; 7. Db2+ g./4..... Tc1; 5. Rd2, Tc4; 6. Df7+g.

A. de M. M.

DAMAS

DXLI - 14 DE DEZEMBRO DE 1995
PROPOSIÇÃO Nº 1995D095
Por: HENRI CHILAND
In Secrets et merveilles du Jeu de Dames,
Paris, Ed. Stock, 1968

Pr.: [6]: 12-13-22-24-25-35
Br.: [6]: 32-38-39-40-43-49

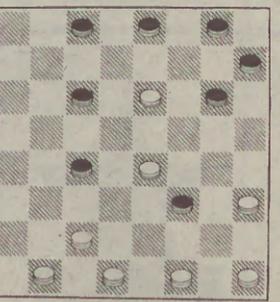


Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO Nº 1995D096
GOLPE Nº 150
Por: Dr. Orlando Augusto Lopes
Lisboa, 17.XII.1955

[Contra: A. J. Ribeiro]
Fonte: Enciclopédia Damista, Fafe

1. 10-14, 22-18; 2. 5-10, 27-22; 3. 12-15, 23-19; 4. 14-23, 28-12; 5. 8-15, 32-28; 6. 10-14, 28-23; 7. 6-10, 22-19; 8. 15-22, 26-19; 9. 10-13, 19-10; 10. 13-22, 24-20; 11. 11-14, 20-15 Diagrama
[Pr. [8]: 10-15-21-23-25-30-31; Br. [8]: 1-2-3-4-7-9-14-22 Br. +]



Pretas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº DXLI

Nº 1995D095 [H. Ch.]: 1. 32-28!, (35X42); 2. 28X30, (25X34); 3. 43-39, 34-43; 4. 49X47+
Nº 1995D096 [Dr. O.A.L.]: 12. 14-18!!; 21:14; 13. 22-27, 31:22; 14. 7-11, ~; 15. 2:27; 3:28 +

A. de M. M.

FILMES

QUINTA, 14

O Pequeno Buda

«Little Buddha» (Fr./Gr. Br./1993). Real.: Bernardo Bertolucci. Int.: Keanu Reeves, Ying Ruo Cheng, Chris Isaak, Alex Wiesendanger. Cor, 135 min. Ver Destaque. (22.00, TVI)

A Mulher de Azul

«La Femme en Bleu» (Fr./1972). Real.: Michel Deville. Int.: Michel Piccoli, Lea Massari, Michel Aumont, Geneviève Fontanel, Simone Simon. Cor, 92 min. Ver Destaque. (22.50, TV2)

A Escola do Dever

«The Lords of Discipline» (EUA/1982). Real.: Frank Roddam. Int.: David Keith, Robert Prosky, G. D. Spradlin, Barbara Babcock. Cor, 103 min. Ver Destaque. (01.25, Canal 1)

SEXTA, 15

Momento da Verdade

«Karate Kid» (EUA/1984). Real.: John G. Avildsen. Int.: Ralph Macchio, Noriyuki Morita, Elisabeth Shue, Martin Kove, Rande Heller. Cor, 120 min. Karaté. (22.00, TVI)

O Sul

«El Sur» (Esp./Fr./1982). Real.: Victor Erice. Int.: Omero Antonutti, Sensoles Aranguren, Iciar Bollan, Lola Cardona, Rafaela Aparicio. Cor, 90 min. Ver Destaque. (23.55, TV2)

O Último Pesadelo em Elm Street

«Freddy's Dead: The Final Nightmare» (EUA/1991). Real.: Rachel Tatalay. Int.: Robert Englund, Lisa Zane, Shon Greenblatt. Cor, 86 min. Terror. (00.40, Canal 1)

Longe da Guerra

«A Month in the Country» (EUA/1988). Real.: Pat O'Connor. Int.: Colin Firth, Kenneth Branagh, Natasha Richardson, Patrick Malahide. Cor, 92 min. Ver Destaque. (00.50, TVI)

A Teia do Crime

«Extralarge - Black Magic» (It./1990). Real.: Enzo G. Castellari. Int.: Bud Spencer, Philip Michael Thomas, Dionne Warwick. Cor, 96 min. Comédia/Aventura. (02.15, Canal 1)

SÁBADO, 16

A Montanha da Coragem

«Courage Mountain» (EUA/1989). Real.: Christopher Leitch. Int.: Juliette Caton, Charlie Sheen, Leslie Caron, Yorgo Voyagis, Laura Betti. Cor, 94 min. Ver Destaque. (16.15, Canal 1)

Natal no Canto da Rua

«Christmas on Division Street» (EUA). Real.: George Kaczender. Int.: Hume Cronyn, Fred Savage, Badja Djola, Jim Byrnes. Cor, 92 min. Telefilme Dramático. (17.30, TVI)

A Vida deste Rapaz

«This Boy's Life» (EUA/1993). Real.: Michael Canton-Jones. Int.: Robert De Niro, Ellen Barkin, Leonard DiCaprio, Jonah Blechman. Cor, 115 min. Ver Destaque. (00.40, TV2)

Traição e Vingança

«Men of Respect» (EUA/1990). Real.: William Reilly. Int.: John Turturro, Katherine Borowitz, Dennis Farina, Peter Boyle, Rod Steiger. Cor, 108 min. Policial/Dramático. (00.55, Canal 1)

Viva o Palhaço

«Merry Andrew» (EUA/1958). Real.: Michael Kidd. Int.: Danny Kaye, Pier Angeli, Baccaloni, Robert Coote, Noel Purcell. Cor, 92 min. Comédia Musical. (01.10, TVI)

Entre Primos

«Cousins» (EUA/1989). Real.: Joel Schumacher. Int.: Ted Danson, Isabella Rossellini, Sean Young, William Petersen, Lloyd Bridges. Cor, 110 min. Ver Destaque. (01.50, SIC)

Amityville: A Nova Geração

«Amityville: A New Generation» (EUA/1993). Real.: John Murlowski. Int.: Ross Partridge, Julia Nickson-Soul, Lala Sloatman, David Naughton. Cor, 92 min. Terror. (02.50, Canal 1)

DOMINGO, 17

Sissi e o Destino

«Sissi - Schicksalsjahre Einer Kaiserin» (RFA/1957). Real.: Ernst Marischka. Int.: Romy Schneider, Karlheinz Böhm, Magda Schneider. Cor, 85 min. Melodrama. (17.45, TVI)

Quem é Aquela Garota?

«Who's That Girl?» (EUA/1987). Real.: James Foley. Int.: Madonna, Griffin Dunne, Haviland Morris, John McMartin. Cor, 91 min. Comédia. (18.00, SIC)

Os Patofantomas

«Daffy Duck's Quackbusters» (EUA/1988). Real.: Greg Ford e Terry Lennon. Vozes: Mel Blanc, Mel Tormé, Roy Firestone, B. J. Ward. Cor, 76 min. Ver Destaque. (19.30, TV2)

Ases Pelos Ares II

«Hot Shots - Part Deux» (EUA/1993). Real.: Jim Abrahams. Int.: Charlie Sheen, Lloyd Bridges, Valeria Golino, Richard Crenna. Comédia. (23.00, SIC)

Os Meus Problemas com os Homens

«The Lemon Sisters» (EUA/1990). Real.: Joyce Chopra. Int.: Diane Keaton, Hathryn Grody, Carol Kane, Elliott Gould, Aidan Quinn. Cor, 86 min. Comédia. (00.35, TV2)

SEGUNDA, 18

Robocop 3, Fora da Lei

«Robocop 3» (EUA/1993). Real.: Fred Dekker. Int.: Robert John Burke, Nancy Allen, Rip Torn, John Castle, Jill Hennessy. Cor, 101 min. Acção/Ficção Científica. (22.50, SIC)

Max e Jeremias

«Max et Jeremie» (Fr./1992). Real.: Claire Deviers. Int.: Philippe Noiret. Cor, 105 min. Policial. (01.30, Canal 1)

TERÇA, 19

Encontro de Irmãos

«Rain Man» (EUA/1988). Real.: Barry Levinson. Int.: Dustin Hoffman, Tom Cruise, Valeria Golino, Jerry Molden, Jack Murdock, Michael D. Roberts. Cor, 140 minutos. Ver Destaque. (22.15, Canal 1)

Delancey Street

«Delancey Street: The Crisis Within» (EUA/1975). Real.: James Frawley. Int.: Walter McGinn, Carmine Caridi, Michael Conrad, Lou Gossett, Mark Hamill, Barbara Bosstock. Cor, 78 min. Ver Destaque. (01.10, Canal 1)

QUARTA, 20

Segredos Proibidos

«Secrets» (EUA/1971). Real.: Philip Saville. Int.: Jacqueline Bisset, Per Oscarsson, Shirley Knight Hopkins, Robert Powell. Cor, 86 min. Drama. (02.30, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

PROGRAMAÇÃO



«A Morte do Príncipe» - teatro adaptado de Fernando Pessoa, com Luís Miguel Cintra e Maria de Medeiros: terça à noite na TV2

Quinta, 14

CANAL 1

08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
08.55 Notícias
09.05 Táxi
09.35 O Show de John Larroquette
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
11.45 Cortina de Vidro
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Maria José
14.35 Malha de Intrigas
15.05 Vizinhos
15.50 Kananga do Japão
16.45 Os Dias Úteis
17.50 Pantanal
19.15 Lotaria Nacional
19.20 Golo!
20.00 Telegol
20.50 Casados de Fresco
22.05 Prova Oral
23.35 Antologia dos Beatles
00.35 24 Horas
01.05 Remate
01.25 A Escola do Dever
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

16.30 Desporto
17.40 Rua Sésamo
18.05 Um, Dó, Lí, Tá
19.00 Batman
19.30 Uma Vida Perigosa
20.20 Dinheiro em Caixa
20.55 Basquetebol: Benfica-Real Madrid
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.50 A Mulher de Azul
(ver «Filmes na TV»)
00.25 Ver Artes
01.00 Musical: Chico Freeman Live

SIC

11.00 Por Amar-te Tanto
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buéréré
17.10 Notícias
17.20 Praça Pública
17.55 Sinhá Moça
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.45 Os Trapalhões
21.20 A Próxima Vítima
22.20 Surprise
23.20 A Noite da Má-Língua
00.45 Último Jornal
01.00 O Cinema Americano



«Cagney e Lacey» a terminar quase todas as noites a emissão da TV1

TV1

10.00 Jornal do Mundo
10.30 Morena Clara
11.30 Clube da Manhã
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.15 Primeira Mão
14.35 Parker Lewis
15.00 A Escolha É Sua
16.05 A Hora do Recreio
17.25 Notícias
17.45 A Fúria do Destino
18.30 O Jogo da Vida
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.45 O Homem Aranha
21.45 Fora de Jogo
22.00 O Pequeno Buda
(ver «Filmes na TV»)
00.45 TV1 Jornal + Primeira Fila
01.45 Cagney & Lacey

Sexta, 15

CANAL 1

08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
08.55 Notícias
09.05 Táxi
09.35 O Show de John Larroquette
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
11.45 Cortina de Vidro
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Maria José
14.35 Malha de Intrigas
15.05 Vizinhos
15.40 Kananga do Japão
16.45 Os Dias Úteis
17.50 Pantanal
19.15 Lotaria Nacional
19.20 Golo!
20.00 Telegol
20.50 Isto é o Agildo
21.50 A Idade da Loba
22.40 Quem É o Que?
23.50 24 Horas
00.20 Remate
00.40 O Último Pesadelo em Elm Street
(ver «Filmes na TV»)
02.15 A Teia do Crime
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

16.30 Motociclismo
17.40 Rua Sésamo
18.05 Um, Dó, Lí, Tá
19.00 Basquetebol (Troféu RTP)
20.30 Artes e Letras: «Cinema Europeu: The Other Hollywood»
21.15 Máquinas
21.40 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.50 Actual - Reportagem
23.55 O Sul
(ver «Filmes na TV»)

SIC

11.00 Por Amar-te Tanto
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buéréré
17.10 Notícias
17.20 Praça Pública
17.55 Sinhá Moça
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.55 Os Malucos do Riso
21.35 A Próxima Vítima
22.35 Luna Parque
00.35 Os Donos da Bola
01.50 Último Jornal
02.05 Playboy



A História e as grandes imagens de 100 Anos de Cinema em duas excelentes séries: sobre o cinema europeu à sexta na TV2 e sobre cinema americano na SIC (mais 2 episódios, hoje e na terça)

TV1

10.00 Caixa de Perguntas
10.30 Morena Clara
11.30 Clube da Manhã
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.15 Primeira Mão
14.35 Parker Lewis
15.35 A Escolha É Sua
16.05 A Hora do Recreio
17.25 Jornal Nacional
17.45 A Fúria do Destino
18.30 O Jogo da Vida
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.45 Babylon 5
21.45 Fora de Jogo
22.00 Momento da Verdade
(ver «Filmes na TV»)
00.15 TV1 Jornal
00.50 Longe da Guerra
(ver «Filmes na TV»)

Sábado, 16

CANAL 1

08.00 Programa Infantil/Juvenil
10.55 Clube Disney
12.25 Cybermaster
13.00 Jornal da Tarde
13.15 Top +
14.25 Polícias do Futuro
15.20 Uma História Amarga
16.15 A Montanha da Coragem
(ver «Filmes na TV»)
18.00 Pantanal
19.00 Clube dos Totalistas
20.00 Telegol
20.45 Isto Só Vídeo
21.20 Antologia dos Beatles
22.20 Parabéns
00.20 24 Horas
00.55 Traição e Vingança
(ver «Filmes na TV»)
02.50 Amityville: A Nova Geração
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

09.00 Universidade Aberta
10.00 Forum Musical
13.00 Parlamento
14.00 Euronews
15.00 Grande Área
16.00 Basquetebol (Troféu RTP)
18.00 Para Além do Ano 2000
18.45 Futebol: Sporting Braga-Marítimo
21.00 Trio de Quatro
22.00 TV2 Jornal
22.25 Cantares de Amigo - Tema: «Lisboa»
23.20 Remate
23.35 Jogo Falado
00.05 Tribunal de Polícia
00.40 A Vida Deste Rapaz
(ver «Filmes na TV»)

SIC

09.00 Buéréré
12.30 Portugal Radical
13.00 Felicidade
14.00 Top Sic
15.20 Dra. Quinn
16.10 Cosby Show
16.30 Número Um
18.00 Cara e Coroa
18.45 Futebol: Sporting-Felgueiras
20.35 Jornal da Noite
21.10 História de Amor
22.10 Big Show Sic
01.35 Último Jornal
01.50 Entre Primos
(ver «Filmes na TV»)

TV1

10.00 Animação
11.30 As Histórias mais Bonitas
12.00 Visto Isto
12.30 Novos Ventos
13.00 Jornal da Uma
13.25 Contra-Ataque
15.00 A Hora do Recreio
15.50 A Grande Aposta
17.30 Natal no Canto da Rua
(ver «Filmes na TV»)
19.30 Telegol + Grande Plano
21.00 Diagnóstico: Crime
22.00 Picket Fences
23.00 Campeonato Espanhol de Futebol
00.40 Últimas Notícias
01.10 Viva o Palhaço
(ver «Filmes na TV»)

Domingo, 17

CANAL 1

08.00 Programa Infantil / Juvenil
12.30 Sem Limites
13.00 Jornal da Tarde
13.15 Made In Portugal
13.55 Emoções Fortes
14.30 86-60-86
15.15 Polícias do Futuro
15.30 A Lei de Burke
16.15 Homens do Rio Snowy
17.15 Robocop
18.10 A Festa dos Preços
19.15 Casa Cheia
20.00 Telegol
20.45 Futebol: Farense-Benfica
22.45 Marco Paulo
24.00 O Renegado
01.00 24 Horas
01.35 Paixões
02.25 No Calor da Noite

TV 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.25 A Terra e os Homens
12.00 Regiões
13.00 Vida por Vida
13.10 Euronews
14.00 Golo Europa
14.30 Jornada Desportiva
18.45 Desporto Notícias
19.00 O Homem e a Cidade
19.30 Os Patofantomas
(ver «Filmes na TV»)
20.55 Os Mistérios da Bíblia
22.00 TV2 Jornal
22.35 Vidas a Meias
23.05 Domingo Desportivo
00.35 Os Meus Problemas com os Homens
(ver «Filmes na TV»)

SIC

09.00 Buéréré
13.00 Vida Selvagem
14.10 Internacional SIC
14.40 O Preço da Fama
16.20 Príncipe de Belair
17.00 Walker, o Ranger do Texas
18.00 Quem É Aquela Garota?
(ver «Filmes na TV»)
20.00 Jornal da Noite
20.50 História de Amor
22.00 Chuva de Estrelas
23.00 Ases pelos Ares II
(ver «Filmes na TV»)
00.55 Último Jornal

TV1

10.00 Clube da Manhã
11.30 O 8º Dia
12.15 Missa
13.30 Portugal Português
15.00 Jornal do País
15.40 Olho Popular!
17.30 Sissi e o Destino
(ver «Filmes na TV»)
19.30 Telegol
20.10 Menina Prodígio
20.50 Jogo do Ganso
23.30 Últimas Notícias
23.45 Irmãos de Sangue

Segunda, 18

CANAL 1

08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
09.05 Táxi
09.30 O Show de John Larroquette
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
11.45 Cortina de Vidro
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Maria José
14.35 Malha de Intrigas
15.20 Férias em Festa
16.45 Os Dias Úteis
17.50 Pantanal
19.30 Golo!
20.00 Telegol
21.00 A Idade da Loba
21.50 Noite de Reis
23.35 Orgulho e Preconceito
00.40 24 Horas
01.10 Remate
01.30 «Max et Jeremie»
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

16.30 A Casa do Caçador
17.30 Rua Sésamo
17.55 Sunbow Especial
18.15 Um, Dó, Lí, Tá
19.20 As Grandes Batalhas da 2ª Guerra Mundial
20.15 Condorcut
21.20 À Roda do Mundo
21.25 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.50 Segunda Parte
00.05 Musical - «Pet Shop Boys»

SIC

09.00 Felizes para Sempre
09.30 Chaplin - O Garoto de Charlot
11.00 Por Amar-te Tanto
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buéréré
17.10 Notícias
17.20 Praça Pública
17.55 Sinhá Moça
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.50 A Próxima Vítima
22.00 Ponto de Encontro
22.50 Robocop III
(ver «Filmes na TV»)
00.55 Último Jornal
01.15 Flash Back

TV1

10.00 Novos Ventos
10.30 Morena Clara
11.30 Clube da Manhã
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.15 Primeira Mão
14.35 Parker Lewis
15.00 A Escolha É Sua
16.05 A Hora do Recreio
17.25 Notícias
17.45 A Fúria do Destino
18.30 O Jogo da Vida
19.30 Novo Jornal
20.45 Negócios em Dia
21.45 Fora de Jogo
22.00 Vidas Perdidas (1ª Parte)
00.35 TV1 Jornal
01.05 Portugal Português

Terça, 19

CANAL 1

08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
09.00 Notícias
09.05 Táxi
09.30 O Show de John Larroquette
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
11.45 Cortina de Vidro
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Caminhos Cruzados
14.35 Malha de Intrigas
15.05 Férias em Festa
16.45 Os Dias Úteis
17.50 Pantanal
19.30 Golo!
20.00 Telegol
20.50 A Mulher do Sr. Ministro
21.20 A Idade da Loba
21.55 Encontro de Irmãos
(ver «Filmes na TV»)
00.20 24 Horas
00.50 Remate
01.10 «Delancey Street»
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

16.40 Golo Europa
17.30 Rua Sésamo
17.10 Um, Dó, Lí, Tá
18.00 Sunbow Especial
19.20 Rotações
20.20 Programa Discovery
21.30 Lendas e Narrativas
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.40 Teatro: «A Morte do Príncipe»
00.10 A Par e Passo

SIC

09.00 Felizes para Sempre
09.30 Chaplin - A Revista de Chaplin
11.00 Por Amar-te Tanto
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buéréré
17.10 Notícias
17.20 Praça Pública
17.55 Sinhá Moça
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.45 Camilo & Filho, Lda.
21.20 A Próxima Vítima
22.20 Não Se Esqueça da Escova de Dentes
23.45 Cross Fire
00.55 Último Jornal
01.05 O Cinema Americano

TV1

10.00 Animais em Acção
10.30 Morena Clara
11.30 Clube da Manhã
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.15 Primeira Mão
14.35 Parker Lewis
15.00 A Escolha É Sua
16.05 A Hora do Recreio
17.25 Notícias
17.45 A Fúria do Destino
18.30 O Jogo da Vida
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.45 O Homem Aranha
21.45 Fora de Jogo
22.00 Vidas Perdidas (2ª Parte)
00.35 TV1 Jornal
01.05 Jornal de Negócios
01.35 Cagney & Lacey

Quarta, 20

CANAL 1

08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
09.00 Táxi
09.30 O Show de John Larroquette
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
11.45 Cortina de Vidro
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Caminhos Cruzados
14.35 Malha de Intrigas
15.05 Férias em Festa
16.45 Os Dias Úteis
17.50 Pantanal
19.30 Golo!
20.00 Telegol
20.45 Nico D'Obra
21.15 A Idade da Loba
22.15 Prova Oral
00.15 24 Horas
00.45 Remate
01.05 Segredos Proibidos
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

16.30 Motores
17.35 Rua Sésamo
18.00 Sunbow Especial
19.00 Irei para Longe
19.45 Planeta Terra
20.15 Basquetebol
21.50 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.50 Documentário: «O Mundo de Audubon» (II)
23.45 Marginalidades
00.50 Musical: «Yanni Live»

SIC

09.00 Felizes para Sempre
09.30 Chaplin - A Quimera do Ouro
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buéréré
17.10 Notícias
17.20 Praça Pública
17.55 Sinhá Moça
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.55 Barba e Cabelo
21.25 A Próxima Vítima
22.25 Casos de Polícia
23.30 Minas e Armadilhas
00.45 Último Jornal
00.45 Toda a Verdade - «Adão e Eva»: O Filme

TV1

10.00 O 8º Dia
10.30 Morena Clara
11.30 Clube da Manhã
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.15 Primeira Mão
14.35 Parker Lewis
15.10 A Escolha É Sua
16.00 A Hora do Recreio
17.30 Notícias
17.45 A Fúria do Destino
18.30 O Jogo da Vida
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.45 O Homem Aranha
21.45 Fora de Jogo
22.00 Models
23.00 Campeonato Espanhol de Futebol
00.45 TV1 Jornal
01.15 Jornal do Mundo
01.45 Cagney & Lacey

A História e as grandes imagens de 100 Anos de Cinema em duas excelentes séries: sobre o cinema europeu à sexta na TV2 e sobre cinema americano na SIC (mais 2 episódios, hoje e na terça)



Por isto e por aquilo...

O Pequeno Buda (Quinta, 22.00, TVI)

Uma delegação de monges budistas dirigida pelo lama *Norbu* dirige-se a uma casa de Seattle onde habita uma típica família americana. Fica então a perceber-se que aqueles monges acreditam que um dos filhos do casal é a reencarnação de um lama budista que vivera nos últimos anos na América, o que leva a uma viagem fantástica até ao Oriente e projectada na tradição do passado. Um interessante filme de **Bernardo Bertolucci**, pela vez transmitido na televisão portuguesa.

A Mulher de Azul (Quinta, 22.50, TV2)

Uma bela manhã, quando esperava pela sua companheira *Aurélia*, chegada de uma viagem, *Pierre*, um quarentão, tem a visão de uma mulher extremamente bela, vestida de azul. *Aurélia*, sentindo que *Pierre* nunca mais deixaria de pensar nessa mulher inacessível que se atravessara no seu caminho, propõe-lhe que partam em sua busca - mas tal demanda é infrutífera e, desesperado, *Pierre* acaba por suicidar-se. **Michel Deville**, bem acompanhado por **Michel Piccoli** e **Lea Massari** nas interpretações, assina aqui um filme extremamente sensível iluminado por uma delicada encenação.

A Escola do Dever (Quinta, 01.25, Canal 1)

Debruçando-se sobre o quotidiano de uma escola militar norte-americana, situada no Sul dos EUA, este filme adaptado de um romance escri-

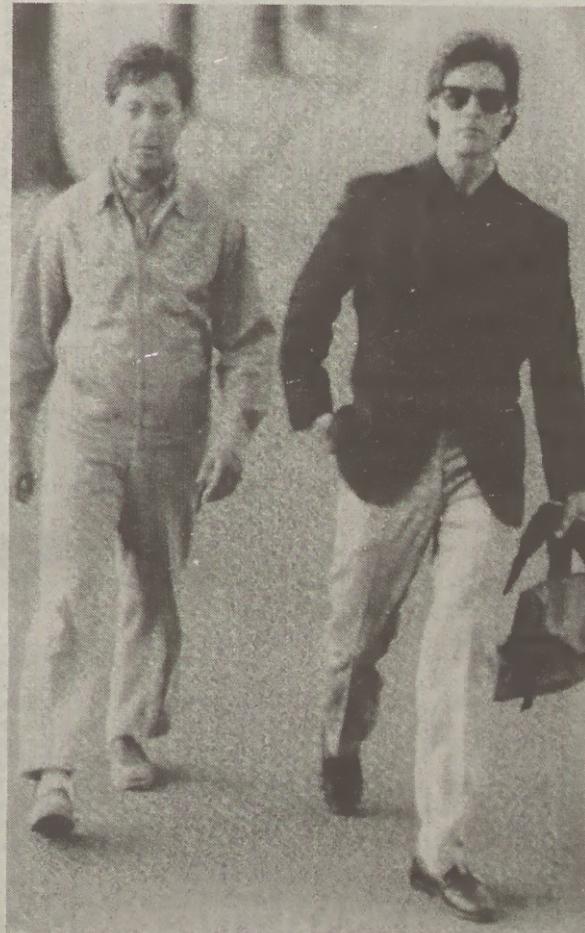
xonante de um pastor. Realizado com grande sensibilidade por **Pat O'Connor** e admiravelmente fotografado por **Ken MacMillan**, o filme é um testemunho da Inglaterra do pós-guerra 14/18 e tem duas belas interpretações de **Colin Firth** e **Kenneth Branagh**.

A Montanha da Coragem (Sábado, 16.15, Canal 1)

Livemente inspirado nas histórias e personagens de **Johanna Spyri** (em particular *Heidi*, tão maltratada nos famigerados desenhos animados japoneses), este filme, rodado por entre belíssimas paisagens - entre as quais as inevitáveis montanhas nevadas da Suíça -, acompanha as aventuras de um grupo de raparigas em fuga de um orfanato italiano em que eram maltratadas, durante a I Grande Guerra na Europa. Uma odisseia.

A Vida deste Rapaz (Sábado, 00.40, TV 2)

Em meados dos anos 50, quando as coisas davam para o torto, a ideia invariável que ocorria era partir para o Oeste e esperar que a vida sorrisse melhor. Foi o que aconteceu a uma mãe acabada de divorciar que pegou nos seus haveres e no seu filho e se meteu num velho *Nash* em direcção ao estado de Washington, até ir parar a uma cidade com o nome nada acolhedor de *Concrete*. Talvez que ali encontrasse de novo marido e que o filho acabasse por encarrilar melhor nos estudos... É então que encontra um homem que se diz apaixonado e, embora tanto ela como o filho sen-



Dustin Hoffman e Tom Cruise, numa cena de «Encontro de Irmãos», de Barry Levinson

em 1975 por **Jean-Charles Tachella** e que obteve um surpreendente êxito nos EUA. A realização desta nova versão da história, devidamente americanizada, esteve a cargo do competente **Joel Schumacher** e conta com a interpretação adequada de **Ted Danson** e **Isabella Rossellini** no papel de dois primos que se encontram durante um casamento que une duas grandes famílias e se envolvem amorosa e ardentemente, com todas as consequências que daí advêm... Uma comédia romântica, com momentos de forte humor.

Os Patofantasmas (Domingo, 19.30, TV 2)

Concebido a partir de uma série de desenhos animados da **Warner**, este filme é uma das melhores compilações neste campo e faz-nos reviver as aventuras e desventuras do *Pato Daffy*, na companhia (entre outros) do coelho *Bugs Bunny*, do gato *Silvester* e do *Porquinho Porky*. Uma banda sonora de antologia e uma série de vozes impagáveis (de que se destaca a do indispensável **Mel Blanc**) compõem o ramalhete final. A não perder!

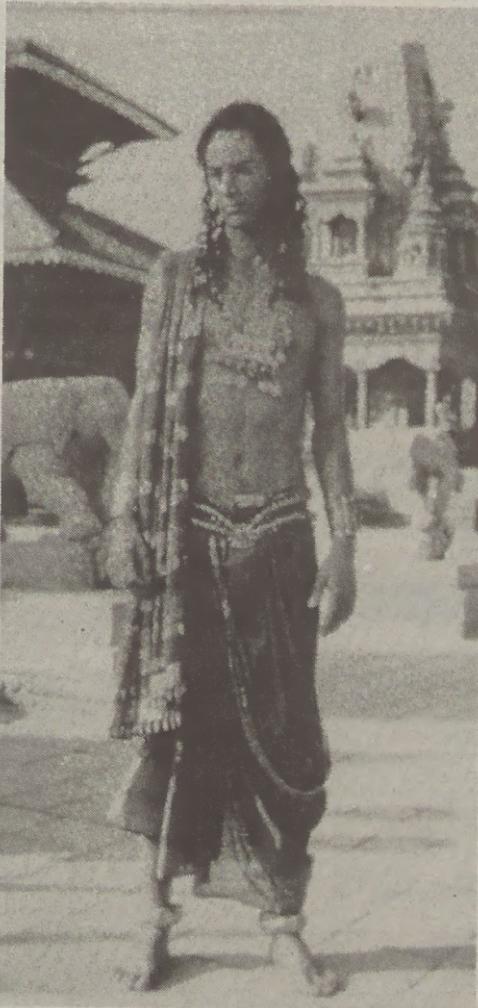
Encontro de Irmãos (Terça, 22.15, Canal 1)

Amigo dos prazeres da vida e do dinheiro, um jovem a quem o pai acaba de morrer toma conhecimento de que, não só a herança que julgava caber-lhe não foi atribuída, como, ainda, que um outro seu irmão mais velho, autista, internado há muitos anos numa instituição especializada, fora o filho preferido. É a história do progressivo encontro entre as personalidades tão diversas destes dois irmãos e da crescente amizade entre ambos que fizeram deste comvente, simpático (e por vezes hilariante) filme um assinalável êxito, tendo por base as excelentes interpreta-



Ted Danson e Isabella Rossellini, intérpretes principais de «Entre Primos», uma comédia de Joel Schumacher

«O Pequeno Buda», um filme de Bernardo Bertolucci



to por **Pat Conroy** (que viveu experiência semelhante) denuncia a atmosfera de feroz disciplina vivida nessas instituições e ataca frontalmente os problemas do racismo ao dar-nos a ver a odisseia de um dos novos cadetes, de raça negra, cruelmente perseguido por uma seita secreta fascista (os *Dez*), semelhante ao *Ku Klux Klan*. Embora relativamente convencional na sua realização, o filme merece uma visão precisamente por se debruçar sobre um tema que permanece vivo na sociedade norte-americana.

O Sul (Sexta, 23.55, TV 2)

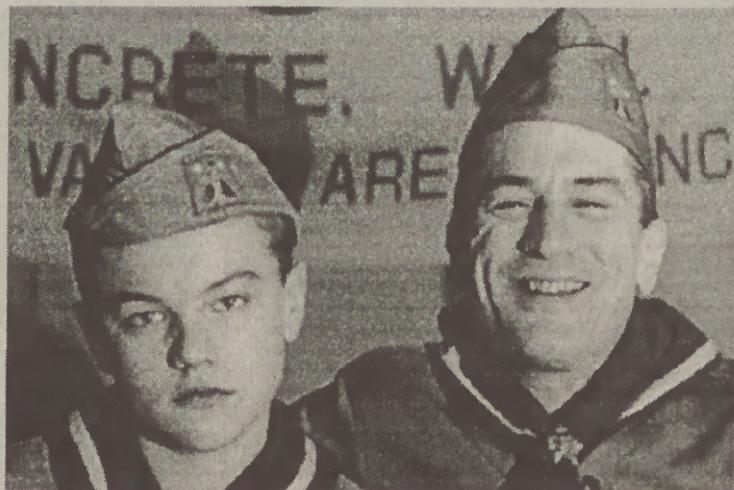
Seguindo-se à apresentação do admirável *O Espírito da Colmeia*, transmitido na semana passada, a TV 2 escolheu desta vez um filme mais recente do mesmo realizador espanhol **Victor Erice**, o que nos coloca de novo perante um cinema cuidado e delicado que agora nos dá a ver, a partir do ponto de vista de uma criança, a vida de uma família e sobretudo de um pai que, tendo partido um dia para o Norte, nunca mais volta ao Sul de que era natural, vivendo preso das suas recordações do passado.

Longe da Guerra (Sexta, 00.50, TVI)

Situado em *Yorshire*, numa região campestre do Norte da Inglaterra, no ano de 1920, *Longe da Guerra* conta-nos a história do encontro de dois jovens ex-combatentes da I Grande Guerra - um arqueólogo e um restaurador de frescos - que se sentem atraídos pela mulher discreta mas apa-



Um fotograma de «Momento da Verdade», de John G. Avildsen



Leonard DiCaprio e Robert De Niro, em «A Vida deste Rapaz», de Michael Canton-Jones

tissem que ali alguma coisa poderia estar errada, a decisão foi a de arriscar. Tanto pior! A decisão iria revelar-se desastrosa... Revelando-se um interessante estudo de personagens, o filme (baseado na memória de factos reais, vividos aliás pelo autor do argumento **Tobias Wolff**) encontra nos intérpretes principais - **Robert De Niro**, numa das seus melhores papéis de sempre, e o miúdo **Leonardo DiCaprio**, com uma até agora relativa experiência no meio televisivo - as melhores qualidades e os mais intensos atractivos.

Entre Primos (Sábado, 01.50, SIC)

Pelo carácter bilingue do título original (*Cousins*) adivinha-se, mesmo assim, que há algo de francês na origem deste filme. Na realidade, trata-se de um *remake* de um outro filme (*Cousin, Cousine*), realizado

ções de **Tom Cruise** e, sobretudo, **Dustin Hoffman**, sem esquecer a realização brilhante de **Barry Levinson**. Uma mão cheia de Oscars.

Delancey Street (Terça, 01.10, Canal 1)

Considerado pelas referências como uma produção «acima da média» e até agora inédita na nossa televisão, *Delancey Street* acompanha as iniciativas de um homem que procura interessar-se pela recuperação de ex-toxicod dependentes, alcoólicos e outros marginais e pela sua reinserção na sociedade - para o que dá corpo a uma fundação (a *Delancey Street Foundation*), em S. Francisco, que dê concretização a estas esperanças. Um telefilme fora do vulgar, pleno de humanidade e de preocupações sociais, que o Canal 1 desperdiça num horário impossível e habitualmente marcado pela indigência.

■ Correia da Fonseca

A cilada e seus arredores

Era fácil fazer aqui o arrolamento, ainda que decerto incompleto, das aldrabices, imposturas, grosserias e golpes baixos que preencheram a emissão de «Crossfire» em que Margarida Marante e Miguel Sousa Tavares tentaram proceder ao espancamento público de Alfredo Barroso, culpado do abominável crime de ter afirmado, ao longo de quarenta e uma semanas, que um nojo é um nojo. Falei em espancamento e talvez tenha errado por defeito porque, nas páginas do «Público», um qualquer Marmelo (não estou a brincar, longe disso, é mesmo o apelido do senhor jornalista) falou em incineração, pelo que aparentemente eu podia ter escrito auto-de-fé. De qualquer modo, o certo é que eu penso ter Marmelo exagerado muito, e não apenas neste ponto, embora não tanto quanto a parilha de jornalistas responsáveis pelo «Crossfire». Esses cometeram sem dúvida a façanha notável de terem batido recordes seus, tarefa espantosa porquanto todos eles correspondiam já a fasquias muito altas. Por isso, de resto, eu renuncio com alguma mágoa à tentação de proceder aqui ao tal inventário, trabalho que aliás executei noutra ou noutros jornais, pelo que eventuais interessados sempre poderão conhecê-lo. Registrando aqui o facto, evito a possível alegação de que aludi a mentiras e artes afins que não identifiquei concreta e claramente. Identifiquei, e em mais de um lugar. Só que não gosto de andar a repetir-me de jornal para jornal, o que talvez se compreenda.

De qualquer modo, não quero deixar de anotar aqui ao menos uma dessas aldrabices, não decerto a maior ou a mais grave mas sim, cronologicamente, a primeira, salvo erro. Creio que foi ao abrir da rubrica que a jornalista agora residente em «Crossfire» afirmou que o convite dirigido a Alfredo Barroso, cronista de TV nas colunas de «O Independente», era um sinal de «espírito aberto». Não era. Era, isso sim, uma manobra preliminar para a prática de um acto cobarde: atrair a lugar inóspito o jornalista Alfredo Barroso para, utilizando as óbvias vantagens de serem dois contra um, de disporem da inevitável desenvoltura que a longa experiência de estar perante as câmaras propicia, de abusarem a seu bel-prazer da arma grosseira da interrupção sempre que o convidado tentasse avançar com explicações convincentes, o destruírem perante a teleplateia da SIC. E, quanto a Alfredo Barroso, mais adequadamente que invocar um mero «espírito aberto» seria falar de coragem. Ele bem podia prever a cilada que o esperava, pois aquela dupla não engana ninguém, isso é certo, nem em matéria de «fair play» nem no tocante à sua ilimitada dedicação à SIC. Mas Barroso optou por enfrentar os telejagunços e fez bem: afinal, a tocaia não o estralhou, bem antes pelo contrário.

As flechas etíopes

Porém, para lá das miudezas repugnantes que esmaltaram o interrogatório, da indisfarçada ferocidade com que a parilha se lançou sobre o crítico que estava, enfim, ali ao seu dispor, aquele «Crossfire» ilustrou de um modo esclarecedor as condições e circunstâncias em que continua a ser feita entre nós a crítica de Televisão. Escusado será acentuar a desigualdade de impactos

obtidos por quem está na Televisão e por quem escreve na Imprensa. Quando, na década de 30, Mussolini mandou que as forças armadas italianas esmagassem a resistência etíope, os

cívicas e, já se vê, deontológicas, a descerem até à manifesta desonestidade intelectual e à cumplicidade com o rufia do telejornalismo que Victor Moura-Pinto decidiu ser.

Dir-se-ia que, perante aquilo, o melhor que haveria a fazer seria apertar o nariz e passar de largo. Contudo, acontece que as circunstâncias da actualidade política nacional conferem um interesse muito especial e acrescido a algumas questões que foram abordadas e falsificadas neste «Crossfire». Não é verdade que Alfredo Barroso, ou qualquer outro crítico de Televisão, ou quem quer que reflecta seriamente acerca da TV Portuguesa sem perder o duplo sentido do asseio e do possível, deseje uma Televisão para elites ou, mais drasticamente mas como também foi asseverado pelos inquisidores, «acabar com a TV privada». Não é verdade que seja inviável a fixação de alguns critérios-mínimos para a identificação de qualidade na programação, e menos ainda é verdade que não seja relativamente fácil reconhecer claríssimos sinais de primarismo, de analfabetismo cultural, de inescrúpulo. Não é verdade sequer que, ao lado da TV estatal ou pública paga pelos contribuintes, as TV's privadas não sejam também pagas pelos mesmíssimos cidadãos, dessa vez na condição de consumidores, pois os custos da publicidade que as sustenta serão sempre incorporados, mais tarde ou mais cedo, mais longe ou mais perto, nos preços das mercadorias ou dos serviços. O suposto e muitas vezes mirífico embaratecimento obtido pelo crescimento eventual da produção irá, as mais das vezes e quando se verifique, antes reforçar os lucros a arrecadar.

Neste momento

Agora que a RTP, com nova administração, está perante a dupla tarefa de encarar gigantescos problemas financeiros e de se justificar pelos serviços de utilidade nacional que pode prestar e é imperativo que preste, estas e outras questões surgem em primeiro plano. E não se diga que são problemas que apenas tocam a Televisão de capitais públicos: é bem sabido que entre todas as estações de TV se estabelece uma espécie de osmose que a coexistência concorrencial apenas acentua até ao exaspero. Aliás, é sabido (mas não muito, porque também é muito ocultado) que mesmo as TV's privadas têm de respeitar as regras de comportamento, de fundamental asseio mediático, que actualmente desrespeitam com a maior desfaçatez e total impunidade mas que, na verdade, as obrigam.

Por isso, coitadas, ficam em grande desconforto quando a crítica fala em telelixo, ainda que referindo-se às emissões do vizinho. Se alguma solidariedade invisível liga as estações privadas de Televisão à sua concorrente estatal é o princípio de que, em TV, é livre a descida até aos piores níveis éticos, estéticos, culturais ou outros. E de que ninguém tem o direito de formular objecções a esse democrátissimo direito de fazer a pior TV desde que isso dê dinheiro. Por seu lado, a crítica em geral tem uma reivindicação mínima: ao menos, cumpra-se o quadro legal em vigor mas de modo nenhum em aplicação. Alfredo Barroso falou nisso, Sousa Tavares e Margarida Marante fingiram não ouvir mas, se a TQT fosse cromaticamente fiel, ter-nos-ia revelado que um e outro ficaram, naquele momento, verdes de raivinha inconcessada.



abissínios tentaram alvejar os aviões fascistas disparando contra eles as flechas dos seus arcos. Lembro-me muitas vezes disto quando assisto a que um crítico de TV denuncie, com o vigor possível, a utilização do espectro hertziano nacional para o tráfico de teledrogas. Ainda assim, contudo, a hostilidade que a crítica desencadeia, obviamente decorrente do susto provocado pelas palavras lúcidas e fundamentadas e pela justificada indignação que pode tornar-se contagiosa, consubstancia-se (também) naquilo que vimos e ouvimos: dois jornalistas bem reputados (e não discuto agora o modo como terão acedido a essa reputação, nem a sua justiça), com indeclináveis responsabilidades culturais,

de FOICE

Tabus

Em abono da verdade, devo confessar que não desgosto de tabus; de facto, para ser sincera, até gosto. Que graça é que têm as coisas explicadas tim por tim? Que margem nos deixam à imaginação? Que janela abrem à aventura? Nenhuma, como é por de mais evidente. Se nos contassem tudo e não descobrissemos nada, estou em crer que a vida perderia todo o encanto. É por isso que os tabus são não apenas saborosos mas necessários.

Os tabus são assim uma espécie de sal e pimenta da existência, o tempero qb a fazer a diferença dos pratos requintados, o apelo do risco, a atracção do abismo, o desafio da transgressão. Não há jornalista que se preze nem comadre que se recomende que não se pele por um bom tabu. A própria palavra é por si só fascinante, misteriosa, plena de sugestões de feitiços, do que é inviolável, invulnerável, sagrado; desafia a imaginação, acena e faz negaças - descobre-me, descobre-me...

Toda a gente se lembra, certamente, do tabu que animou a vida política e social do país há uns meses atrás. Até nem era um tabu por aí além, era assim mais uma espécie de gato escondido com o rabo de fora, mas fez correr rios de tinta, lançou para a ribalta ilustres desconhecidos, agitou tertúlias de amigos, abalou alicerces partidários, estremeceu instituições, desenterrou machados de guerra, inspirou correios sentimentais, numa palavra, cumpriu.

Acabado o tabu foi o que se viu, é o que se vê. Um autêntico desconsolo. Onde dantes havia mistério há agora transparência; onde reinava a intriga domina hoje a concórdia; onde só se vislumbrava a intolerância transborda, dia a dia, a complacência. Não há quem aguente.

Andava já a morrer de tédio, a suspirar por um tabu que me devolvesse à vida, quando comecei a prestar atenção a umas vozes viperinas que do fundo dos tempos desenterraram fantasmas - uhh, uhh -, fizeram soar correntes em corredores assombrados e destaparam baús na esperança de traças com efeitos especiais ainda que com cheiro a naftalina. Arrebitei as orelhas e passei a ver o mundo com outros olhos. E à primeira espreitadela... cadê da onda 'old spice' que me hipnotizava todos os dias com a ameaça de dilúvio e a promessa da arca de mariani? O Noé português dos tempos modernos ainda lá estava, juraria até que lhe tinham aparado a poupa, mas o cenário, esse, que transformação! O mar cedeu lugar ao espaço e agora é uma estrelada galáxia que me pisca o olho do fundo de um buraco negro a que todos estamos condenados se não tivermos juízo.

Afinal, é uma abóbora!, quase berrei no meio do trânsito para espanto de uns quantos automobilistas que travaram a fundo para não me atropelarem. Bem me parecia que os tabus não podiam ter acabado. Só lhe falta a cartola e um manto negro forrado de laranja para ser a reinvenção do Mandrake da minha infância agora ao serviço do oculto. Até já tem um Lotário falante e uma Narda fiel, e uma corte a que não falta um cientista cantor, pai de um satélite que anda a rolar pelo espaço e a enviar mensagens em código, uma rainha de copas e um gato das botas, para além de muitas aboborinhas que se transmutam ao sabor das conveniências. Um dia destes estala os dedos - track - e desaparece. Para onde foi? Que história é essa de abóboras e mágicos? Tabuuu.

■ AF

Meta ultrapassada 158 mil contos em campanha para continuar

A Campanha Nacional de Fundos levada a cabo pelo PCP ultrapassou, antes do final do prazo, a meta que se propunha alcançar - 150 mil contos - sendo possível anunciar que o valor recolhido neste momento orça já em cerca de 158 mil contos. Atingido e ultrapassado o objectivo inicial, importa ainda prosseguir e multiplicar as iniciativas de recolha de fundos e de actualização das quotas dos militantes, dado que o sucesso da iniciativa e o tempo que ainda resta até ao final da Campanha, ser realista e pensar que é possível fazer aumentar ainda significativamente os valores atingidos, de forma a ajudar o Partido a fazer face às despesas do seu trabalho político.

No entender dos camaradas da comissão que coordena esta Campanha e que prestaram esta informação ao «Avante!», será necessário considerar o valor atingido, não como um limite e um fim da Campanha, mas como um estímulo para prosseguir com mais vigor a recolha de contribuições, conseguir o cumprimento de compromissos, obter contribuições de

quem ainda não participou, superar ainda atrasos em relação aos objectivos fixados e por cumprir. Em resumo: é preciso prosseguir em força a Campanha até ao seu limite, fixado para 31 de Dezembro.

É preciso fazer notar, sobretudo junto de quem ainda não participou, que nos objectivos de



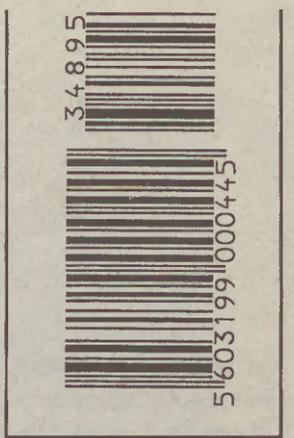
entrega de uma contribuição não se inscreve apenas o suporte material de uma activa campanha eleitoral mas também o contributo para o reforço da actividade geral e da organização do PCP, que se mantém e se acentua.

Um dos aspectos a realçar nesta altura é precisamente o sucesso político desta Campanha Nacional de Fundos, que atingiu não só todas as organizações e militantes do PCP, como chegou a muitas pessoas que não sendo membros do Partido, compreenderam a importância da sua contribuição.

Trata-se pois de uma iniciativa bem sucedida do ponto de vista organizativo e do ponto de vista político, sobretudo por ilustrar o reconhecimento por parte de muitos portugueses não comunistas que contribuíram para esta Campanha, da indispensabilidade da intervenção do PCP para a democracia e para o futuro de Portugal.

Esta Campanha serve também de exemplo sobre a forma aberta e responsável como o PCP encara a tarefa de obtenção dos meios indispensáveis ao sustento da sua actividade política geral e da sua intervenção eleitoral.

O sucesso da Campanha demonstra também que existem potencialidades e possibilidades de alargamento do apoio material



à actividade do PCP, que importa aproveitar e desenvolver.

Os camaradas que acompanham esta iniciativa alertam para a necessidade de em todas as Organizações do Partido ser necessário proceder ao levantamento das experiências realizadas e fazer uma boa prestação de contas dos números obtidos com as listas e cupões, de forma a garantir um encerramento responsável desta Campanha.

Recorda-se ainda que um dos objectivos desta Campanha Nacional de Fundos é a elevação do valor e do volume das quotizações, receita regular e indispensável à actividade do PCP. Recomenda-se assim o aproveitamento deste final do ano para que cada membro do Partido tome a iniciativa de pôr em dia as suas quotizações e considerar a sua actualização.

Encontro com sectores profissionais Jerónimo de Sousa em defesa dos direitos dos trabalhadores

Um encontro com sectores profissionais realizado na Casa do ALENTEJO no fim da tarde terça-feira foi motivo para o candidato do PCP às presidenciais, Jerónimo de Sousa, aproveitar para falar daquele que considera ser «o primeiro e fundamental dever assumido pelo Presidente da República»: fazer cumprir a Constituição que «confere aos trabalhadores portugueses um vasto conjunto de direitos e garantias que a colocam entre as mais avançadas do mundo».

Na declaração produzida durante o encontro, Jerónimo de Sousa recordou que, segundo a Constituição, cabem ao Estado responsabilidades concretas de aplicação de medidas de política económica e social em defesa dos trabalhadores.

Entre os exemplos citados pelo candidato constam o direito de todos ao trabalho, «incumbindo ao Estado a execução de uma política que conduza ao pleno emprego, assegure condições de trabalho, remuneração e repouso, formação profissional, técnica e cultural dos trabalhadores».

Outras garantias constitucionais são «o direito de todos à Segurança Social, à protecção à saúde, a uma habitação condigna, à educação e cultura, a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado», disse Jerónimo de Sousa.

Princípios constitucionais que para esta candidatura implicam «não só que as leis da República não contrariem ou impeçam a sua execução, como também exigem que as entidades públicas, e o Governo em primeiro lugar, tomem medidas que assegurem a sua concretização».

A este propósito, Jerónimo de Sousa recordou a actividade como primeiro-ministro do actual can-

didato à presidência, Cavaco Silva, lembrando que a política por ele aplicada foi marcada pelo «sacrifício constante das condições de vida e de trabalho dos que produzem a riqueza, o crescimento dos privilégios e fortunas à custa do desemprego e da precarização do emprego, dos baixos salários, da intensificação da exploração».

Jerónimo de Sousa deu mesmo exemplos da prossecução por parte de Cavaco Silva de uma política de direita «para fazer recuar os ponteiros do relógio para antes do 25 de Abril». Foi o caso da tentativa feita o ano passado pelo PSD e CDS/PP, lembrada pelo candidato comunista, de proceder à revisão da Constituição de forma a abortar o direito à greve e à proibição do lock-out.

A raposa no galinheiro

«Cavaco Silva em Belém, não tenhais dúvidas, seria o mesmo que soltar a raposa no galinheiro», diria Jerónimo de Sousa aos trabalhadores presentes na Casa do ALENTEJO.

Para além da derrota da direita nestas eleições, o candidato comunista disse que outro objectivo



vo da sua candidatura é o de contribuir para uma mudança de política na governação do país, dizendo que aparecem «inquietantes sinais de concordância governamental em relação a renovadas tentativas do grande patronato de utilização de mecanismos da chamada "flexibilização laboral"» e

referindo-se a tentativa de impor um tecto salarial de 3 a 3,5 %.

Depois deste encontro, Jerónimo de Sousa deslocar-se-ia à noite à Cooperativa de Consumo «Linha do Estoril», na Parede, onde participou numa concorrida sessão pública organizada no âmbito da sua pré-campanha.



Audiência PCP-Governo

Uma delegação do PCP constituída pelo secretário-geral Carlos Carvalhas e pelos membros da Comissão Política, Agostinho Lopes e Luís Sá, foi recebida na segunda-feira em São Bento pelo Primeiro-Ministro, António Guterres, numa audiência em que esteve presente o ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama.

À saída da audiência, Carlos Carvalhas, interrogado pela imprensa, reiterou a sua "aprensão" pela "insistência, e até teimosia, do Governo, em cumprir as políticas de Maastricht".

"Consideramos que isso vai ter graves consequências em relação ao emprego, ao aparelho produtivo e aos salários, e que o que está a passar-se em França deveria merecer melhor reflexão", disse ainda o secretário-geral do PCP.

Resolução do Comité Central TOMAR A INICIATIVA

Reunido no dia 8 de Dezembro, o Comité Central do PCP procedeu ao exame da nova situação política resultante da derrota do PSD e da colocação dos partidos da direita em minoria na AR e da formação do Governo PS; abordou a importante batalha política que está em curso em torno das eleições presidenciais; considerou a importância da intervenção e da luta por objectivos concretos;

estabeleceu a posição do PCP no novo quadro e a necessidade de prosseguir a luta por uma nova política, por uma política de esquerda para Portugal; e analisou os problemas relativos ao reforço da intervenção e da organização partidária e ao calendário para 1996, em que sobressaem a comemoração do 75º aniversário do Partido e a realização do seu XV Congresso.

Nova situação política

1. O resultado das legislativas de 1 de Outubro, pondo fim a um prolongado período de domínio político da direita e a dez anos consecutivos de governos do PSD chefiados por Cavaco Silva, e conduzindo à formação de um novo governo do PS, representa a abertura de uma nova fase na vida política nacional.

São de sublinhar três traços na situação emergente:

— a persistência, designadamente no plano social e económico, de problemas particularmente graves e urgentes;

— a nova relação de forças a nível parlamentar, com o PSD e o CDS-PP colocados em minoria, a existência de uma maioria numérica de deputados do PS e do PCP e com o PS a dispor de uma representação parlamentar superior à do conjunto PSD/CDS-PP mas que não atinge a maioria absoluta;

— e a situação contraditória em que se encontra o governo do PS — detentor, à partida, de uma expressiva base de apoio eleitoral que traduz uma profunda vontade de mudança em relação à política anterior, mas anunciando, ao mesmo tempo, opções de fundo que representam a continuação em aspectos essenciais da política levada a cabo pelo PSD.

Na realidade, do programa do XIII Governo, de algumas medidas já anunciadas pelo novo executivo, é possível sublinhar um núcleo de orientações fundamentais que não são distintas das que conduziram o país à difícil situação económica e social em que foi mergulhado.

2. No plano económico são de referir, nomeadamente:

— A insistência do Governo na prioridade à prossecução dos objectivos e metas de uma União Económica e Monetária assente

em directrizes neoliberais de política económica ditadas pelos interesses do grande capital, o que significa prosseguir o caminho da subalternização e do sacrifício do crescimento económico, do aumento do emprego e da melhoria das condições de vida e de trabalho das populações e dos trabalhadores, sacrifício esse já objecto de um pré-anúncio do Primeiro-Ministro sobre os "tempos difíceis" que se avizinham.

— A persistência numa política cambial de "escudo caro" umbilical e rigidamente ligado ao marco alemão, o que só pode ter como resultado, como tem acontecido, a perda de competitividade das produções nacionais, a sua acelerada substituição no mercado interno por produtos estrangeiros e a manutenção de elevadas taxas de juro relativas e, em consequência, a crise no investimento produtivo, a crescente destruição da estrutura produtiva nacional, a desertificação do interior, o aumento do desemprego, a estagnação dos salários reais.

— A atitude de efectiva resignação face aos processos destrutivos do aparelho produtivo nacional (agricultura, pescas e indústria), apesar dos discursos de aparente maior oposição a algumas decisões de Bruxelas, pela aceitação objectiva do enquadramento e ditames das directivas decorrentes da PAC e da Política Comum de Pescas, das orientações de liberalização, desregulamentação e privatização total da actividade económica e dos serviços públicos, dos acordos comerciais da Comunidade (GATT, zonas de comércio livre, etc.).

— A sujeição fundamentalista do défice orçamental às directivas de Maastricht, o que conduzirá seguramente, e em alternativa ao aumento generalizado dos impostos, ao sacrifício da satisfação adequada das funções sociais que ao Estado incumbem, designadamente no âmbito da saúde, da segurança social, da educação e da habitação para as cama-



Resolução do Comité Central

das sociais mais carenciadas, sacrifício esse já subjacente nas afirmações do Ministro das Finanças sobre o "rigor" orçamental que será imposto em 1996 e 1997.

— O anunciado prosseguimento e aceleração do processo de privatizações (e a recusa do reexame de casos particularmente escandalosos como os da Petrogal, Tabaqueira e outros), o que representará, como tem acontecido, um factor de transferência de património público para o grande capital nacional e estrangeiro, de subordinação da economia portuguesa a directivas externas, de diminuição da capacidade de decisão autónoma na economia nacional, de aumento do desemprego, de futuro agravamento dos custos no acesso a serviços essenciais (água, energia, telecomunicações, transportes, etc.).

— A ausência de uma política de desenvolvimento regional e de correcção de assimetrias que tem uma inquietante expressão nas hesitações e contradições do Governo em relação ao empreendimento de fins múltiplos do Alqueva.

3. No plano social destacam-se, entre outros:

— O facto de ter sido apresentada por parte do Governo uma previsão por baixo em matéria de taxa de inflação, para o próximo ano, situada entre os 3 e os 3,5%, com o objectivo de impor na prática um tecto salarial nas negociações em relação à Administração Pública e nas que decorrem no âmbito do Conselho Permanente de Concertação Social, com o claro propósito de impor uma política de estagnação ou degradação dos salários reais. E os inquietantes sinais de concordância por parte do Governo do PS, em relação a renovadas tentativas do grande patronato de utilização de mecanismos da chamada "flexibilização laboral" para pôr em causa direitos e legítimos interesses dos trabalhadores.

— Os planos em relação à chamada "con-

certação estratégica", apresentada com o exposto propósito de "envolver e co-responsabilizar os parceiros sociais" na aplicação de políticas que são de facto as do Governo, e que visa objectivamente manietar a reacção dos trabalhadores face aos sacrifícios e austeridades já anunciados como preço da errónea política de passagem à terceira fase da União Económica e Monetária e de integração na moeda única em 1999.

— As decisões tomadas pelo Governo em relação à actualização muito insuficiente de pensões e reformas, que frustram gravemente as necessidades e as legítimas expectativas dos beneficiários, nomeadamente os do regime geral; e os propósitos vindos a público que põem em causa o sistema público de segurança social e afectam direitos adquiridos e em formação por parte dos seus contribuintes, designadamente no que respeita à elevação para 67 anos da idade da reforma, à redução das reformas dos actuais 80 por cento da média dos melhores 10 dos últimos 15 anos para cerca de 60 por cento, ao plafonamento e à própria redução significativa dos montantes das contribuições e das pensões.

— A confirmação da continuação no essencial da política de saúde do anterior governo, com o assumido propósito de "diminuir progressivamente a intervenção do Estado" na base da chamada "dissociação da condição de financiador" por parte do Estado e da "administração da prestação de cuidados de saúde", — concepção que generalizada às diversas áreas da Administração Pública significaria a absurda liquidação de todos os serviços públicos — o que se anuncia de facto no programa do Governo é a thatcheriana privatização dos serviços de saúde, com o recurso a diversas e sofisticadas modalidades. Também o propósito de apenas assegurar através do SNS um "conjunto de cuidados de saúde essenciais", cuja extensão o Governo se propõe definir através da "compatibilização das receitas do SNS com os recursos a afectar aos serviços" pelo Estado, esconde

mal o objectivo de pôr os utentes, para além dos impostos que pagam, a custear directamente do seu bolso, num nível ainda mais elevado do que já sucede actualmente, a prestação de cuidados de saúde.

— A indicação, a par de algumas medidas pontuais positivas, de orientações preocupantes em matéria de educação, sendo particularmente negativo o facto do Governo abordar a questão da educação pré-escolar sem romper com a política do governo do PSD neste domínio e sem assumir o propósito de concretizar o "sistema público de educação pré-escolar", e também de não apresentar qualquer compromisso concreto no que respeita à efectiva expansão do ensino superior público e à eliminação do sistema de restrições quantitativas no acesso (*numerus clausus*).

4. No plano político, designadamente dos direitos fundamentais e do sistema político e eleitoral são de sublinhar:

— Os projectos de introdução de alterações negativas no sistema político e no regime constitucional dos direitos fundamentais, especialmente dos direitos económicos, sociais e culturais. Importa ter presente que no processo de revisão constitucional de 1994 — que só foi interrompido por o PS recuar os efeitos eleitorais da conclusão de um acordo com o PSD em vésperas das eleições legislativas — O PSD e o CDS-PP evidenciaram o seu propósito de na introdução de profundas alterações na Lei Fundamental, como as que visavam eliminar a consagração e direitos das Comissões de Trabalhadores e outros importantes direitos dos trabalhadores, e os próprios direitos à saúde e à segurança social. A passagem do PS da oposição para o governo aumenta, objectivamente, o perigo de acompanhar posições e exigências da direita em domínios constitucionais particularmente sensíveis.

— E os inquietantes propósitos e as propostas do Governo de revisão da legislação

eleitoral, com vista à liquidação da eleição directa e por representação proporcional das Câmaras Municipais e à profunda revisão do sistema eleitoral para a Assembleia da República. Por detrás de pretextos que invocam propósitos de alegado conteúdo democrático, o que se divisa é o mesquinho propósito de forçar a "bipolarização" e a partilha do poder entre o PS e o PSD e da obtenção de mais deputados com menos votos, à custa de outros partidos e afectando a democraticidade do sistema eleitoral. Algumas das propostas e declarações apontam para uma grave restrição do princípio da proporcionalidade, quer de carácter global, quer sobretudo em círculos uninominais que não só não seriam meros círculos de candidatura como seriam verdadeiros círculos de candidatura e apuramento. Todas as outras questões invocadas (como a aproximação dos deputados aos cidadãos) não só não encontram resposta nas alterações propostas como estas levariam a deixar muitos cidadãos sem representação política e ao efeito contrário ao que alegadamente é pretendido.

5. No plano da política externa, assume excepcional gravidade a decisão da exclusiva responsabilidade do Governo do PS de enviar para a Bósnia um contingente militar português para participar numa intervenção militar de grande envergadura da NATO ditada pelos interesses e imposições dos EUA e pelo objectivo do restabelecimento da sua hegemonia mundial.

Reafirmando a frontal oposição do PCP ao envio de tropas portuguesas para a Bósnia que, além do mais comporta grandes riscos e elevados custos, o Comité Central salienta sobretudo que nenhuns compromissos internacionais de Portugal obrigavam a uma tal decisão, que o Acordo de Dayton imposto pelos Estados Unidos (com óbvias motivações de política interna) não garante uma solução duradoura para o conflito da Bósnia, que a intervenção militar da NATO, numa área fora do seu âmbito de actuação, comporta o risco de uma eventual agudização do conflito.

As eleições presidenciais

As eleições presidenciais marcadas para 14 de Janeiro constituem a batalha política imediata de maior importância.

Porque a direita se lançou, uma vez mais, na tentativa de alcançar o controlo do órgão de soberania Presidente da República. E porque com a apresentação da candidatura de Cavaco Silva, o primeiro-ministro derrotado, com o PSD, nas eleições para a AR de 1 de Outubro, a direita

se posicionou nas presidenciais com o evidente propósito de alcançar uma desforra em relação às legislativas e de pôr em causa a vontade de mudança então expressa pelo eleitorado.

Tendo procedido a uma primeira avaliação da pré-campanha da candidatura de Jerónimo de Sousa, o Comité Central considera que ela se está a desenvolver de forma positiva, afirmando a voz, o projec-

to e as propostas do PCP, contribuindo para o debate das ideias e chamando a atenção para importantes problemas nacionais.

O Comité Central continuará a seguir atentamente o andamento da campanha eleitoral e renova o propósito fundamental que norteia a candidatura do PCP: contribuir para a derrota do candidato da direita Cavaco Silva, confirmando nas presidenciais a derrota da direita e a condenação da

sua política e dando força à clara vontade de mudança afirmada nas urnas no passado dia 1 de Outubro.

O Comité Central apela a todas as organizações e militantes para que, no desenvolvimento do esforço em curso, intervenham activamente nesta batalha política com profundas implicações para a evolução da vida nacional e da democracia portuguesa.

No sábado, em conferência de imprensa, o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, acompanhado pelas camaradas Antónia Dimas, do CC e da DORL, e Virgílio Azevedo, da Comissão Central de Controlo do CC, divulgou as conclusões de reunião do Comité Central, realizada na véspera





A luta por objectivos concretos e pela mudança necessária

1. Nas presentes condições, nenhum benefício resultará para a sociedade portuguesa e muito menos para os trabalhadores e para outros sectores sociais, da insatisfação de justas aspirações e de urgentes necessidades e do adiamento da resolução de importantes problemas.

Não colhe o argumento pouco original do governo do PS, de que são necessários mais dois anos de "rigor" - entendido este como continuação das dificuldades que atingem a população trabalhadora e laboriosa - para que sejam reunidas condições para a realização de uma política que vá então de encontro aos problemas e às necessidades que afectam a maioria dos portugueses.

É uma realidade que a "austeridade" com que a grande maioria dos portugueses vêm sendo confrontados há muitos anos, invariavelmente apresentada através de eufemismos como o da "contenção salarial" ou da "política fiscal de rigor", não conduziu a quaisquer benefícios nem foi responsável por condições mais favoráveis de desenvolvimento do país. E não é difícil de demonstrar que essa política promoveu uma distribuição do rendimento cada vez mais desi-

gnal e que funcionou, fundamentalmente, como instrumento de concentração capitalista.

A resolução de muitos problemas de natureza social — a começar por uma mais justa distribuição da riqueza, por mais segurança social e pela melhoria das condições que respeitam aos sectores mais desfavorecidos — e a iniciativa de superação de dificuldades de que depende a qualidade de vida das populações, não é contraditória com o desenvolvimento do país, antes representa uma condição essencial à sua concretização.

2. A intervenção e a luta por objectivos concretos constitui assim, nas presentes circunstâncias, a direcção fundamental para a resolução de inúmeros problemas e para a satisfação de urgentes necessidades que afectam os trabalhadores e o povo português. E representa ainda um factor altamente favorável à criação de condições para a concretização de uma viragem democrática na situação nacional.

O Comité Central alerta em relação à utilização de conhecidas técnicas dilatórias em

relação à satisfação do "diálogo" não como processo de natural debate e solução dos problemas mas como simples amortecedor social, e à tentativa de co-responsabilização das organizações sociais nas opções políticas do Governo.

Às manobras que pretendem conformar as dinâmicas sociais ao espartilho das conveniências governamentais, importa contrapor a autonomia e a independência das organizações sociais, respondendo com o exercício pleno dos direitos dos trabalhadores e do povo e com a dinâmica transformadora da intervenção e da luta colectivas.

3. O Comité Central chama vivamente a atenção para a natureza estrutural dos principais problemas económicos e sociais com que o país está confrontado e para o facto deles não poderem continuar a ser indefinidamente iludidos.

Constitui uma evidência que ou o Governo do PS introduz alterações nas opções de fundo que vem anunciando ao país e assume uma efectiva mudança de rumo na vida política nacional, ou não vai demorar a entrar em

rota de colisão com quantos aspiram a uma profunda mudança, com os trabalhadores e as restantes camadas laboriosas, com a própria base social e eleitoral que permitiu aos socialistas alcançarem a votação que obtiveram em 1 de Outubro.

O Comité Central salienta, neste contexto, a importância da continuação da luta do PCP por uma nova política, por uma política de esquerda para Portugal, quer assumida enquanto contraposição crítica às orientações fundamentais seguidas pelo Governo do PS, quer como afirmação da necessidade e da possibilidade de uma verdadeira viragem, de orientação democrática, na situação nacional. E sublinha como objectivos fundamentais para uma verdadeira mudança na política a necessidade de desenvolver a economia, travar os processos destrutivos e promover o emprego; de melhorar as condições sociais e o ambiente, como objectivos e factores de desenvolvimento; de promover a educação, a ciência e a cultura; de assegurar a liberdade e aprofundar a democracia; e de lutar por um Portugal de progresso e de justiça, aberto ao mundo, e por um novo rumo na integração europeia.

PCP - Oposição de esquerda, força indispensável para uma nova política

1. Tendo fundamentalmente em conta que nas mais decisivas opções de política económica e social e de integração europeia, o novo Governo do PS assume claramente uma orientação de prosseguimento, no essencial, da política realizada nos últimos 10 anos pelo PSD, o PCP — em estreita coerência com os compromissos assumidos perante o eleitorado — define-se como a **oposição de esquerda** no quadro político e parlamentar resultante das eleições de 1 de Outubro passado.

Esta atitude significa naturalmente que o PCP dará firme e enérgico combate em todos os planos da vida nacional a todas as orientações, projectos e medidas do novo Governo do PS que, defraudando as aspirações de mudança de política manifestadas nas últimas eleições, se traduza na persistência, em aspectos essenciais, da política de direita.

2. A este respeito, o Comité Central considera oportuno acrescentar que o PCP não tendo tido qualquer tipo de envolvimento nas soluções políticas e governativas patrocinadas pelo PS, e delas discordando como é público, não tem, em consequência, qualquer compromisso com o PS que envolva dever de apoio ou solidariedade com o seu Governo.

O Comité Central do PCP sublinha assim que o PS terá de assumir plenamente as responsabilidades pela política que se propõe desenvolver e que o Governo não

pode ter qualquer ilusão de que, em situações de dificuldade no plano parlamentar, o PCP possa constituir uma força de apoio ou de viabilização de uma política de que discorda frontalmente.

Definindo-se como a oposição de esquerda ao Governo do PS e às linhas fundamentais da sua política, o PCP define-se entretanto fundamentalmente na actual conjuntura política como uma força profundamente empenhada em que seja concretizada a vontade nacional de mudança expressa por uma clara maioria eleitoral (que votou na CDU e no PS) e nesse sentido, orientará toda a sua indispensável intervenção na vida nacional.

Agindo de acordo com o programa e os compromissos apresentados aos portugueses, o PCP desenvolverá iniciativas próprias e lutará para a adopção de orientações e medidas positivas para a defesa dos interesses populares e nacionais e não desprezará nenhuma possibilidade da sua concretização que seja aberta pela indispensável via do desenvolvimento da luta popular ou que conjugadamente resulte do eventual diálogo ou convergência com o PS, designadamente no plano parlamentar.

Assumindo a defesa de uma política de esquerda e dando corpo às aspirações de mudança política manifestadas pela grande maioria dos portugueses em 1 de Outubro, o PCP deve intervir com confiança e determinação no plano social, político e institucional, combatendo políticas antipopulares

e contrárias aos interesses nacionais, estudando os problemas e propondo soluções, agindo e trabalhando para que se abra a perspectiva de uma real mudança, congregando vontades e energias de todos quantos querem um novo rumo para a vida política nacional.

3. O Comité Central analisando as grandes tarefas que se colocam à acção partidária no próximo ano e considerando que o reforço da organização do Partido, da sua influência política e capacidade de intervenção, são factores determinantes para a resistência à continuidade da política de direita, recomenda aos organismos de Direcção Central e a todas as organizações que na elaboração dos planos de actividade para 1996 se tenha em conta as seguintes direcções de trabalho consideradas prioritárias:

— empenhamento no desenvolvimento de acções de massas e de grandes campanhas em torno da defesa de direitos e pela satisfação de reivindicações imediatas, com destaque particular para a elevação dos salários reais, a redução do desemprego e a defesa da segurança social;

— dinamização dos movimentos e organizações de massas, base de sustentação e desenvolvimento do movimento popular, devendo ser dada particular atenção à realização do Congresso da CGTP-IN (31 de Maio e 1 de Junho), bem como as iniciativas de outras

organizações unitárias, como é o caso do Congresso do MDM (previsto para Maio);

— o prosseguimento e desenvolvimento de uma intensa e qualificada intervenção nas instituições democráticas, com destaque para as autarquias locais e para a acção do grupo parlamentar do PCP na Assembleia da República, exercendo uma firme fiscalização da acção governativa e, em articulação com a luta social, apresentando iniciativas legislativas visando a resposta às aspirações de mudança e aos problemas nacionais, bem como para a intervenção nas Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas.

— realização de um conjunto de iniciativas partidárias de debate sobre grandes questões nacionais (nomeadamente sobre emprego, segurança social, saúde, educação, desenvolvimento, integração europeia, toxicod dependência, defesa nacional) que, permitindo aprofundar a reflexão sobre a nova política necessária ao país, propiciem um largo e aberto diálogo dos comunistas com outros democratas e com a sociedade.

4. O Comité Central chama a atenção das organizações partidárias para a necessidade das múltiplas iniciativas a realizar no próximo ano e a intervenção política geral do

Resolução do Comité Central

Partido deverem ser complementares de três grandes direcções de trabalho partidário:

— **reforço da intervenção do Partido junto dos trabalhadores**, dando continuidade e cumprimento às decisões da Conferência Nacional;

— **dinamização do trabalho autárquico**, com vista às eleições de 1997, reforçando a ligação dos eleitos e das organizações do Partido às populações, prestando maior atenção aos seus problemas e anseios e reforçando a todos os níveis o trabalho de

direcção para esta frente;

— **maior atenção aos problemas, ao trabalho junto da juventude e ao reforço da JCP**, tendo em conta a sua importância e as possibilidades abertas pela larga e entusiástica participação de jovens na campanha eleitoral da CDU e pelo elevado número de recentes adesões à JCP e ao Partido. Particular atenção deve ser dada pelas organizações do Partido à preparação do Congresso da JCP (18 e 19 de Maio), contribuindo para o seu êxito. O Comité Central agenda para a próxima reunião o debate das questões da Juventude.

O Comité Central considera de grande importância o reforço geral da organização partidária, nomeadamente das organizações de base dos trabalhadores e dos organismos de direcção a todos os níveis, bem como o recrutamento e a renovação de quadros.

Particular atenção deve merecer a dinamização da vida partidária, designadamente através da normal realização de assembleias das organizações, da promoção de iniciativas tendo em vista o exame do trabalho e o reforço de importantes linhas de intervenção, em que se destaca a concretização do Encontro Nacional sobre os Inte-

lectuais e a Sociedade — O Partido e os intelectuais e de um maior empenhamento no trabalho de informação e na divulgação e difusão da imprensa partidária nomeadamente do Avante, através da organização de uma campanha específica.

O Comité Central salienta desde já a importância de uma adequada preparação da intervenção do Partido nas eleições a realizar em Outubro de 1996 para as Assembleias Legislativas Regionais dos Açores e da Madeira, com vista a consolidar e reforçar a sua representação naqueles órgãos.

1996: XV Congresso e 75.º Aniversário — o PCP voltado para o futuro

1. O Comité Central, em conformidade com os Estatutos do Partido, decidiu convocar a realização do **XV Congresso do Partido** para finais de 1996, deixando para decisão posterior a definição da data, da ordem de trabalhos, dos objectivos e das normas orientadoras para a preparação do Congresso e sua calendarização.

O XV Congresso, tendo em conta as alterações verificadas no país e no mundo desde o XIV Congresso, é chamado a tomar decisões da maior importância para o reforço do Partido, a afirmação do seu papel na vida nacional e o desenvolvimento da luta em defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo, da democracia e da independência nacional.

Na base da rica experiência acumulada na preparação dos Congressos do PCP e do necessário e indispensável envolvimento das organizações e militantes do Partido nos trabalhos preparatórios, intervindo com a sua experiência, contributos e opiniões, o Comité Central decide que a preparação do Congresso deverá decorrer em três fases: a **primeira** preenchida com a realização de iniciativas diversas promovidas pelas organizações do Partido para debater e aprofundar um vasto conjunto de questões que constituam uma contribuição para a elaboração das orientações e propostas a submeter ao Congresso (partindo de uma nota de trabalho contendo ideias fundamentais oportunamente apresentadas pelo Comité Central); a **segunda** preenchida com a elaboração pelo Comité Central dos documentos a submeter ao Congresso e que deverão ser objecto de contribuição das diferentes organizações, áreas de trabalho e do maior

número de militantes possível; a **terceira** o aprofundamento do debate com a discussão em todo o Partido das propostas de documentos a submeter à apreciação do XV Congresso.

Os trabalhos preparatórios do XV Congresso, principal tarefa em 1996, devem ser articulados com a actividade geral do Partido.

A elaboração dos planos de actividade partidária no plano nacional, regional e sectorial deverão assegurar que a preparação do Congresso seja elemento integrante e dinamizador de uma activa e responsável intervenção do Partido nas diferentes áreas da vida nacional.

2. No dia 6 de Março do próximo ano, o Partido Comunista Português completará **75 anos de existência**. Trata-se de um acontecimento marcante na vida política nacional.

O PCP, pela sua existência, pela sua natureza de classe, pelas condições difíceis em que desenvolveu a maior parte da sua actividade e como legítimo continuador das melhores tradições de luta do povo português pela liberdade e o progresso social, apresenta uma identidade e um percurso singulares no panorama político partidário português.

Os 75 anos do PCP representam sete décadas e meia de luta e de uma actividade constante e determinante, sempre e sempre, tendo como objectivo e razão de ser da sua existência, a luta pela defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo, da liberdade, da democracia e do socialismo.

As comemorações do 75.º Aniversário do PCP revestem-se de grande importância e significado para o desenvolvimento da luta política, económica, social e ideológica e para a afirmação dos ideais libertadores que inspiram toda a actividade dos comunistas portugueses, numa altura em que, no plano nacional, avultam o prosseguimento da política de destruição das conquistas democráticas, a ameaça de maiores dificuldades para os trabalhadores e as massas populares, o reforço do capital monopolista, a submissão crescente dos interesses nacionais aos ditames de Bruxelas e das multinacionais e no plano internacional se desenvolvem processos xenófobos e racistas, se intensifica a exploração dos trabalhadores e se condena à maior miséria milhões de seres humanos, se reforça o domínio imperialista e a sua ingerência na vida e nos destinos de Estados independentes e soberanos.

As comemorações do 75.º Aniversário, popularizando a luta, os princípios e as propostas do PCP, unindo o passado, o presente e o futuro do projecto comunista, serão um importante contributo para a dinamização do combate que os comunistas assumem na nossa época.

Tendo em conta estes objectivos, o Comité Central considera que as comemorações do 75.º Aniversário do PCP assentes em múltiplas iniciativas a culminar na 20.ª Festa do "Avante!" (em 6, 7 e 8 de Setembro), deverão constituir uma importante acção política de âmbito nacional em 1996, pelo que se recomenda às diferentes organizações do Partido que estudem e elaborem o plano de iniciativas comemorativas

do 75.º Aniversário a realizar no âmbito das suas competências e áreas de actuação.

Como iniciativas e marcos principais das comemorações estão desde já consideradas:

— a promoção de um conjunto muito diversificado de iniciativas a realizar no mês de Março em todo o país, com destaque para a realização de grandes comícios em Lisboa, Porto e Évora;

— a publicação de diversos materiais de esclarecimento e informação alusivos aos 75 anos de vida do PCP, com vista a uma ampla divulgação da luta, das propostas, ideias e objectivos do PCP;

— a edição durante todo o ano de 1996 de uma série de materiais relativos a aspectos da história do PCP.

— uma campanha de recrutamento de novos militantes com duração até ao XV Congresso.

Com profundo e legítimo orgulho no seu património de luta, atentos às novas realidades, aprendendo com os sucessos e insucessos, não ignorando as dificuldades que comporta a sua luta, os comunistas têm razões para ter confiança na justeza da sua luta por uma sociedade liberta da exploração, pela democracia e o socialismo.

8 de Dezembro de 1995

O Comité Central do Partido Comunista Português

